U LISBOA | UNIVERSIDADE DE LISBOA FACULDADE DE ARQUITETURA UNIVERSIDADE DE LISBOA

Uma CIDADE de todos e para todos

O espaço público como promotor de integração social em Alfange, Santarém

Gisele Rodrigues Ramos
(Licenciada)

Projeto Final de Mestrado para a obtenção de Grau em Mestre em Arquitetura, especialização em Urbanismo

Orientação Científica:
Professora Doutora Isabel Raposo
Professor Doutor José Luís Mourato Crespo

Júri:
Presidente: Professor Doutor Manuel Camarinhas Serdoura
Vogal: Professora Doutora Carla Sofia Alexandrino Pereiro Morgado

Documento Definitivo

Lisboa, FA.ULisboa, Fevereiro 2021

UMA CIDADE DE TODOS E PARA TODOS

O espaço público como promotor de integração social em Alfange, Santarém

Gisele Rodrigues Ramos
(Licenciada)

Projeto Final de Mestrado para a obtenção de Grau em Mestre em Arquitetura, especialização em Urbanismo

Orientação Científica:
Professora Doutora Isabel Raposo
Professor Doutor José Luís Mourato Crespo

Júri:
Presidente: Professor Doutor Manuel Camarinhas Serdoura
Vogal: Professora Doutora Carla Sofia Alexandrino Pereiro Morgado

Documento Definitivo

Lisboa, FA.ULisboa, Fevereiro 2021

RESUMO

Este Projeto Final de Mestrado aborda as temáticas da Participação Pública no planeamento e da qualificação do Espaço Público como premissas para o desenho de uma cidade de todos e para todos. Tem como objetivo explorar caminhos (metodológicos e urbanísticos) para a valorização do espaço de vida urbana.

O caso de estudo é a zona ribeirinha do Centro Histórico de Santarém, centrando-se nos bairros de Ribeira de Santarém e de Alfange dadas as suas características sociais, económicas e urbanas marcadas pelo abandono e degradação física e por isso muito desafiadoras. Aborda-se a participação no planeamento urbano, de forma a experiênciá-la e aplicá-la na prática. Parte-se das premissas dos Instrumentos de Gestão Territorial em vigor, mas também do conhecimento do território com base em bibliografia e cartografia bem como na interação com a comunidade local, para desenvolver uma estratégia de integração e coesão social e uma proposta de intervenção e revitalização urbana coerente com a história do lugar e os desejos dos habitantes.

A estratégia elaborada visa contribuir para a harmonia da articulação entre os dois núcleos ribeirinhos, Ribeira de Santarém e de Alfange, e com o restante da cidade, visando a sua qualificação e regeneração. A partir da identificação de objetivos precisos para casa dimensão de análise e intervenção, proôs-se um conjunto de ações, articuladas num Plano de ação. As ações propostas incluem um circuito de minibus, a reorganização do sistema viário, a requalificação do espaço público e do edificado e a construção de novas edificações. O plano visa promover a qualidade de vida, a valorização urbana e a sustentabilidade social e económica.

O exercício de projeto desenvolve-se a diversas escalas, procurando responder, de forma interligada e interdependente, questões gerais dos dois núcleos urbanos e da sua articulação com o núcleo histórico da cidade, de que são parte integrante, bem como a qualificação urbana mais detalhada da proposta de nova zona de lazer para Alfange.

Desta maneira, ensaia-se uma estratégia de intervenção integrada e coerente, onde com o envolvimento dos cidadãos em entrevistas e conversas, se esboça a visão de uma cidade melhor. Dada a situação de pandemia prolongada não foi possível apresentar e discutir localmente a proposta elaborada, antes da finalização das provas, como era objetivo inicial.

Palavras chaves: Planeamento Participativo, Espaço Público, Vida Urbana, Reabilitação Urbana, Zona ribeirinha de Santarém.

ABSTRACT

This Final Master Project falls under the themes of Public participation and Public Space. It aims to explore the different forms of enrich the urban living space.

The case study is the riverside area of the Historic Center of Santarém, focusing on the neighborhoods of Ribeira de Santarém and Alfange, due to their social, economic and urban characteristics marked by degradation and therefore very challenging. Participation in urban planning is aproach on this work, in order to experience and apply it in practice. Starting fro this way, from the goals of the territorial management instruments ruling, but also from the knowledge and of the territory based on bibliography and cartography as well as on the interaction with the local community, to develop a strategy of integration and social cohesion and a proposal for intervention and revitalization, coherent with the history of the place and the wishes of the inhabitants.

The strategy aims are promote the harmony articulation between the booth riverside neighborhoods, Ribeira de Santarém and Alfange, with the rest of the city, Aiming their qualification and regeneration.
From the identification of objectives for wach dimension of analysis and intervention, realized an articulated action plan. The actions include a minibus circuit, a reorganization of the road system, a requalification of new buildings.
this work develop harmonious strategy of the neighborhoods with all the city, aiming the regeneration and reintegration. The plan aims to promote quality of life, urban enrichment and social economic sustainability.

The project was developed at different scales, searching to answer, in an interconnected and interdependent way, general questions of the neighborhoods and their articulation with the historical center , of wich they are in, as well the detailed of the urban qualification propose of the new recreation area for Alfange.

In this way, reharsed an integrated and coherent intervention strategy in to obtain an integrated and coherent intervention strategy through conversations and interviwes, including the inhabitants, the vision of a better city is outlined. Because of the prolonged pandemic situation, it was nos pssible to present and discuss the proposol elaborated locally, before the end of the end of the tests, as was the initial objective.

Keywords: Participatory Planning, Public Space, Urban Life, Urban Rehabilitation, Riverside area of Santarém

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar aos meus pais, que sempre com muito amor têm cuidado de mim e me têm auxiliado. Sem eles não teria sido possível percorrer todo este caminho.

A toda a minha família, pela constante presença e encorajamento

Aos meus orientadores Prof. Isabel Raposo e Prof. José Crespo, pelo apoio, pelo incentivo e pela disponibilidade,

Aos meus amigos, em especial à Kamilla, à Helliane e à Catarina, que muito me ajudaram e me acompanharam ao longo de todos estes anos,

A todos,

Muito obrigado.

ÍNDICE

Resumo..... I
Abstract..... III
Agradecimentos..... V
Índice..... VII
Índice de figuras..... IX
Índice de quadros.....XV

1. INTRODUÇÃO

1.1 Tema e problema..... 2
1.2 Objetivos do trabalho..... 3
1.3 Faseamento e Metodologia..... 4
1.4 Estrutura do trabalho..... 6

2. PLANEAMENTO URBANO PARTICIPADO E ESPAÇO PÚBLICO

2.1 Planeamento urbano participado.....10
2.1.1 Conceitos, métodos e técnicas de planeamento participado..... 13
2.2 A qualificação do Espaço Público como instrumento de revitalização urbana..... 23
2.2.1 Revitalização da cidade..... 28
2.3 Casos de referência..... 30

3. DE SANTARÉM A ALFANGE

3.1 De Santarém aos bairros da Ribeira de Santarém e de Alfange..... 39
3.2 Ribeira de Santarém e Alfange..... 46
3.3 Diagnóstico SWOT dos núcleos ribeirinhos da Ribeira de Santarém e de Alfange..... 57
3.4 Conhecer e planear com a comunidade..... 70

4. PROPOSTA

4.1 Proposta estratégica para núcleos ribeirinhos de Ribeira de Santarém e Alfange..... 80
4.1.1 Princípios, Objetivos e Ações..... 80
4.1.2 Plano de Ação..... 87
4.2 Projeto urbana em Alfange..... 91

5. CONCLUSÃO

Conclusão..... 94
Bibliografia..... 95
Artigos eletrônicos..... 99
Anexos..... 100

ÍNDICE DE FIGURAS

1. Fotografia de acampamento militar moderno, por Hiberseimer
Fonte: "A city is Not a Tree", 2015, p.9
(p.10)

2. Esquema de Hiberseimer's para a área comercial baseado no arquétipo do acampamento militar Fonte: "A city is Not a Tree", 2015, p.9
(p.10)

3. Esquema dos oito degraus de Arnstein,
Fonte: "A Ladder of Citizen Participation", 1969,
(p.14)

4. Exposição de mesa *(Table scheme display)*
Fonte: The Community Planning, 2000, p.121
(p.21)

5. Mapeamento *(Mapping)*
Fonte: The Community Planning, 2000, p.76
(p.21)

6. Planeamento na prática *(Planning for real)*
Fonte: The Community Planning, 2000, p.101
(p.21)

7. Workshop de desenho *(Design workshop)*
Fonte: The Community Planning, 2000, p.50
(p.21)

8. Manifestação pela habitação
Fonte: http://www.cd25a.uc.pt/media/galeria/6066.jpg
(p.30)

9. Operações SAAL
Fonte: Filme As Operações Saal de João Dias
(p.30)

10. Condições de habitalidade dos moradores do bairro da Anta, antes da operação SAAL
Fonte: Centro de documentação da Universidade de Coimbra
(p.31)

11. Construção das novas habitações do bairro, pelos moradores
Fonte: Centro de documentação da Universidade de Coimbra
(p.31)

12. Habitações do Bairro de Antas
Fonte: Centro de documentação da Universidade de Coimbra
(p.32)

13. "Jardim das palavras" consulta pública, em La Chapelle, 2001
Fonte: Architecture's and Participation, p.67
(p.32)

14. Questões faladas em La Chapelle, traduzidas em diferentes línguas, colocadas no muro do jardim
Fonte: Architecture's and Participation, p.70
(p.32)

15. "Jardim temporário", bairro em La Chapelle.
Fonte: https://www.ryerson.ca/carrotcity/board_pages/community /ecobox.html
(p.33)

16. Cozinha móvel, no jardim
Fonte: https://www.ryerson.ca/carrotcity/board_pages/com munity/ecobox.html
(p.33)

17. Esquema de conjunto de atividades sustentáveis, sugeridas pelos moradores, possíveis de serem criadas no jardim
Fonte: https://www.ryerson.ca/carrotcity/board_pages/co mmunity/ecobox.html
(p.34)

18. Escadarias antes da intervenção
Fonte: https://www.blockbyblock.org/projects/saopa ulo
(p.35)

19. Escadarias depois da intervenção
Fonte: https://www.blockbyblock.org/projects/saopa ulo
(p.36)

20. Realização do workshop
Fonte: https://www.blockbyblock.org/projects/saopa ulo
(p.36)

21. Localização do Distrito de Santarém em Portugal
Fonte: Autoria própria
(p.39)

22. Localização do Concelho de Santarém no Distrito de Santarém
Fonte: Autoria própria
(p.39)

23. Localização da área de intervenção, inserida na União das Freguesias da Cidade de Santarém, no Concelho de Santarém
Fonte: Autoria própria
(p.39)

24. Esquema global do modelo territorial para Oeste e Vale do Tejo (OVT)
Fonte: Proposta PROT-OVT, 2006
(p.39)

25. Alcanede
Fonte: https://farm8.static.flickr.com/7033/6524869361_f050f8b22d_b.jpg
(p.40)

26. Parque Natural das Serras de Aire e Candeeiros.
Fonte: https://www.vagamundos.pt/roteiro-serras-de-aire-e-candeeiros/
(p.40)

27. Património Arquitetónico Protegido em Portugal, no Centro histórico de Santarém e envolvente
Fonte: Imagem aérea do Google Mapa, editado pela autora
(p.40)

28. Cartaz do 39º Festival Nacional de Gastronomia de Santarém
Fonte: https://www.cm-santarem.pt
(p.41)

29. Densidade populacional por freguesia no conselho de Santarém, em 2011.
Fonte: Revisão da Carta Educativa do Município de Santarém. 2015, p.20
(p.41)

30. Integração de Santarém no Sistema de Acessibilidades
Fonte: Carta Educativa do Concelho de Santarém-Relatório Final, 2003. p.13.
(p.42)

31. Integração da União de Freguesias da Cidade de Santarém no Sistema de Acessibilidades
Fonte: Mapa ArcGis, editado pela autora
(p.43)

32. Jardim da República
Fonte: Fotografia tirada pela autora
(p.44)

33. Parque e jardins do Centro Histórico de Santarém
Fonte: Base cartográfica niuGis PMOT Santarém, editado pela autora
(p.44)

34. Jardim das Portas do Sol
Fonte: Fotografia tirada pela autora
(p.44)

35. Parque da Ribeira
Fonte: Fotografia tirada pela autora
(p.44)

36. Miradouro de São Bento
Fonte:https://www.allaboutportugal.pt/en/santarem/gardens/miradouro-de-sao-bento-2
(p.45)

37. Feira de Santarém na Praça de Touros
Fonte: https://toureio.pt
(p.45)

38. Centro Nacional de Exposições e Feira Nacional de Agricultura, em 2019
Fonte: https://www.sabado.pt/gps/gourmet/restaurantes/detalhe/feira-da-agricultura-em-santarem-mais-sustentavel-que-nunca
(p.45)

39. Bairro da Ribeira de Santarém
Fonte: Fotografia tirada pela autora
(p.46)

40. Bairro de Alfange, Santarém
Fonte: Fotografia tirada pela autora
(p.46)

41. Imagem satélite da área de intervenção
Fonte: Google Mapa, editado pela autora
(p.46)

42. Gravura de Santarém, autor anónimo, século XIX
Fonte: http://www.eugostodesantarem.pt/imagens/desenhos/santarem-marco-de-1811
(p.47)

43 Atividades piscatórias, em Alfange
Fonte: http://www.eugostodesantarem.pt/videos/santarem/santarem-um-livro-de-pedra
(p.47)

44. Passeio no Rio Tejo, em Alfange, em 1914
Fonte: http://www.eugostodesantarem.pt/imagens/outros-tempos/passeio-no-rio-tejo-em-1914
(p.48)

45. Fotografia de um inverno de cheia, na Ribeira de Santarém, em 1997
Fonte: http://www.eugostodesantarem.pt/imagens/outros-tempos/tarde-de-verao-no-rio-tejo-em-1958
(p.48)

46. Fotografia de uma tarde de verão, na Ribeira de Santarém, em 1959
Fonte: http://www.eugostodesantarem.pt/imagens/outros-tempos/tarde-de-verao-no-rio-tejo-em-1958
(p.48)

47. Grupo Folclórico da Ribeira de Santarém
Fonte: https://www.cm-santarem.pt
(p.48)

48. Ponte de Alcource
Fonte: http://santaremhistorico.blogspot.com/2009/07/ponte-de-alcource.html
(p.49)

49. Igreja São João Evangelista
Fonte: https://www.allaboutportugal.pt/pt/santarem/religiao/igreja-de-sao-joao-evangelista-de-alfange
(p.49)

50. Fotografia de Almeirim, com vista para a Ribeira de Santarém
Fonte: http://www.eugostodesantarem.pt
(p.49)

51. Lezíria de Santarém
Fonte: Fotografia tirada pela autora
(p.50)

52. Restaurante Miratejo
Fonte: https://www.facebook.com/pg/miratejo.alfange/posts
(p.50)

53. Associação Desportiva, Recreativa e Cultural de Alfange
Fonte: Fotografia tirada pela autora
(p.50)

54. Esquema de acessos existentes
Fonte: Autoria própria
(p.52)

55. Rua dos Pescadores
Fonte: Fotografia tirada pela autora
(p.52)

56. Estruturas de contenção no monte de Alcáçova
Fonte: Fotografia tirada pela autora
(p.52)

57. Princípio da Estrada de Alfange
Fonte: Fotografia tirada pela autora
(p.53)

58. Estrada sem nome, Alfange
Fonte: Fotografia tirada pela autora
(p.53)

59. Praça Oliveira Marreca, Ribeira de Santarém
Fonte: Fotografia tirada pela autora
(p.53)

60. Largo de Santa Cruz, Ribeira de Santarém
Fonte: Fotografia tirada pela autora
(p.54)

61. Praceta Padre Chiquito
Fonte: Fotografia tirada pela autora
(p.54)

62. Campo de Jogos, Alfange
Fonte: Fotografia tirada pela autora
(p.54)

63. Evento de Canoagem, 2017
Fonte: https://www.facebook.com/clubecanoagem.scalabitano
(p.55)

64. Edificado na Ribeira de Santarém
Fonte: Fotografia tirada pela autora
(p.55)

65 Edificado em Alfange
Fonte: Fotografia tirada pela autora
(p.55)

66. Núcleo da Ribeira de Santarém envolvido pelos campos da Lezíria
Fonte: Fotografia tirada pela autora
(p.58)

67. Vista Lezíria e núcleo de Alfange
Fonte: Fotografia tirada pela autora
(p.58)

68. Rio Tejo e Alfange
Fonte: http://www.eugostodesantarem.pt/imagens/actual/um-rio-tejo-matinal-junto-a-santarem
(p.58)

69. Vista Lezíria (sentido Ribeira de Santarém)
Fonte: Fotografia tirada pela autora
(p.58)

70. Vista para o monte de Alcáçova e Portas do Sol
Fonte: Fotografia tirada pela autora
(p.58)

71. Portas do Sol
Fonte: Fotografia tirada pela autora
(p.58)

72. Igreja de Santa Cruz da Ribeira de Santarém
Fonte: Fotografia tirada pela autora
(p.58)

73. Igreja de São João Evangelista de Alfange
Fonte: https://www.allaboutportugal.pt/es/santarem/religion/igreja-de-sao-joao-evangelista-de-alfange
(p.58)

74. Grupo Folclórico de Danças de Danças Regionais de Santa Iria da Ribeira de Santarém
Fonte: https://www.cm-santarem.pt
(p.58)

75. Clube de Canoagem Scalabitano da Ribeira de Santarém
Fonte: Fotografia tirada pela autora
(p.59)

76. Campo de futebol, Ribeira de Santarém
Fonte: Fotografia tirada pela autora
(p.59)

77. Estrada de Alfange
Fonte: Google Mapa
(p.60)

78. Acesso a Alfange em terra batida
Fonte: Fotografia tirada pela autora
(p.60)

79. Passagem pedonal desnivelada, em Alfange
Fonte: Fotografia tirada pela autora
(p.60)

80. Acesso a habitações do 'Bairro' Calouste Gulbenkian
Fonte: Fotografia tirada pela autora
(p.60)

81. Acesso a edifícios do 'Bairro' Calouste Gulbenkian
Fonte: Fotografia do autor
(p.60)

82. Acesso próximo à igreja de Alfange, com declive acentuado
Fonte: Fotografia tirada pela autora
(p.60)

83. Acesso à Ribeira de Santarém, pela Rua dos Pescadores
Fonte: Fotografia tirada pela autora
(p.60)

84. Acesso à habitação, em Alfange
Fonte: Fotografia tirada pela autora
(p.60)

85. Acesso a edificado a oeste
Fonte: Google Mapa
(p.60)

86. Calçada de Atamarma, com desadequado acesso pedonal
Fonte: Google Mapa
(p.61)

87. Calçada de Santa Clara com desadequado acesso pedonal
Fonte: Fotografia tirada pela autora
(p.61)

88. Rua dos pescadores
Fonte: Fotografia tirada pela autora
(p.61)

89. Passagem de nível, na Ribeira de Santarém
Fonte: Fotografia tirada pela autora
(p.61)

90. Estacionamento na Praceta Padre Chiquito
Fonte: Fotografia tirada pela autora
(p.61)

91. Paragem de autocarro, na Ribeira de Santarém
Fonte: Google Mapa
(p.61)

92. Edificado na Avenida Júlio Malfeito, na Ribeira de Santarém
Fonte: Fotografia tirada pela autora
(p.62)

93. Edificado na Praça Oliveira Marreca, na Ribeira de Santarém
Fonte: Fotografia tirada pela autora
(p.62)

94. Recinto da Igreja de Santa Iria da Ribeira de Santarém
Fonte: Google Mapa
(p.62)

95. Habitações na praceta Padre Chiquito, Alfange
Fonte: Fotografia tirada pela autora
(p.62)

96. Edificado de Alfange visto do átrio da igreja
Fonte: Fotografia tirada pela autora
(p.62)

97. Habitações Calouste Gulbenkian, em Alfange
Fonte: Fotografia tirada pela autora
(p.62)

98. Habitação obsoleta no ´bairro' Calouste Gulbenkian
Fonte: Fotografia tirada pela autora
(p.62)

99. Barracas, em Alfange
Fonte: Google Mapa
(p.62)

100. Estruturas utilizadas para estacionamento, em Alfange
Fonte: Google Mapa
(p.62)

101. Praça Oliveira Marreca, Ribeira de Santarém
Fonte: Fotografia tirada pela autora
(p.63)

102. Espaço próximo à Junta da Freguesia, Ribeira de Santarém
Fonte: Fotografia tirada pela autora
(p.63)

103. Espaço na Rua dos Barcos, Ribeira de Santarém
Fonte: Fotografia tirada pela autora
(p.63)

104. Espaço na frente ribeirinha, Alfange
Fonte: Fotografia tirada pela autora
(p.63)

105. Praceta do Padre chiquito, Alfange
Fonte: Fotografia tirada pela autora
(p.63)

106. Campo de jogos de Alfange em mau estado de conservação
Fonte: Fotografia tirada pela autora
(p.64)

107. Parque das merendas com mobiliário urbano em estado precário, na Ribeira de Santarém
Fonte: Fotografia tirada pela autora
(p.63)

108. Piscinas artificiais em total estado de degradação, na Ribeira de Santarém
Fonte: Fotografia tirada pela autora
(p.63)

109. Desqualificado parque infantil, Alfange
Fonte: Fotografia tirada pela autora
(p.63)

110. Estruturas de contenção, no monte de Alcáçova
Fonte: Fotografia tirada pela autora
(p.66)

111. Acesso restrito à estruturas de contenção
Fonte: Fotografia tirada pela autora
(p.66)

112. Fim da estrutura de contenção, com acesso à ponte Dom Luís
Fonte: Fotografia tirada pela
(p.66)

113. Edificado degradado, na Ribeira de Santarém (Praça Oliveira Marreca)
Fonte: Fotografia tirada pela autora
(p.66)

114. Edificado na Avenida Júlio Malfeito, na Ribeira de Santarém
Fonte: Fotografia tirada pela autora
(p.66)

115. Edificado na Rua dos Barcos, na Ribeira de Santarém
Fonte: Fotografia tirada pela autora
(p.66)

116. Lote na Praça Oliveira Marreca, na Ribeira de Santarém
Fonte: Fotografia tirada pela autora
(p.66)

117. Edificado em mau estado de conservação, na Ribeira de Santarém
Fonte: Fotografia tirada pela autora
(p.66)

118. Edificado em mau estado de conservação, na Ribeira de Santarém
Fonte: Fotografia tirada pela autora
(p.66)

119. Interior do edifício da antiga fábrica de sabão
Fonte: Fotografia tirada pela autora
(p.67)

120. Edifício devoluto na Praceta Padre Chiquito, em Alfange
Fonte: Fotografia tirada pela autora
(p.67)

121. Habitação devoluta, em Alfange
Fonte: Fotografia tirada pela autora
(p.67)

122. Parque infantil, na Ribeira de Santarém
Fonte: ARU Ribeira de Santarém e Alfange
(p.67)

123. Frente ribeirinha, na Ribeira de Santarém
Fonte: Fotografia tirada pela autora
(p.67)

124. Zona de proximidade ao rio, na Ribeira de Santarém
Fonte: Fotografia tirada pela autora
(p.67)

125. Frente ribeirinha, Alfange
Fonte: Fotografia tirada pela autora
(p.67)

126. Campo de jogos, na Ribeira de Santarém
Fonte: Fotografia tirada pela autora
(p.67)

127. Espaço utilizado para estacionamento, À oeste, Alfange
Fonte: Fotografia tirada pela autora
(p.67)

128. Crescente degradação do espaço público, em Alfange
Fonte: Fotografia tirada pela autora
(p.68)

129. Cheia de 2006, em Ribeira de Santarém
Fonte: https://olhares.com/cheias_ribeira_de_santarem_foto937201.html
(p.68)

130. Montes envolventes de elevado risco sísmico
Fonte: Fotografia tirada pela autora
(p.68)

131. Localização dos principais aspetos espaciais da análise SWOT
Fonte: Autoria própria
(p.69)

132. Contentores de lixo,
Alfange
Fonte: Fotografia tirada pela autora
(p.72)

133. Frente ribeirinha de
Alfange
Fonte: Fotografia tirada pela autora
(p.72)

134. Edifício da antiga fábrica de sabão, Alfange
Fonte: Fotografia tirada pela autora
(p.73)

135. Edifício da antiga fábrica de sabão, Alfange
Fonte: Fotografia tirada pela autora
(p.73)

136. Locais de estar da população, Alfange
Fonte: Fotografia tirada pela autora
(p.73)

137. Locais de estar da população, Alfange
Fonte: Fotografia tirada pela autora
(p.74)

138. Locais de estar da população, Alfange
Fonte: Fotografia tirada pela autora
(p.74)

139. Associação de Alfange e espaços de estar e convívio
Fonte: Fotografia tirada pela autora
(p.74)

140. Atividades desportivas na frente ribeirinha da Ribeira de Santarém
Fonte: Fotografia tirada pela autora
(p.73)

141. Proposta estratégica para os núcleos ribeirinhos de Santarém
Fonte: Autoria própria
(p.88)

142. Proposta de percurso minibus
Fonte: Autoria própria
(p.89)

143. Proposta de reorganização do sistema viário
Fonte: Autoria própria
(p.90)

144. Proposta urbana final para Alfange
Fonte: Autoria própria
(p.92)

ÍNDICE DE QUADROS

1. Diagnóstico swot dos núcleos ribeirinhos Ribeira de Santarém e Alfange
Fonte: Autoria própria
(p.57)

2. Síntese de ensaio do programa de participação
Fonte: Autoria própria
(p.71)

3. Diagnóstico de opniões locais
Fonte: Autoria própria
(p.75)

4. Síntese de objetivos e ações propostas
Fonte: Autoria própria
(p.84)

5. Externalidades da proposta
Fonte: Autoria própria
(p.86)

1. INTRODUÇÃO

1.1 TEMA E PROBLEMA

O presente trabalho tem como tema “Uma cidade de todos e para todos” que se centra na participação no urbanismo,abordagem que visa envolver a comunidade na execução de propostas de intervenções urbanas.

Uma cidade inclusiva é uma cidade cujo desenvolvimento não é concebido e implementado apenas por um ou para um indivíduo, técnico ou político, mas por todos e para todos. A cidade é assim vista como a “casa” de todos, onde todos participam, contribuem e cooperam, formando uma comunidade ativa e resistente.

O Projeto intervém numa área urbana antiga, os núcleos ribeirinhos de Ribeira de Santarém e de Alfange, apoiando-se na noção de que a qualidade de vida é também garantida pela qualidade do desenvolvimento urbano, o qual requer a harmonia equilibrada do território e a equidade em toda a cidade (FERNANDES *et al.,* 2002). A abordagem participativa é um dos meios cada vez mais recorrente para o seu alcance, tornando os projetos mais enriquecedores e passíveis de serem bem sucedidos. O espaço urbano materializa então um conjunto de decisões tomadas coletivamente em um ambiente democrático, onde cada ator da sociedade assume o seu papel, contribuindo e cooperando adequadamente para o desenvolvimento do lugar e da cidade. Configura-se assim uma cidade composta por diferentes tipologias de espaços que servem de forma qualificada, democrática e mais igualitária a todos.

A partir do estudo da área de intervenção identificaram-se variadas condicionantes, nomeadamente, a sua localização, uma população residente caracterizada pela sua idade avançada e baixos recursos económicos, a ausência de dinâmica urbana, escasso apoio de serviços e comércio, meios de transportes públicos inexistentes e a carência de espaços de lazer e recreio qualificados. Todas estas condições promovem o declínio crescente dos dois bairros, que sofrendo uma fragmentação do território, física e sensorial, desvalorizam o seu desenvolvimento urbano, intensificando tensões sociais que impulsionam o surgimento de ações marginais e impedindo novas vivências sociais resultando na estagnação social e económica.

Considerando as problemáticas referidas, com este trabalho procura-se refletir e projetar tendo subjacente a seguinte questão principal:

De que forma o planeamento participado e a qualificação do espaço público poderão contribuir para uma vida urbana qualificada, promovendo e atraindo novas dinâmicas em Alfange, Santarém?

Decorrendo desta questão, surgiu um conjunto de outras questões que encaminharam a pesquisa e o desenvolvimento da proposta:

Planeamento participado

- Como o método participativo no planeamento urbano pode promover e impulsionar um projeto urbano qualificado?
- De que maneira um projeto urbano participado pode dar voz a grupos desfavorecidos?
- Que técnicas aplicar para promover uma abordagem participada ou interativa, tendo em conta o novo contexto em que se encontra a sociedade na sequência da pandemia COVID-19?

Reabilitação urbana

- Até que ponto e de que modo a reabilitação urbana de Ribeira de Santarém e de Alfange pode contribuir para uma melhoria das condições de vida da população residente?
- Que peso histórico têm os dois núcleos e em particular o de Alfange e como podem ser reutilizadas as suas pré-existências?
- Quais os principais aspetos da memória coletiva da comunidade local e como perpetuá-los através do projeto?

Espaço público e vida urbana

- Como incentivar na comunidade o sentimento de pertença ao espaço público?
- De que maneira é possível, através do projeto urbano, contribuir para gerar uma vida urbana qualificada, em Alfange?
- De que forma o património edificado local pode contribuir para uma nova dinâmica urbana?
- quais são os espaços urbanos da área de intervenção com maior potencial e quais as ações para os qualificar?

1.2 OBJETIVOS DO TRABALHO

Pretende-se elaborar uma proposta de qualificação urbana procurando responder às atuais necessidades, não só básicas, mas também aos atuais anseios da população residente, de Ribeira de Santarém e de Alfange. Neste processo participado, a comunidade e os seus

representantes sociais são atores importantes cuja opinião é tida em conta na elaboração do projeto, pretendendo-se que tenham voz nas tomadas de decisões. O objetivo final deste trabalho é promover uma cidade, um bairro, um espaço de vida urbana dinâmico, mais justo e coeso.

Para atingir este objetivo central exploraram-se as formas de valorização dos espaços urbanos mais adequadas para este caso, pesquisando-se ações de revitalização e regeneração, juntamente com a requalificação do tecido urbano, visando a qualificação dos modos de vida existentes e que virão a existir.

Ao projetar um espaço público, criando-o ou reabilitando-o, importa perceber o seu peso na comunidade e o impacte da sua materialização física, quer seja em grande ou pequena escalas, na promoção da comunidade.

A proposta de intervenção elaborada em articulação com a comunidade visa contribuir para o seu Direito à Cidade, tendo em atenção o contexto a que se insere mas também para conhecer, preservar e valorizar a sua identidade, explorando formas de abertura ao exterior do bairro, criando novos caminhos e atraindo novas vivências, rompendo barreiras físicas e sociais existentes. A proposta pretende contribuir para fortalecer o conhecimento e a consciência individual e coletiva do próprio bairro, desfazendo estereótipos associados a comunidade.

1.3 FASEAMENTO E METODOLOGIA

Organizou-se o trabalho em quatro fases, recorrendo a distintas técnicas:

FASE 1| Pesquisa concetual e de casos de referência
Partindo de uma componente teórica, procedeu-se a revisões bibliográficas visando definir um quadro teórico e conceptual do trabalho, recorrendo a livros, artigos, documentos e outros. Em primeira estância, é analisada a importância da participação da comunidade em projetos urbanos, seguindo-se o estudo de algumas técnicas e métodos de contato direto com a população residente, que permitem não só aos profissionais planearem para a comunidade, mas, a própria comunidade planear para si mesma. Foram paralelamente exploradas formas de revitalizar o espaço urbano passíveis de aplicar no projeto.

FASE 2 | Recolha e análise bibliográfica, documental e cartográfica sobre o local de estudo

Para este trabalho foram considerados os dois núcleos ribeirinhos, em uma primeira abordagem analítica, em conjunto, com grande relevância a sua interdependência, não só espacial e urbanística, mas também social e económica. Foram recolhidos, em primeiro lugar, dados referentes ao Município de Santarém (ponto 3.1.) e depois aos dois núcleos ribeirinhos, Ribeira de Santarém e Alfanche (ponto 3.2), sobre o contexto geral e específico da cidade e dos dois núcleos, o património, a situação social e económica, a acessibilidade e mobilidade, os espaços verdes e espaços públicos, o edificado e os equipamentos. Consultaram-se o Plano Diretor Municipal (PDM), o Plano estratégico do Município de Santarém, o Plano Estratégico de Valorização Turística para o Município de Santarém, a cartografia histórica, o Diagnóstico social de Alfanje, bem como informações estatísticas, censos, e outros dados de caracterização da população.

Também se analisou o processo de produção e transformação dos núcleos ribeirinhos, e a perceção sobre os núcleos da administração pública e do planeamento urbano como se planeiam e concebem os espaços deste território, quem são os residentes e utilizadores deste espaço e de que modo decorre a sua vida social (CASTRO, 2001).

FASE 3 | Análise empírica

A terceira fase consistiu numa componente empírica, recorrendo a uma análise do local de intervenção, através da observação direta dos dois núcleos ribeirinhos, do seu contexto urbano atual, os padrões e modos de vida, o estado de habitabilidade, os tipos de espaços públicos existentes, os tipos de serviços presentes e os seus níveis de utilização. Completou-se a observação direta, atualização cartográfica e registo fotográfico, com a recolha de informações através de entrevistas e conversas informais. Resultante de todas estas fases elaborou-se um diagnóstico SWOT que serviu de base para a formação de uma proposta estratégica.

FASE 4 | Abordagem participativa

Com base nas informações das etapas anteriores preparou-se a quarta fase, uma etapa crucial para a elaboração deste trabalho. Nesta fase, a comunidade local deveria participar nas decisões de projeto urbano, recorrendo aqui a uma abordagem participativa e de proximidade. Esta abordagem, partiu da escolha das técnicas de participação a usar, de onde sucederia a definição de uma proposta estratégica participada para toda a frente ribeirinha e Alfange. Devido à condição pandémica

em que se encontra o país, tornou-se impossível a sua concretização, optando-se por uma abordagem interativa de entrevistas a atores locais e conversas de grupo com habitantes.

As entrevistas exploratórias foram realizadas a serviços e equipamentos sociais, visando analisar, diagnosticar e solucionar os problemas e necessidades presentes. As entrevistas foram realizadas presencialmente e individualmente, em Alfange, onde foram entrevistados a Associação Desportiva Cultural e Recreativa de Alfange e o Restaurante Miratejo; na Ribeira de Santarém, foram entrevistados responsáveis do Chalet de Santa Iria, do Clube de Canoagem Scalabitano, da Taberna do Geraldo. Foram ainda realizadas conversas informais grupos de moradores de ambos os bairros.

FASE 5 | Proposta de plano de ação e de projeto urbano

A partir do reconhecimento do terreno realizado nas fases anteriores e sistematizado no diagnóstico SWOT, definiram-se princípios de intervenção, objetivos específicos a atingir para cada dimensão considerada e identificou-se um conjunto de ações para a concretização desses objetivos que constitui a base de uma proposta estratégica de um plano de ação, abrangendo os dois núcleos ribeirinhos e todo o seu contexto. Posteriormente, focalizou-se o olhar sobre Alfange, para elaboração de um projeto urbano visando a sua qualificação urbana e do seu espaço público.

1.4 ESTRUTURA DO TRABALHO

Organizado em cinco capítulos, o trabalho começa por referir o enquadramento geral em que se insere. Na *Introdução* aborda-se o tema e problemas, objetivos do trabalho e a metodologia utilizada.

O segundo capítulo, *Planeamento urbano participado e Espaço público* abordou traços gerais do planeamento urbano participado e alguns conceitos que surgiram ao longo dos tempos, para se perceber a sua origem e processos desenvolvidos até aos dias de hoje. O capítulo também explora métodos e técnicas que contribuem para uma melhor perceção do conceito e a sua aplicação prática, auxiliando na elaboração de um programa de participação. O capítulo aborda também o espaço público passando pela sua génese, para assim o perceber e nele intervir.

No terceiro capítulo procurou-se conhecer o território em que se intervém, *De Santarém a Ribeira de Santarém e Alfange.* Parte-se de uma visão global do distrito e da cidade, para se apresentarem os bairros ribeirinhos e as suas vivências. É feita uma análise e um diagnóstico da área de intervenção, percebendo o contexto em que se insere, visando uma intervenção bem fundamentada. Neste capítulo aplica-se o conhecimento adquirido na leitura dos conceitos e do método e técnicas de participação para um conhecimento mais participado do lugar assente num ensaio de trabalho de campo que, embora não tenha adquirido o nível de participação pretendido, permitiu uma experiência vívida com o território e a comunidade.

O quarto capítulo é o da *Proposta*, onde são estabelecidos princípios e objetivos estratégicos e ações concretas que são os pilares para a elaboração de uma proposta estratégica geral de plano de ação a que seguiu um projeto urbano para Alfange.

Por fim, a *Conclusão*, onde consta o que se aprendeu com este trabalho, a que se seguem as *referências bibliográficas* e dos *anexos*.

2. PLANEAMENTO URBANO PARTICIPADO E ESPAÇO PÚBLICO

2.1 PLANEAMENTO URBANO PARTICIPADO

> "A cidade é a projeção da sociedade sobre um local."
>
> (LEFEBVRE, 1968, p.62)

Ao rever a história do planeamento urbano nos tempos modernos, percebe-se que continuam ainda hoje a predominar as principais forma de pensar e agir sobre o território (CARDOSO, 2008). Em um processo de avanço e recuo simultâneo, ora progredindo no modelo económico e político, ora regredindo no contexto urbano e social, tempo marcado pela busca universal por soluções e respostas, passando por toda a Europa, em diferentes espaços de tempo, estando, no entanto, Portugal em atraso em relação ao restante. Processo este que impulsionou muitos autores, em uma escala global, a explorarem e desenvolverem propostas para as cidades e o seu desenvolvimento, como exemplo Robert Owen e Charles Fourier com as suas visões utópicas do século XIX.



Fig.1. Fotografia de acampamento militar moderno, por Hiberseimer
Fonte: Alexander, 2015, p.9

No século XX, diante de um ambiente de urgência, com a extrema necessidade de encontrar soluções rápidas e consequentes, em um clima de mudança acelerada, através de experiências e ensaios com a finalidade de fabricar um "remédio" para os problemas da época, através da ordem e coerência, de forma a extinguir o aspeto caótico da cidade, passaram-se desde a elaboração de projetos urbanos específicos de larga escala a modelos e arquétípos universais. Soluções que de uma forma ingénua acabaram por excluir a complexidade e a consciência da constante mutação das cidades, materializada na complexa diversidade de sistemas que a compõem. Recorreu-se a uma grande simplificação e estandardização no planeamento, por meio de processos assentes na racionalidade organizadora e operacional, nos quais foi inevitável reduzir a perceção da cidade, reduzindo-a como um objeto, esquecendo-se do seu apeto humano, das diferentes realidades sociais e da compreensão da sua realidade (LEFEBVRE, 1968).

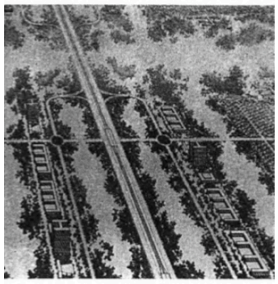


Fig.2. Esquema de Hiberseimer's para área comercial baseado no arquétipo do acampamento militar
Fonte: Alexander, 2015, p.9,

Como exemplo, segundo Alexander (2015) as organizações e estruturas da cidade podem ser de dois tipos, estruturas do tipo "artificiais" e "naturais". As cidades denominadas por "naturais" são aquelas cujo crescimento é maioritariamente "espontâneo" e se configura de forma orgânica ao longo do tempo, e as cidades artificiais, são aquelas criadas através de abordagens racionalistas, tendo como primazia a razão

técnico-científica. Nas cidades artificiais modernas, identifica-se um crescimento planeado, de traçado geralmente geométrico, que se contrapõe com a cidade natural. Como ilustração de uma cidade artificial, Alexander (2015) cita Hilberseimer, urbanista alemão que relata que as cidades romanas, com a sua malha ortogonal, tiveram o mesmo princípio de organização dos campos militares, retratados como ideal e referência de desenho urbano para a cidade moderna. O acampamento militar mostra de forma clara a estrutura formal caracterizada pela racionalidade, simetria e geometria, criada para expressar rigidez, ordem e organização, típicos para a prática funcional de atividades militares. Esta estrutura é aplicada na construção e formalização das cidades, que têm propósitos e necessidades bem diferentes dos objetivos militares, em termos de ambiente urbano, vida quotidiana e flexibilidade, dificultam a vida nestes espaços, pela rigidez e rigor desapropriado, com consequências na vida dos cidadãos. Destaca-se que as cidades romanas foram muitas vezes tidas como arquétipo de cidade e aplicadas em partes de cidades modernas.

O arquiteto italiano Giancarlo de Carlo (2005) no século XX teve um contributo importante para a reflexão sobre o governo das cidades criticando o afastamento entre o arquiteto e o utente, primando os interesses económicos de classes sociais dominantes, o seu ideal de cidade e de sociedade, e seus interesses políticos. Para Giancarlo de Carlo, a visão dos arquitetos modernistas serviu a emergência de uma arquitetura superfula que se distancia do contexto real dos problemas e necessidades. Seguindo conceitos tecnocráticos, a prática do planeamento urbano do século XX partiu de uma visão de cidade e de organização ideológica da sociedade e da economia, denominada por “engenharia social” (SCOTT, 1998).

Uma maior conscientização universal surgiu no século XX por volta dos anos 60, surgindo vários movimentos sociais e lutas urbanas, onde se enquadra o entendimento da participação no planeamento urbano. Em Portugal, no final da década de 90, foram introduzidas alterações no modo de gestão do território, valorizando a participação pública, integrando-a nos planos e estratégias ao nível municipal. Antes disso, a participação da população no planeamento não era obrigatória a população apenas manifestava o seu parecer através da imprensa (CRESPO, 2004).

No final do século, a perceção da pouca participação pública no planeamento despertou, cada vez mais, a inclusão da população no planeamento das cidades. Reivindicada pela população, desenvolveu-se

uma maior disposição quer ao nível do Estado quer da população para a sua prática e aplicação legal, surgindo diversas alternativas de processos de participação, nomeadamente nos vários instrumentos de gestão territorial, legislações e documentos, que sublinham e destacam a importância do envolvimento das populações no ordenamento do território.

Como exemplo, a Carta Europeia de Ordenamento do Território de 1988 (CEOT), afirmava já que uma correta administração e ordenamento do território requer um planeamento democrático, e uma perspetiva interdisciplinar, de forma a eliminar diferenças sociais, económicas e territoriais, com base em uma estratégia participada e de conjunto. A Nova Carta de Atenas de 1998/2003, lançada pelo Conselho Europeu de Urbanistas, propôs um novo sistema de governança e defendeu que a base de uma boa cidade é uma cidade coerente aos vários níveis. Em seu plano social e urbanístico, promove um ambiente sócio-urbanístico qualificado, atribuindo à comunidade um papel nas tomadas de decisões no contexto da cidade, criando espaço para a expressão das suas aspirações, propostas e visões, e para o direito à escolha. A "Coerência social" é decisiva para qualificar o nível de respostas aos problemas sociais emergentes, como o desemprego, a pobreza, a exclusão social e criminalidade. A chamada de atenção para a coerência social e económica pretendia que todos tenham direito a uma diversidade de oportunidades, de emprego, qualidade de vida, educação e saúde e uma diversidade de equipamentos.

> "Este é um importante objetivo de coerência para a cidade, que, na sua essência, respeite os interesses da sociedade como um todo, tendo em conta as necessidades, os direitos e os deveres dos diversos grupos e dos cidadãos individualmente."
>
> (Carta de Atenas, 2003, p.4)

Em 2006 é aprovada a Carta Mundial pelo Direito a Cidade, sustentada por princípios da solidariedade, liberdade, igualdade, dignidade e justiça social. Apela pela garantia do Direito à Cidade e por uma maior qualidade de vida dos cidadãos. Defende a melhoria de condições para os que possuem baixos recursos económicos, procurando garantir que todos tenham o direito coletivo à cidade, democracia e equidade. Defende ações que promovam qualidade de vida para todos, isto é, um padrão de vida adequado, com distribuição e desfrute equitativo de espaços, serviços, bens, riquezas e oportunidades, onde "A cidade é um espaço coletivo culturalmente rico e diversificado que pertence a todos os seus habitantes." Segundo o documento, na cidade devem ser oferecidos

projetos que beneficiam a comunidade geral, garantindo o seu bem estar. A Carta tem em especial atenção os grupos vulneráveis, como idosos, crianças e mulheres "chefes de família" que possuem direito a medidas especiais e distribuição de recursos, além de acesso aos bens e serviços essenciais.

> "A participação do público deve ser um elemento indispensável nos assuntos relacionados a humanidade, especialmente nas estratégias de planeamento e na sua formulação, implementação e gestão; deve influenciar todos os níveis de governo no processo de tomada de decisão para promover o crescimento político e econômico dos assentamentos humanos. "
>
> (Comunicado dos delegados, à conferência Habitat 1 das Nações Unidas, Vancouver, 1976)

2.1.1 CONCEITOS, MÉTODOS E TÉCNICAS SOBRE PLANEAMENTO PARTICIPADO

CONCEITOS

Segundo Bordenave (2002), uma sociedade participativa é o palco ideal para o desenvolvimento do potencial humano de forma plena. A participação apresenta-se como uma abordagem estruturante para o ser humano que lhe permite desenvolver o seu ser e se tornar criador do universo. Karl Mannheim, sociólogo judeu, em 1935, abordava questões sobre uma sociedade participativa, apontando o processo de planeamento democrático como um meio eficaz para atingi-la.

A teoria de organização e racionalização sócio-espacial, destaca o conceito de "plano unitário" (DAVIDOFF, 1965), cuja tomada de decisões é forjada por pequenos grupos numa organização fechada que exclui a participação de outros atores, promotores de invenção e mudança. Ao Estado compete agir em prol do bem comum, e o planeamento urbano é considerado uma técnica da responsabilidade e direção do mesmo. O papel do arquiteto e urbanista é o de informar e orientar a esfera política, assumindo a responsabilidade de aplicar em todo o processo de elaboração dos planos uma racionalização objetiva, assumindo-se como a fonte detentora de conhecimento. Na visão moderna de meados do século XX, seguindo Lefebvre (1968, p. 48) "o arquiteto percebe a si mesmo e se concebe como Arquiteto do mundo, imagem humana do Deus criador".

Manifesta-se hoje uma maior compreensão e reconhecimento da crescente complexidade e interdisciplinaridade no planeamento urbano, e consequentemente a necessidade de recorrer a prática do "planeamento plural" (DAVIDOFF, 1965). No planeamento plural há um compartilhar de trabalho e responsabilidades, que visam responder à multiplicidade de interesses coexistentes no território. O objetivo é incluir os variados grupos de interesse de determinado território na atividade do planeamento, levando-os a intervir no espaço por meio da participação. O planeamento, desta forma, deixa de procurar uma solução ideal definitiva, com decisões centralizadas, integrando a participação e colaboração dos diversos autores que compõem a cidade, estendendo-se para as áreas disciplinares da geografia, economia, direito, sociologia, etc, visando a flexibilidade e adaptação da cidade.

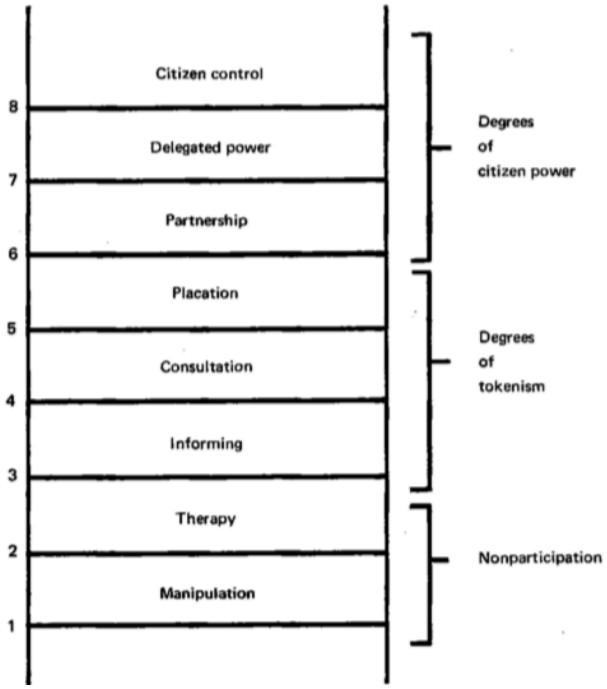


Fig.3. Esquema dos 8 degraus de Arnstein, Fonte: 1969, p.21

Designadamente, com enfoque na participação da sociedade civil no planeamento urbano, Sherry Arnstein (1969) nomeia três categorias de participação, que integram 8 conceitos, que descrevem os vários níveis de participação pública. Parte do primeiro degrau de participação nula, caracterizado pela manipulação política, ao "*tokenism",* onde a persuasão e convencimento de uma falsa participação entram em prática, até ao maior nível de participação, o "*poder do cidadão*", onde independentemente da classe social, todos os cidadãos têm voz ativa nos processos de tomada de decisão.

Focando nas duas categorias de participação, “tokenismo” e “poder do cidadão” que o esquema de Arnstein mostra, o primeiro degrau destacado ao nível do “tokenismo” é a “informação” (3º degrau do esquema), onde a população é informada dos seus direitos e responsabilidades bem como das decisões políticas previamente tomadas ou a tomar, e em que não se pode manifestar, exprimir ou até influenciar nas decisões. O seguinte degrau (4º) é a “consulta”, onde os cidadãos são já chamados a expor as suas opiniões, porém este nível de participação é ainda insuficiente, pois não promove a participação ativa nas variadas fases estruturantes do processo de planeamento. A partir do próximo degrau (5º), “conciliação”, os cidadãos possuem algum poder de influência. Aqui, o Estado pode recorrer a estratégias de promoção de democracia participativa, porém, muitas vezes, identifica-se ainda certo autoritarismo como diretriz.
Na terceira categoria de poder cidadão, o primeiro degrau (6º na escala global) “Parceria”, visa a redistribuição do poder por meio de acordos entre cidadãos e representantes do Estado, onde estes compartilham as responsabilidades nas tomadas de decisão. No degrau seguinte (7º) “poder delegado”, através de acordos entre funcionários públicos e os cidadãos, pode se chegar a concretizações dos desejos da população nas tomadas de decisões. No degrau de topo (8º) “*controle pelo cidadão*” os cidadãos possuem poder suficiente para serem ouvidos e influenciar ativamente as decisões, estando a decisão final nas suas mãos.

Nos degraus mais altos, (7º) “poder delegado” e (8º) “controle de cidadãos”, os cidadãos ocupam um lugar decisivo na tomada de decisão e na gestão (ARNSTEIN, 1969, p. 217). Segundo o raciocínio de Arnstein, os denominados “have-not citizens” são especificamente aqueles que geralmente não possuem qualquer significância ativa, passando aqui a ter o direito a uma voz ativa nessa esfera política da comunidade.

Dentro das três categorias da participação, desde o primeiro ao oitavo degrau, o processo é considerado importante, contribuindo para uma consciência crescente de uma política democrática que se estabelece na cidade. A participação coletiva nos processos de decisões é um meio para se alcançar o último degrau, considerado o mais adequado à sociedade, favorecendo acesso equitativo aos valores de justiça, igualdade e oportunidade, garantindo que o enfoque principal seja o de sublinhar o papel dos moradores nos processos urbanísticos.

Na mesma linha de pensamento, incorporado na teoria do planeamento pluralista inclusivo, o conceito de “advocacy”, refere-se ao papel do

técnico, arquiteto e urbanista que representa a parte mais fraca, os grupos excluídos dos processos de tomada de decisão, defendendo os seus valores e interesses. Como representante auxilia na reivindicação dos seus direitos, promove e colabora para criação de um ambiente cívico inclusivo, que atribui a cada indivíduo da sociedade, das diferentes classes, a sua responsabilidade, afirmando o sentido de identidade, na política comunitária a que pertence (DAVIDOFF, 1965).

Clara Greed (2003) reforça esta perspetiva, afirmando a posição de participante como agente dinamizador de ideias e organizador, despojando-se da posição de mestre do projeto, A autora refere ainda o processo de subjetivação (DELEUZE, 2005), que supõe que no processo de participação os utentes se envolvem nos assuntos com uma postura (re)ativa, e um entendimento autónomo e individual em relação ao seu ambiente habitado. O efeito desses processos e abordagens participativas, não é premeditado, sendo comum que o arquiteto perca o controle, manifesto pela diversidade de uma sociedade viva, em constante mutação e reconfiguração.

Segundo Vasconcelos, citada por Raposo *et al.* (2017), distinguem-se dois tipos de participação nos processos de planeamento, a participação ativa e a passiva. Na participação passiva ocorre um distanciamento entre o processo de planeamento urbano e a comunidade, devido à pré-determinação e imposição das soluções por parte dos técnicos e representantes do Estado. Com este afastamento, não se promove o ambiente democrático que a participação ativa visa e que é propício para o compartilhar de experiências, informações e funções, que permitem aos técnicos um aumento do conhecimento do real, resultando em inovações e resolução de problemas de forma concreta (BOURGON, 2009). A participação ativa permite chegar a propostas diversas, que contam com a contribuição das variadas visões particulares de diferentes grupos de interesses, interligadas entre si, e chegar à elaboração de planos e intervenções ajustadas que se, distanciam cada vez mais do exercício mental feito exclusivamente por planeadores racionais (CAMPBELL E MARSHAL, 2002).

Sendo assim, a arquitetura passa a ser feito pelo usuário e pelo arquiteto, em um ambiente de cooperação e interdependência simultânea (HILL, 2003). Creighton (2005) defende que a qualidade de um plano baseia-se no princípio de planear *"*com" pessoas e não apenas "para" as pessoas. Planear para as pessoas, ainda que baseado em boas intenções pode resultar em estratégias e projetos que se impõem de

forma autoritária reprimindo determinadas classes, interesses e valores específicos, em detrimento de outros. Muitas vezes, esse tipo de intervenção é rejeitada, com o passar do tempo, pelos utentes, devido ao seu desajuste com as reais necessidades e interesses da comunidade local e à ausência de envolvimento no processo. Promovendo a desigualdade, injustiça, falta de sentido de identidade, este tipo de intervenção exterior leva uma desapropriação por parte da comunidade e contribui para ações de vandalismo, criminalidade e abandono.

> "(...) descobrir as reais necessidades dos usuários, portanto, significa expor e reconhecer seus direitos de ter coisas e seus direitos de se expressar, significa provocar uma participação direta (...)"
>
> (CREIGHTON, 2005, p.18)

Planear com as pessoas promove um crescente ambiente democrático, e conduz à construção de uma cidade democrática, forjada por múltiplos processos contínuos de participação, criando um campo propício para a identificação das necessidades de cada comunidade local, base para a formulação de uma estratégia adequada. Para identificar as particularidades das comunidades, de forma a não uniformizar as necessidades e as soluções é necessário a participação dos seus membros, desde a população local aos seus representantes e líderes.

Considera-se o papel do Estado imprescindível, pois administra legitimamente em uma esfera global e é o responsável pela decisão final, mas destaca-se a relevância da participação pública dos cidadãos nos processos de decisões que os afetam podendo os técnicos e responsáveis políticos impelir a sua prática ou não. Quer na esfera política ou social, a participação pública assume-se como um instrumento fundamental e estruturante para um bom funcionamento das cidades. Torna-se então necessário a criação e exploração de mecanismos técnicos aplicáveis, no intuito de gerar um ambiente organizado e oportuno para a inclusão da população e agentes urbanos no planeamento urbano e processos ligados a este, aproximando-os da administração pública local e vice-versa. Esta perspetiva afasta-se de um planeamento restrito e conduzido por sistemas tecnocráticos fechados, com pouca possibilidade e oportunidade de abertura à sociedade civil (CRESPO, 2004).

MÉTODOS E TÉCNICAS

> "São as pessoas dos territórios onde se pretende intervir os atores principais de todo o processo de intervenção. Cada território é um território, assume as suas próprias características e particularidades, o mesmo acontece com as pessoas, partindo deste pressuposto, pode concluir-se que toda a intervenção que se pretende pôr em prática deve ser ajustada às necessidades dos habitantes de cada território"
>
> (CMS, 2011, p.4.)

Tendo como principal objetivo a obter conhecimento e ferramentas suficientes para se fazer uma escolha refletida e adaptada das técnicas participativas à área de intervenção e à sua específica comunidade, tornando assim possível a participação da comunidade no processo de trabalho. Primeiramente é feita a escolha de métodos e técnicas, para assim identificar a forma mais adequada de abordar a participação na área de intervenção. Foi estudado o método de Creighton (2005), onde são abordadas um conjunto de etapas do processo participativo, que seguem de uma exploração de técnicas aplicadas, para a partir daqui formar um programa participativo.

As etapas do processo participativo segundo Creighton (2005, p.68), são as seguintes:

a) Decidir quem precisa estar na equipe de planeamento
b) Identificar as partes interessadas e identificar os seus possíveis problemas e preocupações
c) Identificar questões potenciais e preocupações
d) Definir objetivos gerais da participação pública
e) Analisar a troca de informações que devem ocorrer para alcançar os objetivos da participação pública
f) Identificar as considerações especiais que podem afetar a seleção de técnicas
g) Selecionar técnicas de participação pública

a. Decidir quem precisa estar na equipe de planeamento

Nesta fase devem estar envolvidas pessoas afetadas pela decisão a ser tomada e aqueles que implementarão tal decisão, sendo como exemplo: habitantes, facilitadores e técnicos. Para a escolha podem se fazer as seguintes perguntas: quem são os possíveis afetados?; quem são os representantes destes possíveis afetados?; quem são os sem voz ativa?; quem é o responsável pelo que é intencionado?; quais são as

partes que poderão contrariar?; quem poderá contribuir com recursos?; de quem é a atitude que terá de se alterar se tal decisão for tomada?

b. Identificar as partes interessadas e identifique os seus possíveis problemas e preocupações

Nesta fase devem ser identificadas pessoas e organizações que provavelmente têm interesses ou são influentes nos processos de decisões. Identifica-se ainda questões e preocupações plausíveis que podem ocorrer durante os processos de decisão, exemplo: saúde, desemprego, habitação acessível, património, recursos naturais, entre outros.

c. Identificar questões potenciais e preocupações

Ao identificar os potenciais interessados, encontram-se simultaneamente as questões e preocupações a discutir. Como exemplo: população, uso do solo, recursos culturais, qualidade de vida, benefício económico e retorno, desemprego, recursos naturais e ecológicos, segurança, etc.

d. **Definir objetivos gerais da participação pública**

Os objetivos genéricos da participação pública são, primeiramente, identificar os problemas e perceber como são vistos e entendidos por todos os interessados e quais as possíveis soluções. Seguindo de uma avaliação criteriosa, através de uma lista de possíveis critérios.

e. Analisar a troca de informações que devem ocorrer para alcançar os objetivos de participação pública

Aqui ocorrerá uma troca de informação, onde para cada um dos objetivos da participação delineados, com base nos problemas e questões identificados, encontram-se as informações que serão necessárias fornecer ao público e informações desejadas para se obter do público.

Respondendo às seguintes perguntas:

O que o público precisa de saber para participar efetivamente nesta fase? O que é necessário aprender do público para completar esta fase?

f. Identificar considerações especiais que podem afetar a seleção de técnicas

Há circunstâncias especiais que podem influenciar na escolha da técnica participativa. Ligadas às características das questões, às características do público e da organização particular da aplicação metodológica escolhida, como exemplo: a duração do processo de decisão;

circunstâncias sociais especiais (cultura/etinía); público dividido ou unido; dispersão geográfica; nível de interesse; características do público, características da organização, etc.

g. Selecionar técnicas de participação pública

Nesta última fase é necessário conhecer as técnicas disponíveis, e as forças e fraquezas de cada uma destas, tendo em vista a característica do público local, com o objetivo principal de obter informação do público para aplicá-las diretamente no processo de decisão de projeto. A técnica escolhida deve ter em consideração o nível provável de interesse e envolvimento do público. O ponto fulcral do programa de participação pública é a descrição e definição das atividades participativas que nele ocorrerão, deve haver entre estas uma correlação e uma sequência.

TÉCNICAS

Diante de um universo de técnicas de abordagem participativa que têm vindo a ser desenvolvidas e aplicadas internacionalmente no urbanismo, foram escolhidas as que se pensou melhor enquadrar no contexto da área de intervenção. Segundo Creighton (2005) podem ser divididas em duas etapas. A primeira ***técnicas para dar informação ao público***, tem o objetivo de informar os participantes de forma a que compreendam como as decisões ali tomadas podem afetá-los. Na segunda, ***técnicas para obter informação do público,*** pretende-se compreender a visão da comunidade sobre o bairro, além de conquistar, através dos exercícios e atividades desenvolvidas, uma consciência das possibilidades que acabam por despertar a criatividade para a próxima etapa. Especialmente aqui a escolha das técnicas irá influenciar com grande peso o tipo e o modo da informação obtida.

Para este trabalho percebeu-se que era ainda necessário acrescentar o estudo das ***técnicas de exploração de ideias***, de acordo com o método criativo de Lyra Srinivisan (1990). O objetivo é apelar à faculdade imaginativa de cada indivíduo, tendo como base um futuro de todos os possíveis de maneira a desbloquear a criatividade e "(...) acreditando que cada indivíduo tem reservas de energias e talento que permanecem desconhecidas e inexploradas." (SRINIVISAN, 1990,p.60)

Técnicas para dar informação ao público ou técnicas de tomada de consciência (CREIGHTON, 2005, p. 89).

Escolha de catálogos (Choice catalogues) (WATES, 2000, p.36)
Cada grupo deverá escolher um conjunto de fotografias que gostam e menos gostam. A escolha deve ser feita de acordo com o critério a respeito do que é uma boa comunicação. Cada grupo deve falar o porquê da escolha. No final deverá ser explicado o objetivo e a importância da participação dos cidadãos no planeamento urbano.

Hora do café (Coffe Klatch) (CREIGHTON, 2005, p. 107)
Caracterizado por uma reunião informal em uma casa ou espaço privado, onde estão presentes os arquitetos e facilitadores. São discutidas informalmente questões do programa de participação. Esta técnica oferece um ambiente acolhedor, que promove um bom desenvolvimento das técnicas e métodos e soluções aplicadas, podendo também ser aplicada para as técnicas para obter informação do público.



Fig.4. Exposição de mesa *(Table scheme display)*
Fonte: Wates, 2000, p.121



Fig.5. Mapeamento *(Mapping)*
Fonte: Wates, 2000, p.76

Técnicas para obter informação do público (CREIGHTON, 2005, p. 102)

Mapeamento (Mapping) (WATES, 2000, p.76)
Uma técnica ´non-verbal´ através de maquete, desenho, plantas, etc, permite que a comunidade transmita o seu modo de ver o espaço físico em que vivem. Esta técnica facilita a identificação de aspetos importantes da área a intervir.

Avaliação do risco (Risk assessmente) (WATES, 2000, p.112)
São identificados pontos fracos e ameaças na comunidade, permitindo a identificação de oportunidades, constrangimentos e pontos fortes. No final obtém-se uma clara visão da natureza e escalas dos problemas a enfrentar. Esta técnica pode ser feita através de tabelas a serem preenchidas pelos participantes ou poderá ser incrementada em outros exercícios em simultâneo.



Fig.6. Planeamento na prática *(Planning for real)*
Fonte: The Community Planning, 2000, p.101

Exposição de mesa (Table scheme display) (WATES, 2000, p.120)
Coloca-se sobre as mesas elementos (desenhos, palavras, maquete, etc.) referentes a um conjunto de propostas, onde os participantes colocam pequenos autocolantes coloridos. Cada cor expressa uma opinião verde (concordo), amarelo (sem opinião), vermelho (discordo). Cada participante pode acrescentar opiniões.

Técnicas de exploração de ideias (SRINISAN, 1990)

Planeamento na prática (Planning for Real) (WATES, 2000, p.101)
O exercício decorre sobre uma maquete da área de intervenção, onde os participantes colocam sobre ela pequenos cartões com sugestões (ex: parque infantil, estacionamento, árvore, bancos, etc.) podendo terminar com uma discussão geral das ideias.



Fig.7. Workshop de desenho *(Design workshop)*
Fonte: The Community Planning, 2000, p.50

Workshop de desenho (Design workshop) (WATES, 2000, p.50)
Comunidade expressa desejos, vontades, necessidades e possibilidades através de desenhos, fotografias, stickers, etc.
Onde grupos de profissionais e participantes trabalham em conjunto desenvolvendo ideias. Com plantas, maquetes e post-it, são colocadas sobre os materiais de trabalho as ideias. São abordados diferentes tópicos como, acessibilidade, edificado, serviçoes, etc, para assim desenvolver uma solução final coletiva.

Galeria (Gallery) (SANOFF, 2000, p.73)
Participantes escrevem num poster as várias ideias, onde estes serão expostos anonimamente onde todos podem ler.

Cartão de impressões (Pin Card) (SANOFF, 2000, p.73)
Em volta de uma mesa, pequenos cartões circulam, onde cada participante escreve uma ideia sobre determinado ou um conjunto de tópicos, acrescentando ideias ao conteúdo inicial.

Técnica de grupo nominal (Nominal Group Technique) (SANOFF, 2000, p.73)
Apresenta-se um determinado tema ou problema aos participantes, durante cinco minutos são escritos em um papel as suas ideias e soluções, depois são sorteadas, lidas e debatidas.

Nesta parte do trabalho identificou-se a necessidade de duas abordagens participativas, uma primeira de reconhecimento local, onde se desenvolveriam conversas informais com representantes sociais. Depois de identificados os facilitadores, como a Associação Desportiva, Recreativa e Cultural de Alfange, o Centro de Social Interparoquial de Santarém e a Junta de Freguesia de Santa Iria, pensou-se em abordá-los de forma a conhecer e perceber os modos de vida da área de intervenção, além do nível de abertura e envolvimento da população local. Detetou-se a necessidade de deixar uma escala alargada e aproximar-se do bairro de Alfange, focalizando-se nas questões

específicas deste bairro, tornando-se mais fácil o reconhecimento do caminho a ser tomado, para assim se intervir de forma eficaz. Desta forma, em Alfange, inicialmente pensou-se em trabalhar com a associação, que se mostrou bastante aberta e interessada por estas questões, para com ela escolher a melhor forma de abordar a comunidade. A partir daqui, com o conhecimento adquirido das técnicas e métodos juntamente com as conversas e observações do local elaborou-se alguns ensaios de um programa participativo, de onde foram traçados o seu tipo e formas de aplicação.

2.2 A QUALIFICAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO COMO INSTRUMENTO DE REVITALIZAÇÃO/REGENERAÇÃO URBANA

O direito à cidade não se relaciona apenas às aspirações e necessidades individuais, como o acesso a todos ao trabalho, às condições básicas de habitabilidade, mas também incorpora a noção de pertencer a uma comunidade política. Entende-se desta forma que os espaço públicos se tornaram a casa da vida pública, para a democracia e cidadania, assumindo-se como palco da vida urbana da cidade, onde é expresso e representado, a qualidade da vida urbana e a identidade da cidade (INDOVINA, 2002).

O espaço público foi assumindo diversas configurações ao longo da história, desde os grandes fóruns romanos, feiras e mercados medievais, as grandes avenidas e praças do renascimento. Desde final do século XVII, com a afirmação da burguesia, assume-se como lugar de socialização e interação, embora em um quadro social desigual. No século XX, o espaço público promove um ambiente urbano democrático, palco de manifestações políticas contras as formas de poder autoritário, bem como de expressões sociais, eventos culturais, debates públicos, trocas comerciais, onde também se afirma o direito dos cidadãos à cidade (BALULA, 2010).

O espaço público tradicional, onde decorria toda a vida urbana, progressivamente perderam o seu lugar primordial. Alguns destes espaços, adaptados às crescentes transformações urbanas e sociais, conseguem desenvolver e perpetuar a sua vitalidade, inseridos em zonas de ações de revitalização, sendo mais comuns nos centros históricos. Muitos outros nas zonas históricas esquecidas ou nas zonas periféricas das cidades, encontram-se degradados e com desadequada oferta de atividades, fato que promove o seu abandono e não utilização. Paralelamente emergem novos espaços de uso público privado, como

centros comerciais e condomínios fechados com os seus internos espaços coletivos, que acabaram por ocupar o lugar dos antigos espaços públicos devido às suas novas e qualificadas instalações que respondem às novas exigências económicas e sociais.

Atualmente, os projetos dos espaços públicos ganharam maior veemência na arquitetura, pois percebeu-se a sua importância como elemento formador de dinâmicas fundamentais para a cidade, como relação e integração social, dinâmica económica e a sua componente representativa do significado internacional da cidade. Os espaços públicos urbanos passaram a estar associados à dimensão simbólica das relações sociais, no quadro de uma sociedade de consumo aqui fortemente representada. Desta forma, a base estruturante do espaço público passou a ser a sua força atrativa, medida pelo nível de oferta e de procura dos seus serviços. Já não se visa satisfazer as necessidades básicas da cidade e dos seus habitantes, mas, dotá-los de uma intervenção urbana económica funcional forte, visando tornar os locais mais atrativos atribuindo-lhes um novo significado.

> "Tendo ficado para trás a fase em que a prioridade da intervenção sobre os espaços das cidades tinha de ser dada às necessidades básicas"
>
> (CASTRO, 2002, p.56)

As novas formas de urbanização apostam em espaços públicos qualificados, apropriado à nova cultura empresarial da cidade, sendo, no entanto, substancial que não se transformem em uma visão distorcida sem qualquer consideração pela realidade humana e sociocultual. A caminhada para a formulação de uma intervenção qualificada, no espaço urbano, necessita assim dirigir-se em rumo a ações estratégicas que guardam o valor da tradição, mas que simultaneamente, garantem flexibilidade, de forma a suportar a constante mutação das cidades.

> "(...) libertando-o daquilo que é considerado inconveniente, e ativando um processo de manutenção adequada e contínua."
>
> (INDOVINA, 2002, p.123)

VITALIDADE DO ESPAÇO PÚBLICO

A vitalidade do espaço público é garantida não só pelo seu desenho urbano, mas também pela multiplicidade de usos nele encontrada. Janes Jacobs, defende, em Morte e Vida das Grandes Cidades Americanas (1961), a ideia de que o espaço urbano necessita albergar e oferecer uma base sustentadora da vida urbana, conseguida através da variedade de usos. Desta maneira, quanto maior a variedade de funções e atividades, interligadas entre si, formando uma rede contínua, afastando-se da ideia de centralidade, maior a oportunidade de relações e eventos sociais, conservando uma atmosfera espacial de vivacidade, com cada vez maiores dinâmicas de desenvolvimento, suportando e servindo os cidadãos tanto ao nível económico como social, mantendo assim as cidades vivas (JACOBS, 1961).

> "(...) uma conquista baseada em uma visão esquemática (uma abordagem setorial) dos problemas do espaço público tem mais probabilidade de causar danos irreversíveis do que melhorar a situação (...)"
>
> (ZEPF, 2001, p.180)

De acordo com Balula (2010), na cidade identificam-se três tipos de espaços urbanos, os espaços privados, os espaços públicos e os espaços privados acessíveis ao público, interligados e interdependentes e que são gerados da cidade e assumem-se como a própria cidade. Nos dois últimos são desenvolvidas as atividades que funcionam como imã atrativo de pessoas, como exemplo, espaços de comércio, restaurantes, bares, atividades culturais e desortivas, e outros, constituidores do fluxo de pessoas e que exigem constantemente contacto físico e direto, dando vida e dinâmica urbana a cidade.

Com enfoque nos espaços públicos e espaços privados acessíveis ao público, Gehl (1971) destaca três tipos de atividade humanas que daqui decorrem, nomeadamente as atividades, tendo por sua base os serviços básicos diários de determinada comunidade. Estes estão fortemente relacionados com as atividades económicas que acontecem em espaços privados de acesso ao público, como comércio, serviços vários, estabelecimentos e equipamentos, locais onde as pessoas se deslocam de forma funcional e transitória, tendo a prática de caminhar e andar. Concentrada nas ações básicas da realidade humana, não possuem em si força para desenvolver uma vida urbana qualificada.

As atividades sociais, que compõem as relações e encontros informais da comunidade, são resultantes de práticas no espaço público, como conversar, encontrar, jogar, correr, piquenique, etc. O espaço público, e função da sua configuração, pode promover ou até impedir a sua execução, neste caso resultando em uma desqualificação da vida urbana.
As atividades opcionais, que sustentam uma procura social como bibliotecas, museus, teatros, hotéis, ciclovia, parques, jardins, etc., impulsionam um maior contacto humano, proporcionando um ambiente instigador para uma maior fomentação das atividades sociais. A sua realização depende da oferta, tanto sensorial quanto física do espaço, podendo este induzir ou desencorajar a sua prática.

QUALIFICAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO COMO INSTRUMENTO DE PROMOÇÃO SÓCIO-URBANÍSTICA

Não esquecendo o contexto urbano abordado neste trabalho, onde a área de intervenção é composta por um bairro social, compreende-se que é inevitável abordar este tema, de modo a sustentar um conjunto de princípios no qual assenta o projeto a ser desenvolvido. Estes permeiam fatores externos e questões ligadas ao papel do indivíduo diante da sociedade.

> "O bairro é o espaço onde o indivíduo desenvolve a sua identidade pessoal e social, assim, o meio onde vive irá condicionar a sua formação como indivíduo (...)"
>
> (TOMÁS, 2015, p.34)

No que diz respeito a bairros sociais, geralmente, carecem de uma apropriação social do espaço, sentida pelos moradores. Os residentes destes bairros são, de forma comum, cidadãos com baixas condições económicas, onde a situação de desemprego é frequente. Muitas vezes, a imagem negativa de tais bairros, espelham-se nos comportamentos e postura dos indivíduos que nele habitam, repercutindo nas suas ações e comportamentos, pois a forma como o bairro é visto externamente, pode induzir à práticas antissociais (GEHL, 1986), que são expressões de marginalidade como por exemplo roubo, crime, prostituição, vandalismo e outras. A sua ocorrência impossibilita uma vida urbana exitosa, podendo afetar a representação social pessoal de cada indivíduo, influenciando e condicionando a sua postura na sociedade. Estes fatores podem levar à perda da identidade local e sentido de comunidade, resultado refletido em espaços públicos ocupados de

maneiras desapropriadas e inadequadas, refletindo um ambiente de medo e insegurança na comunidade, e consequentemente uma vida urbana debilitada e desqualificada.

Entende-se então que é necessário, especificamente neste caso particular, resgatar a noção da apropriação do espaço, através de um maior desempenho na elaboração de estratégias que promovam a relação entre o indivíduo e o espaço público. De acordo com Paula Almeida (1994) em Augusto (2000, p.7), a apropriação do espaço está relacionada com a "(...) forma como o homem interioriza a imagem desse espaço e como age, reage e o interpreta e que se exprime, essencialmente, nas relações que os indivíduos com este estabelecem."

Para o desenvolvimento deste trabalho, pretende-se aplicar o princípio da multiplicidade no espaço urbano, por possuir maior probabilidade de vitalidade na cidade (CARMONA *et al*., 2003). Entende-se que quanto maior e diversificada for a oferta, que permite diversas experiências nos espaços urbanos, maior a sua atratividade, e consequentemente a procura local, originando a uma afluência de novas dinâmicas sociais e económicas. Para isso, é necessário ter em atenção que a densidade populacional de uma zona urbana é uma componente importante para a justificação do nível de atividades várias e que o potencial de atração é crescente à medida que estas novas funções são disponibilizadas neste determinado espaço.
A vitalidade e o significado dado aos espaços públicos determinam a atração destes, gerando, ou não, uma identidade para a sua apropriação, que promoverá a sua utilização, definindo o seu nível de segurança, pois segundo Augusto (2000, p.2) "(...) o indivíduo não defenderá o seu espaço se não se identificar com ele(...)".

Por fim considera-se necessário uma escolha refletida onde se localizarão as operações de reabilitação, novas construções, atribuição de novas funções e usos, de forma pensada e apropriada ao tipo de espaços necessitados e desejados pela comunidade local. Sustentando, assim, um novo ambiente urbano para a área de intervenção, materializado em espaços de direitos, formados para e por um maior sentido de pertença e identidade coletiva, apresentando-se como um símbolo urbano de cidadania.

2.2.1 REVITALIZAÇÃO DA CIDADE

REVITALIZAR AO REABILITAR

A revitalização urbana pode ser definida como um "processo integrado de reanimação de parte da cidade e onde se podem incluir operações de várias ordens, pretende-se depois estruturar uma tipologia de situações empíricas que permitam dar corpo à diversidade potencial de intervenções em nome da referida revitalização" (MOURA *et al*., 2006, p.1). Instituída por volta da década de 80 do século XX como um processo de regeneração urbana ou revitalização urbana (MOURÃO, 2019). Devido ao estado físico das cidades, deixado pelas marcas do processo de transformações económicas, sociais e consequentemente urbanas, pelo declínio da industrialização pesada, surge a necessidade de reabilitação do espaço urbano.

Segundo o RJRU (Regime Jurídico de Reabilitação Urbana) (DR nº. 307/2009) "A reabilitação urbana assume-se hoje como uma componente indispensável da política das cidades (...)"

A noção de reabilitação urbana envolve obras de conservação, recuperação e reutilização, que produzem um processo de transformação integrado do espaço urbano. E embora desenvolvam e alterem a vivência no espaço revitalizando-o e se adequando e um novo modo de vida, mantém-se o seu carácter original.

A reabilitação pode propor a demolição, o restauro e a construção, em simultâneo, em espaços diferentes. Sendo assim, um bairro pode caminhar para a revitalização, por suas novas dinâmicas nas atividades económicas e sociais, que por sua vez atrairão novos habitantes e visitantes (MOREIRA, 2007).

Em 1986, em Toledo, surge a Carta Internacional de Salvaguarda de Cidades Históricas (ratificada em 1987 pela Assembleia Geral do Icomos) onde consta que " Os valores a preservar são o carácter histórico da cidade e o conjunto de elementos materiais e espirituais que exprimem a sua imagem". As cidades possuem valores patrimoniais que não se podem perder, agregando valores sociais, económicos, urbanos, culturais e memorial, sendo o alicerce para uma regeneração urbana mais adequada em áreas com estes contextos existentes, isto é tecido urbano e edifícios. A reabilitação urbana como um processo de transformação urbana necessita respeitar o existente, mas não apegar-se a este, sendo necessário a procura de uma solução que tem em vista as exigências e procura da atualidade, podendo recorrer, por exemplo, à alteração de usos.

Segundo o RJRU (Regime Jurídico da Reabilitação Urbana) DC nº. 307/2009, I, 2º, j) o termo "Reabilitação urbana" define-se pela "(...) forma de intervenção integrada sobre o tecido urbano existente, em que o património urbanístico e imobiliário é mantido, no todo ou em parte substancial, e modernizado através da realização de obras de remodelação ou beneficiação dos sistemas de infra-estruturas urbanas, dos equipamentos e dos espaços urbanos ou verdes de utilização coletiva e de obras de construção, reconstrução, ampliação, alteração, conservação ou demolição dos edifícios (...)"

O conceito de reabilitação inclui o objetivo da requalificação urbana, que tem como ponto fulcral a melhoria da qualidade de vida da população residente de determinado local, incluindo múltiplos medidas, como processos de restauro e construção de espaços urbanos e edifícios, com incidência no destaque do espaço público, ajuntando-se com ações para a valorização da imagem local e disposição adequada de serviços, não deixando de atentar para os valores patrimoniais que se devem resguardar.

A revitalização urbana, pode ser composta, genericamente, pelos dois conceitos anteriores. Assumindo-se como um conjunto de ações integradas em um só projeto, tendo em vista a sustentabilidade territorial. Por consequência, o desenho urbano estará intimamente interligado, não acontecendo antes de um plano estratégico territorial, com as variadas dimensões da cidade, traduzindo-se na formação de um qualificado ambiente urbano.

Apoiados na ideia de atrair uma nova vida ou reviver, estes processos não acontecem, muitas vezes, de imediato, mas poderão resultar em uma maior eficácia do sistema urbano, pela sua intervenção integrada e bem articulada, além de promover a integração e coesão social, através da dinamização da sociedade, bem-estar urbano, melhor qualidade de vida para os cidadãos e contribuição para o sistema económico (MOURA *et al*. 2006). O envelhecimento de edifícios, equipamentos e espaços constituem oportunidades para novas funcionalidades, e consequentemente para uma maior valorização local promovendo o funcionamento global mais harmonioso, atraindo novos habitantes, investimentos e impulsionando a coesão social.

2.3 CASOS DE REFERÊNCIA

PARTICIPAÇÃO - EM PORTUGAL O SAAL

Em um contexto de evolução da perceção mundial da participação, presente em diversas disciplinas, em Portugal um dos primeiros processos participativos, de forma consequente, na arquitetura ocorreu depois da Revolução de 25 de Abril de 1974, surgindo através de um novo programa de habitação, sob direção de Nuno Portas. As operações SAAL (Serviço Ambulatório de Apoio Local) se revelaram uma resposta para o contexto da época, onde a primordialidade era responder a grande demanda habitacional, acrescentando, de forma empírica, a teoria de participação. Decorridas entre 1974 e 1976, as operações contribuíram não só para o despertar do interesse pela arquitetura portuguesa, mas também para uma crescente conscientização social nas cidades. Constituídas por 170 projetos espalhados por todo o país, onde ocorreram experiências locais em bairros, liderados por arquitetos, eram realizados projetos que visavam responder às necessidades habitacionais das comunidades desfavorecidas, garantindo-lhes melhor qualidade de vida. Aqui o contributo dos moradores nas operações foi indispensável no alavanque para os avanços necessários, os arquitetos, por sua vez, projetavam não "para" mas "com" as populações. Estas participavam nos variados processos de decisões, assumidos como processos coletivos, traduzindo um marco revolucionário na arquitetura. Ocorre uma descentralização das decisões, que passavam também pelos cidadãos.



Fig.8. Manifestação pela habitação
Fonte: http://www.cd25a.uc.pt/media/galeria/6066.jpg



Fig.9. Operações SAAL
Fonte: Filme As Operações Saal de João Dias

"(...) No sistema de habitação tradicional tudo está feito quando os inquilinos chegam. Com o programa SAAL, o inquilino chega antes de qualquer decisão ser tomada (...)."

(PORTAS, 2003, p.2)

Como exemplo é o Bairro de Antas que, entre os anos de 1974 e 1977 beneficiou das alterações desejadas pela população local, concebidas juntamente com órgãos e entidades locais e técnicos, com a participação efetiva dos habitantes nas decisões e até na construção. Em um novo contexto urbano articulado com a sua envolvente, o conjunto de pequenas casas construídas, um total de 82 fogos, ofereceu a cada família as condições básicas para se viver.

O processo inclusivo na arquitetura, no qual assentou o SAAL, cooperou no reconhecimento e atribuição do devido potencial e valor da participação pública na arquitetura e na vida da cidade, promovendo um

empoderamento das comunidades e dos seus valores, acreditando na transformação através da força coletiva e demonstrando o quão proveitoso isto se tornara. Embora decorrentes, muitas vezes, de um ambiente de desavenças, diferenças de pensamentos e discórdias, a participação contribui para a produção de uma cidade mais justa.



Fig.10. Condições de habitalidade dos moradores do bairro da Anta, antes da operação SAAL
Fonte: Centro de documentação da Universidade de Coimbra



Fig.11. Construção das novas habitações do bairro, pelos moradores
Fonte: Centro de documentação da Universidade de Coimbra



Fig.12. Habitações do Bairro de Antas
Fonte: Centro de documentação da Universidade de Coimbra

PARTICIPAÇÃO NO MUNDO – o caso do ECOBox

ECObox é uma série de projetos autogeridos desenvolvidos pelo Estúdio de Arquitetura Autogerida, Atelier d'Architecture Autogérée, uma associação francesa sem fins lucrativos, fundada em 2001, onde trabalham arquitetos, artistas, designers, sociólogos, estudantes e residentes locais. O projeto constituiu o seu enfoque em espaços abandonados e subutilizados, no bairro de La Chapelle, em Paris. Consiste no estudo e criação de novas estratégias de regeneração urbana da área, com ações de reabilitação, requalificação, reutilização e reapropriação, estabelecidas sobre o princípio da participação pública.



Fig.13. "Jardim das palavras" consulta pública, em La Chapelle, 2001
Fonte: Blundel et. Col., 2005, p.67

Projetado como uma plataforma para eventos comunitários, visando maior integração social e envolvimento da população em "micropolítica", através de atividades de cultivo e outras, um dos projetos situa-se em um pequeno bairro de La Chapelle. Alavancado por meio da participação dos residentes, envolvidos desde a fase inicial do projeto, os arquitetos Constantin Petcou e Doina Petrescu, perante o processo projetual, apresentaram-se em segundo plano, de forma a promover o envolvimento total da comunidade. O espaço tornou-se um lugar de desenvolvimento social, ocupando o lugar com intervenções transitórias, onde as atividades culturais e sociais se desenvolvem até hoje, seguindo os desejos e a agenda dos residentes.

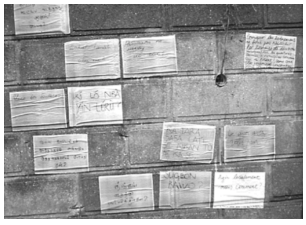


Fig.14. Questões faladas em La Chapelle, traduzidas em diferentes línguas, colocadas no muro do jardim
Fonte: Blundel et. Col., 2005, p.70

As técnicas de participação aqui utilizadas tiveram origem no princípio do "(...) direito de participar do trabalho da imaginação" (PESTRESCU *et. al*., 2005, p.66). Os participantes, na posição de papel central, apoiados

por especialistas, foram impulsionados a expressar os seus desejos individuais e coletivos, identificaram as prioridades e necessidades essenciais do bairro, criando as suas próprias soluções. Através da ocorrência de uma série de consultas reais e trabalhos criativos, encontravam à sua disposição um conjunto qualificado de informações e ferramentas técnicas para a elaboração de propostas. Neste projeto, destacou-se ainda um apelo a criatividade social, expressa na imaginação, tida como uma ferramenta essencial para o processo de transformação do espaço, descentralizando o enfoque nas estruturas técnicas, onde a abordagem tecnocrata "(...) falar *pelo* outro, pensar *para* o outro (...)" (Lins, 2005, p.8) não foi aqui, de nenhum modo, considerado e colocado em prática.

Como exemplo, uma das primeiras abordagens participativas, foram consultas realizadas em vários espaços do bairro, onde os seus integrantes, de todas as idades realizaram um quadro de post-it intitulado o "jardim das palavras" escrito e desenhado pelos residentes, questões e perguntas ocorridas nos debates organizados, e posteriormente colocado no muro do jardim.



Fig.15. "Jardim temporário", bairro em La Chapelle.
Fonte: https://www.ryerson.ca/carrotcity/board_pages/community/ecobox.html



Fig.16. Cozinha móvel, no jardim
Fonte: https://www.ryerson.ca/carrotcity/board_pages/community/ecobox.html

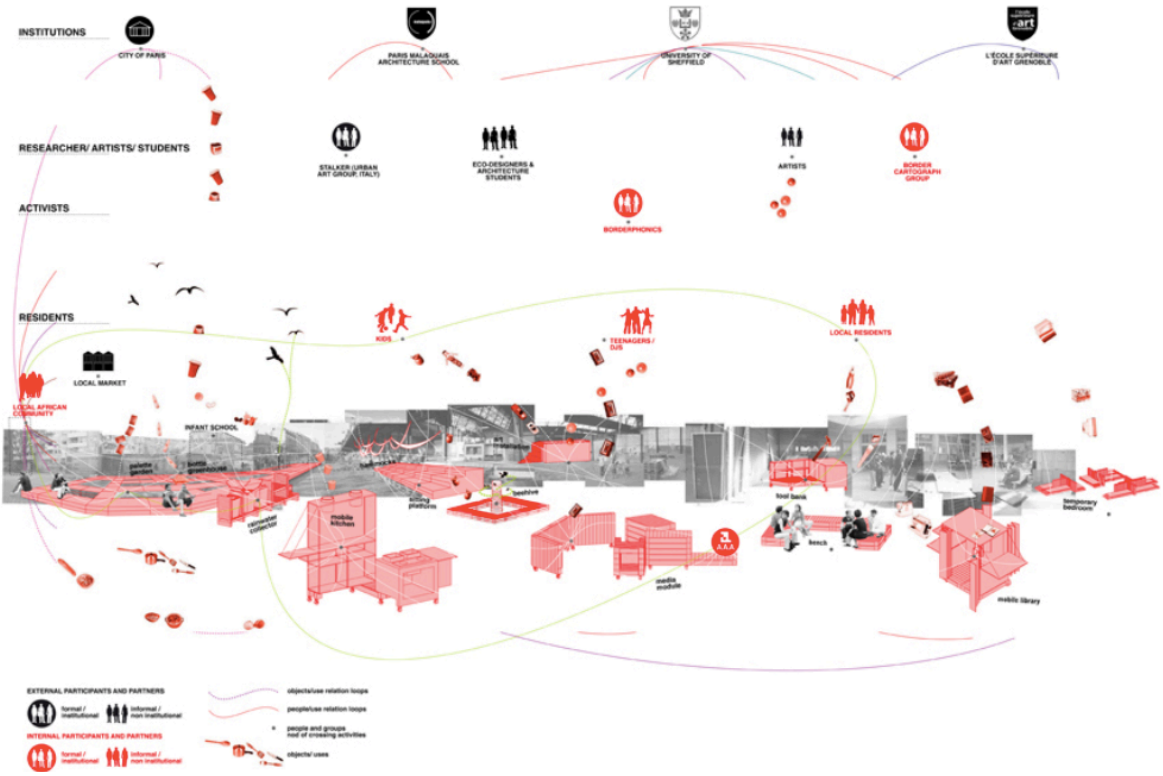


Fig.17. Esquema de conjunto de atividades sustentáveis, sugeridas pelos moradores, possíveis de serem criadas no jardim
Fonte: https://www.ryerson.ca/carrotcity/board_pages/community/ecobox.html

O caso do Block by Block- São Paulo

> "Encontramos uma linguagem que as crianças gostam e entendem, o que é importante porque elas são maioria em muitos lugares e vão crescer e se tornar os adultos na cidade. O Minecraft não é apenas um jogo. É uma ferramenta de cocriação para construir melhores cidades e melhores comunidades com sociedades mais iguais."
>
> (PONTUS WESTERBERG, UN-HABITAT, 2012)

Iniciado em 2012, para promover a participação da comunidade no planeamento urbano, especialmente jovens, o Global Public Space Program da UN-Habitat, recorre ao jogo de computador Minecrafit como uma ferramenta útil no desenho do espaço público. O programa tem o objetivo de impulsionar e promover a participação da comunidade nos processos de decisões governamentais desde o nível local ao global.

Aqui, os participantes materializam as suas ideias de forma clara e con creta, expressando-as e permitindo a sua visualização, tendo no final do processo a oportunidade de apresentá-las aos representantes da autoridade local escritório dos Governadores e da ONU-Habitat.

O programa tem resultado em espaços públicos que servem às necessidades de todos, promovendo um sentimento de identidade coletiva.

Como por exemplo a intervenção em São Paulo, onde em uma escadaria, palco de atividades criminais e marginais, utilizada em simultâneo para circulação e acesso pedonal, feita por maioritariamente estudantes, trabalhadores e moradores, deu lugar a um novo espaço de circulação e estar, intimamente ligado com os habitantes e a sua comunidade.
Através de um workshop, um conjunto de atividades se desenvolveram, permitindo com que os participantes, como moradores e crianças de uma escola, expressaram os seus desejos. Os participantes sugeriram o concerto dos degraus em ruínas, o desenho de plantas e flores ao longo das escadas, além de mesas, caixotes de lixo e pinturas de jogos no pavimento. Depois disso as crianças formaram grupos e materializaram as suas ideias através do jogo Minicraft. Por fim os moradores ainda contribuíram com a sua participação, juntamente com artistas, na execução do projeto.



Fig.18. Escadarias antes da intervenção
Fonte: https://www.blockbyblock.org/projects/saopaulo



Fig.19. Escadarias depois da intervenção
Fonte: https://www.blockbyblock.org/projects/saopaulo



Fig.20. Realização do workshop
Fonte: https://www.blockbyblock.org/projects/saopaulo

3. DE SANTARÉM AOS BAIRROS DA RIBEIRA DE SANTARÉM E DE ALFANGE

3.1 DE SANTARÉM AOS BAIRROS DA RIBEIRA DE SANTARÉM E DE ALFANGE

Localizado na Periferia Metropolitana (PROT-OVT, 2008), o concelho de Santarém insere-se em uma região territorial detentora de uma forte correlação e interdependência entre a Área Metropolitana Central e os territórios do Oeste, Médio Tejo e Lezíria do Tejo.
Localizado na Lezíria do Tejo, integrando um sistema urbano sub-regional definido por pequenos e médios centros urbanos que se articulam entre si, Santarém assume a posição de Centro Urbano Regional, juntamente com Caldas da Rainha e Torres Vedras. Este centro é revelador de um património natural e ambiental constituído por um conjunto de paisagens notáveis de elevado interesse nacional e regional, manifesto pela presença das suas grandes áreas de desenvolvimento agrícola e florestal.

Identifica-se, também, a proximidade ao Corredor Ecológico Estruturante, onde Santarém assume uma posição de Centralidade Urbano-Turística de nível 1, tido como uma Área de localização empresarial, apresentando-se como o Núcleo de turismo e de lazer devido a ser um Centro Urbano de Valor Patrimonial. É também aqui que Santarém se integra no Arco de Património, passando por Fátima e terminado em Caldas da Rainha, e por isso é inserido em um território qualificado para potenciais atividades de lazer, turismo cultural e residencial, que se complementa com a região metropolitana (PROT-OVT, 2006).



Fig. 21. Localização do Distrito de Santarém em Portugal
Fonte: Autoria própria



Fig. 22. Localização do Concelho de Santarém no Distrito de Santarém
Fonte: Autoria própria

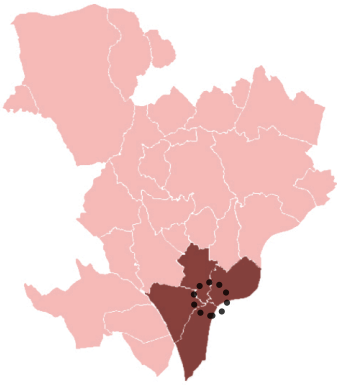


Fig. 23. Localização da área de intervenção, inserida na União das Freguesias da Cidade de Santarém, no Concelho de Santarém
Fonte: Autoria própria

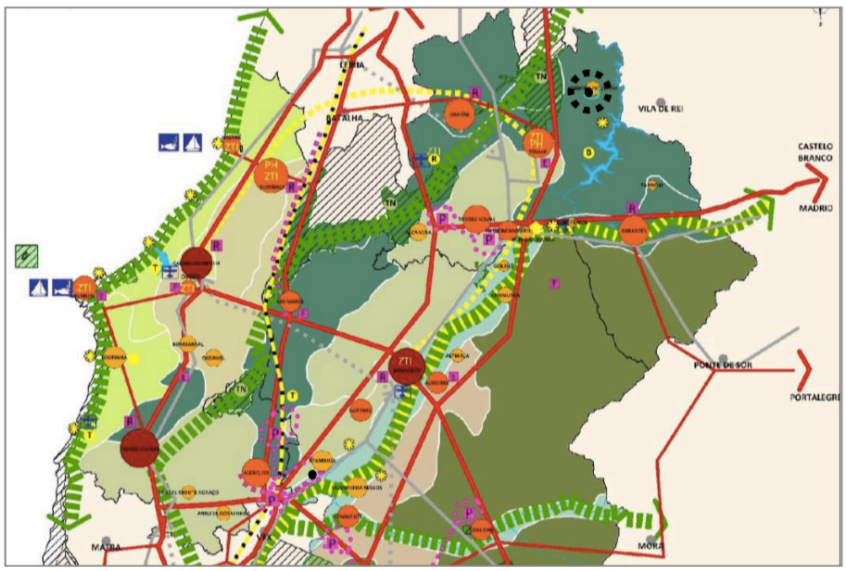


Fig. 24. Esquema global do modelo territorial para Oeste e Vale do Tejo (OVT)
Fonte: Proposta PROT-OVT, 2006

PATRIMÓNIO

No âmbito do património cultural e natural, a cidade de Santarém assume o seu protagonismo no contexto municipal em que se insere, marcado por elevada concentração destes recursos, contribuindo para o papel estruturante do concelho no território regional.



Fig.25. Alcanede
Fonte: https://farm8.static.flickr.com/7033/6524869361_f050f8b22d_b.jpg

Embora altamente condensado na cidade de Santarém, particularmente no centro histórico, está distribuído em todo o concelho um património monumental e natural. É exemplo Alcanede, que pouco povoada e com menos destaque na sua oferta monumental, localiza-se próximo ao parque Natural das Serras de Aire e Candeeiros possuidor de elevados valores naturais e de património arquitetónico.

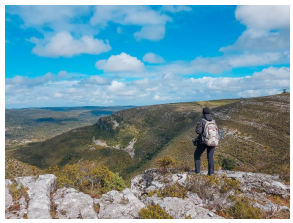


Fig.26. Parque Natural das Serras de Aire e Candeeiros.
Fonte: https://www.vagamundos.pt/roteiro-serras-de-aire-e-candeeiros/

A cidade de Santarém, de uma forma peculiar assume-se como um centro de oportunidades, devido ao seu protagonismo territorial, resultante dos seus notáveis recursos patrimoniais e paisagísticos, classificados como Monumentos Nacionais e Monumentos de Interesse Público, além de todo o seu património imaterial. Nesse contexto encontra-se uma variedade de atividades concentradas no centro da cidade: juntamente com o edificado histórico como igrejas, teatros e museus, as atividades comerciais e a extensa oferta de serviços, como o Ministério da Administração Interna, da Justiça, da Agricultura, do Comércio e Turismo e muitos outros. É de ressaltar o abundante património monumental, manifesto pela arquitetura religiosa, onde converge o legado deixado ao longo da história, pelas gerações passadas.

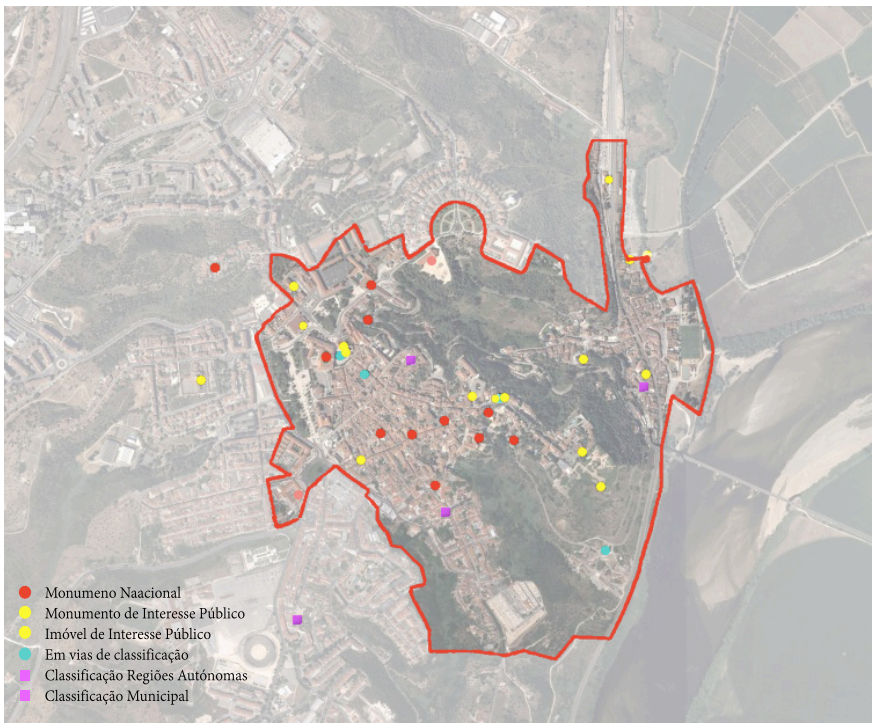


Fig.27. Património Arquitetónico Protegido em Portugal, no Centro histórico de Santarém e envolvente
Fonte: Imagem aérea do Google Mapa, editado pela autora

No âmbito do património imaterial, destacam-se atividades dinamizadoras socioculturais, como o evento da Capital Nacional da Gastronomia Portuguesa, em Santarém, o Festival Nacional de Gastronomia de Santarém, que de todo o país é um dos mais antigos, com temas como o vinho e a confeção tradicional. Santarém demarca a sua riqueza gastronómica diante de todo o território regional e nacional, representando, além disso, profissionais e grandes chefes de cozinha. O festival Internacional de Folclore de Santarém, recebe diversos grupos de dança, como o Rancho Folclórico da Ribeira de Santarém, fundado em 1972, que ainda hoje se perpetua com as suas danças e cantares ribatejanos. Acrescentam-se as aldeias avieiras do Tejo, expressas nas suas palafitas, algumas atualmente desabitadas e outras requalificadas e ainda utilizadas, onde Santarém intimamente ligado ao rio Tejo , atrai atividades ligadas a este, como a Procissão, um Cruzeiro religioso e Cultural do Tejo, ocorrido em 2016, e ainda desportos e modalidades aquáticas.



Fig.28. Cartaz do 39º Festival Nacional de Gastronomia de Santarém
Fonte: https://www.cm-santarem.pt

POPULAÇÃO E ATIVIDADES ECONOMICAS

O concelho de Santarém, com 62.200 habitantes e uma densidade populacional de 111hab./km^2 conheceu, nas últimas décadas, uma variação populacional com uma média constante, tendo ligeiras alterações, apresentando, desde a década de 1950 até 2011, uma variação populacional de cerca de 61.000 para 63.000 mil habitantes. (CMS, 2016). Na última década, a variação populacional em grande parte do concelho é negativa, especificamente nas freguesias rurais, atingindo algumas uma densidade populacional de 50 habitantes/km2, em 2011. Apenas na União das freguesias da cidade de Santarém se verificou um crescimento populacional. A União das freguesias juntamente com a freguesia do Vale de Santarém, apresentam 50% da população residente de todo o concelho. (CMS, 2016). A cidade de Santarém continua a apresentar a menor taxa de envelhecimento em contraste com as restantes freguesias rurais (CMS, 2014).

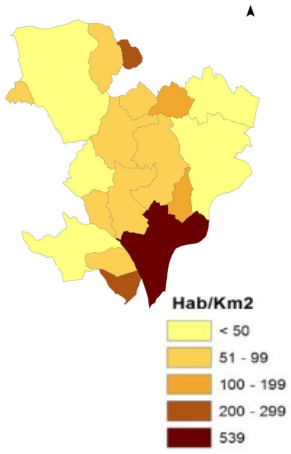


Fig.29. Densidade populacional por freguesia no conselho de Santarém, em 2011.
Fonte: Revisão da Carta Educativa do Município de Santarém. 2015, p.20

De acordo com os dados do INE (Instituto Nacional de Estatística), em 2011, o território concelhio atraiu um número maior de trabalhadores que vêm de fora, do que os que emprega fora. Ao nível das dinâmicas económicas e sociais, a atividades de serviços estabeleceu-se como atividade estruturante na cidade de Santarém, empregando mais de 70% dos trabalhadores do concelho, sendo apenas ultrapassado, no contexto regional da Lezíria do Tejo, por Azambuja. As restantes atividades, concentradas na cidade, empregam mais de 40% dos trabalhadores do concelho, nas áreas da saúde e cultura, educação, comércio e distribuição. (CMS, 2016).

A dinâmica urbana que promove a ocupação do Centro Histórico, é formada por uma população não residente que habita na zona periférica, juntamente com os visitantes que vêm de fora. Destaca-se a atividade comercial, que representa, seguindo as atividades hoteleiras e restauração, uma contribuição, não só para o mercado de trabalho, mas também para a estruturação da dinâmica atrativa de todo o território.

O Centro Histórico apresenta-se como um espaço polarizador das dinâmicas sociais e culturais, mas devido à degradação física dos seus edifícios habitacionais e culturais que não respondem aos novos padrões de conforto, uma externa oferta surgiu. Com a deslocação dos residentes para as novas zonas urbanizadas, assiste-se ao despovoamento populacional e a um crescente envelhecimento da população no local. (CMS, 2016).

ACESSIBILIDADE, MOBILIDADE E INFRAESTRUTURAS

O concelho de Santarém agrega-se a um contexto regional, ressaltando-se a dinâmica de atividades industriais, de grandes infraestruturas e de logística, despertadas pela oferta qualificada de acessos que permitem a ligação estratégica a todo o país. Este território é servido por importante rede viária nacional como a A1, a A8 e a A13. O acesso, especificamente, a Coimbra, ao Porto e a todo o Norte do país é garantido pela A1. A A15, por sua vez, liga o concelho com o Oeste do Vale do Tejo, interligando-se à zona Este do distrito por meio da Ponte Dom Luís I, através da N114, e por último a A13, que passando pela Ponte Salgueiro Maia, proporciona o acesso do concelho com a região do Alentejo. Por sua vez, a rede ferroviária, que atravessa a cidade de Santarém, estabelece ligação ao Norte do país, bem como à zona Metropolitana de Lisboa. Utilizada pelos residentes da cidade, sobretudo por estudantes e trabalhadores com emprego em Lisboa, revela um maior impacto na zona ribeirinha, na freguesia de Santa Iria da Ribeira de Santarém, onde se localiza a estação ferroviária.

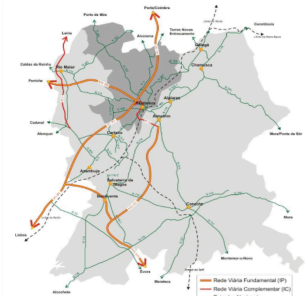


Fig.30. Integração de Santarém no Sistema de Acessibilidades
Fonte: Carta Educativa do Concelho de Santarém- Relatório Final, 2003. p.13.

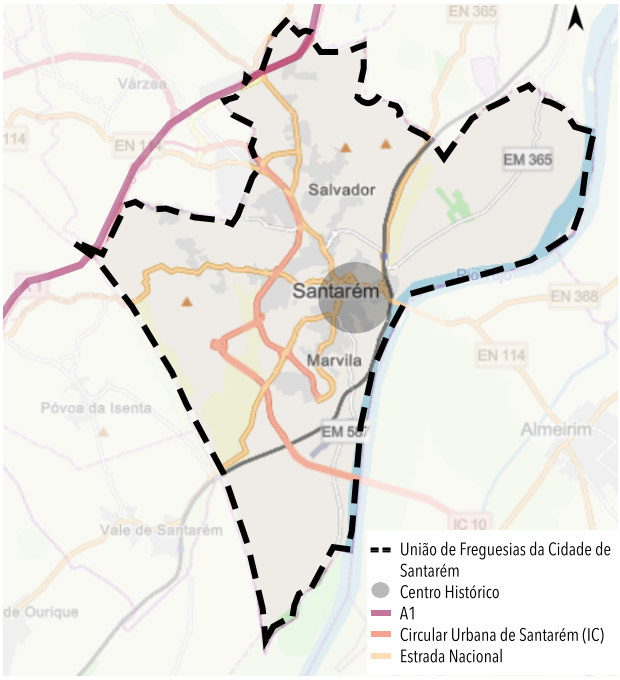


Fig.31. Integração da União de Freguesias da Cidade de Santarém no Sistema de Acessibilidades
Fonte: Mapa ArcGis, editado pela autora

A cidade de Santarém assume-se como um elemento articulador dos territórios envolventes. Coroada pela rede de autoestradas, possui uma boa acessibilidade através das vias distribuidoras locais e de acesso local, que permitem a comunicação longitudinal e transversal da cidade, além do acesso garantido a A1 pela Circular Urbana de Santarém.

No âmbito da mobilidade urbana, destacam-se problemas de falta de estacionamento e da gestão de tráfego, o difícil acesso à estação de comboios, que está condicionado pela limitada acessibilidade da ribeira ao planalto e vice-versa. Ao nível de transportes públicos rodoviários, o território em geral encontra-se bem servido, porém destaca-se a inexistência do transporte urbano no período noturno. (SICAD, 2017).

A rede viária da cidade é estruturante de uma das principais funções exercidas no centro histórico, a função de passagem, onde as deslocações são pedonais mas sobretudo em veículos automóveis. Por todo o centro histórico destacam-se ruas estreitas, ruelas, becos, escadinhas, num traçado urbano sinuoso que se estende por toda a zona ribeira.

ESPAÇOS VERDES E ESPAÇO PÚBLICO





Fig.32. Jardim da República
Fonte: Fotografia tirada pela autora

Fig.33. Parque e jardins do Centro Histórico de Santarém
Fonte: Base cartográfica niuGis PMOT Santarém, editado pela autora

A riqueza patrimonial da cidade de Santarém é ainda expressa nos seus grandes e atraentes jardins, localizados no centro histórico, onde constam as marcas deixadas pela história. Na periferia do centro histórico, situam-se alguns jardins importantes, como o Jardim da República, criado no contexto da sociedade liberal oitocentista, e inaugurado pela Rainha D. Maria Pia. Atualmente é envolvido por edifícios notáveis, com funções de restauração, lúdicas e culturais. O seu arranjo recente recebeu o 1º prémio nacional de Arquitetura paisagista em 2010. O Jardim das Portas do Sol, criado para albergar funções militares, ainda hoje exala a sua história contada através das suas típicas estruturas amuralhadas. A sua estratégica localização, no extremo do monte de Alcáçova, e embora se situe numa zona de elevado risco sísmico, permite o desfrute da vista cénica sobre o Tejo e a Lezíria, sendo por isso classificado como ZTI (Zona Turística de Interesse) (PROT- OVT, 2006). Outro Miradouro, o de São Bento, situado mais a norte do centro histórico, é constituído por espaços de estar e um parque infantil. O Jardim da Liberdade, inserido no antigo Campo Sá da Bandeira, foi, no século passado, palco para os conhecidos eventos culturais desta região.



Fig.35. Parque da Ribeira
Fonte: Fotografia tirada pela autora

Estes jardins servem sobretudo a zona do planalto, sendo frequentados por crianças, adolescentes e jovens, casais, idosos e visitantes. Estes espaços verdes destacam-se como elementos urbanos estruturantes de Santarém, estando associados a espaços onde decorrem funções de

lazer, turísticas, religiosas, de encontro e recreio, atividades culturais e lúdicas, como a Feira do Livro e concertos de bandas.

EQUIPAMENTOS E EDIFICADO

A área abrangida pelo Centro Histórico de Santarém encontra-se bem servida em termos de equipamentos, nomeadamente de Segurança Social, possuindo um elevado nível de equipamentos desportivos e uma boa distribuição dos equipamentos de saúde. No âmbito dos equipamentos de ensino, o centro histórico oferece um número suficiente, servindo de forma adequada a sua população residente. Dos equipamentos culturais, encontram-se dois teatros encerrados devido ao seu mau estado de conservação.

No âmbito de ofertas de equipamentos, o centro urbano de Santarém sobressai no resto do concelho. Na zona periférica da cidade surgiram novos centros urbanos, com uma boa rede de serviços, zonas comerciais e de estacionamento, equipamentos com área de influência regional, atividades industriais, de armazenagem e de logística, mantendo no entanto, o domínio da função habitacional. Os grandes equipamentos, localizadas na zona periférica da cidade, estão intimamente ligadas ao estilo de vida citadino local, onde decorrem atividades cotidianas, eventos e festas culturais. É o caso da Praça de Touros, onde decorre a Feira Taurina de Santarém, a Casa Campino, lugar de grandes almoços da cozinha regional, recebendo cerca de 1600 mil visitantes, o Campo Infante da Câmara, que por sua vez é palco da famosa Feira Nacional de Agricultura, além do Centro Nacional de Exposições e Mercados Agrícolas e ainda o Centro comercial W Shopping.

A morfologia do centro histórico é constituída por ruas, praças, largos e jardins. O centro histórico de Santarém apresenta globalmente um elevado número de edifícios degradados e obsoletos, nos quais se insere edificado de grande valor arquitetónico, onde sobressai a função residencial.



Fig.36. Miradouro de São Bento
Fonte:https://www.allaboutportugal.pt/en/santarem/gardens/miradouro-de-sao-bento-2



Fig.37. Feira de Santarém na Praça de Touros
Fonte: https://toureio.pt



Fig.38. Centro Nacional de Exposições e Feira Nacional de Agricultura, em 2019
Fonte: https://www.sabado.pt/gps/gourmet/restaurantes/detalhe/feira-da-agricultura-em-santarem-mais-sustentavel-que-nunca

3.2 RIBEIRA DE SANTARÉM E ALFANGE



Fig.39. Bairro da Ribeira de Santarém
Fonte: Fotografia tirada pela autora



Fig.40. Bairro de Alfange, Santarém
Fonte: Fotografia tirada pela autora



Fig.41. Imagem satélite da área de intervenção
Fonte: Google Mapa, editado pela autora

Composto, maioritariamente, por freguesias periurbanas ou rurais, que albergam sobretudo a função habitacional, constituídas por pequenas aldeias, o concelho de Santarém possui as freguesias de Vale de Santarém, Marvila, São Nicolau e São Salvador, das poucas de caráter fortemente urbano de todo o território concelhio. É em uma destas que se situa a área de intervenção, correspondente à ARU da Ribeira de Santarém e de Alfange, a qual, juntamente com a Área Crítica de Recuperação e Reconversão Urbanística, representa um total de 42,19ha, possuindo uma área bruta de construção de 108.102,59m^2 e um índice de edificabilidade média de 0,25. Esta ARU (Área de Reabilitação Urbana) está inserida na União de Freguesias da Cidade de Santarém, que inclui, Marvila, São Salvador, São Nicolau, e Santa Iria da Ribeira de Santarém. O bairro de Alfange (pertencente à freguesia de Marvila) e a Ribeira de Santarém (pertencente à freguesia de Santa Iria da Ribeira de Santarém) são pois parte integrante do centro histórico da cidade de Santarém, dois núcleos ribeirinhos, em duas freguesias distintas mas estreitamente ligados. Estes núcleos ribeirinhos, criados na mesma época possuem um enquadramento urbano e social que advêm da sua génese, com vestígios históricos no tecido urbano, na

estrutura social em decadência.ou nos elementos arquitetónicos, sendo por isso inseridos no centro histórico.

Segundo a ARU (Área de Reabilitação Urbana) a Ribeira de Santarém e Alfange,apartes do centro histórico, pertencem à memória coletiva escalabitana e são considerados áreas de grande valor. São aqui definidas as operações de reabilitação simples e sistemática no qual são delineados os seguintes objetivos: *desenvolver ações de reabilitação e regeneração; desenvolver a atividade económica numa lógica de continuidade; garantir padrões elevados de qualidade de serviço;* (Aréa de Reabilitação urbana Ribeira de Sanatrém e Alfange, 2012,p.14*).* Alguns dos seus princípios estratégicos foram considerados importantes para este trabalho, estes são*: proteger as bases naturais da vida; criar e manter um meio edificado favorável ao exercício das atividades económicas; favorecer a vida social, económica e cultural.* (Aréa de Reabilitação urbana Ribeira de Sanatrém e Alfange, 2012,p.24)

Embora Ribeira de Santarém e Alfange estejam desagregados e revelem uma desqualificação urbana e uma crescente dispersão social, para uma primeira abordagem analítica, serão considerados em conjunto, compreendendo que é de grande relevância a sua interdependência, não só do ponto de vista espacial e urbanístico mas também social e económico.

EQUADRAMENTO HISTÓRICO

"No tempo em que o Tejo era a Grande Estrada e pela Ribeira tudo passava"

Fernando Pina (2014)

É na Lezíria de Santarém, sendo no entanto pouco comum na região, que se encontram os dois núcleos ribeirinhos, Ribeira de Santarém, conhecida no século III por Seserigo, e Alfange, por Portus romano. Ainda hoje, considerados parte integrante do Centro Histórico da cidade de Santarém, estes bairros, ligados pelo Monte de Alcáçova, chegaram a exercer um papel militar, desempenhando a função de comunicação, estabelecendo ligações entre a cidade e o exterior, além de definir também o seu limite, e por isso, chegaram a conter vestígios da muralha que, especificamente, em Alfange, funcionava, como o seu próprio nome expressava, a porta da cidade.

Alfange e Ribeira de Santarém assumem-se, do século XIII ao XV como um dos principais pontos de exportação e importação de mercadorias,



Fig.42. Gravura de Santarém, autor anónimo, século XIX
Fonte:http://www.eugostodesantarem.pt/imagens/desenhos/santarem-marco-de-1811

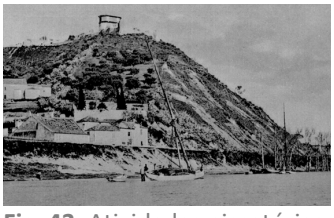


Fig. 43. Atividades piscatórias, em Alfange
Fonte:http://www.eugostodesantarem.pt/videos/santarem/santarem-um-livro-de-pedra

não só para a capital mas para todo o país, além de constituir um foco de atividade agrícola. Expresso no seu antigo porto fluvial, o seu perfil económico era representado pela ligação fluvial à capital de Lisboa (ARU Ribeira e Alfange, 2012), e possibilitou o crescimento urbano de toda esta zona próxima ao rio. Entre estes séculos, os dois núcleos cresceram e estenderam-se para além das linhas da encosta, em direção aos vales. A partir do século XVI (Plano de Urbanização de Salvaguarda e Valorização do Centro Histórico, 2001*)* inicia-se um processo de decadência. Com o terremoto de 1531, grande parte das construções foram destruídas, interrompendo e redirecionando a expansão urbana para a margem do Tejo, denotando-se, a partir daqui, os atuais riscos a que estão sujeitos estes bairros, nomeadamente o perigo de colapso dos montes que circuncidam Alfange, ao que se acrescenta o risco de cheias do Rio Tejo, que invade periodicamente as suas margens, fato acentuado na Ribeira de Santarém. Desta maneira, a população local acabou por ter de se deslocar para a zona do planalto, resultando em uma diminuição crescente da vitalidade urbana em toda esta zona ribeirinha.



Fig.44. Passeio no Rio Tejo, em Alfange, em 1914
Fonte: http://www.eugostodesantarem.pt/imagens/outros-tempos/passeio-no-rio-tejo-em-1914



Fig.45. Fotografia de um inverno de cheia, na Ribeira de Santarém, em 1997
Fonte: http://www.eugostodesantarem.pt/imagens/outros-tempos/tarde-de-verao-no-rio-tejo-em-1958

A construção da linha do caminho de ferro em 1861, rasgou os bairros com a sua vultosa presença, onde particularmente, em Alfange, rompeu quase totalmente a conexão com o rio, de onde decorriam as atividades piscatórias e o comércio fluvial. A isso acrescenta-se a construção da Ponte Dom Luís I, também no século XIX.

Assim, o rio Tejo, estabelecedor das antigas atividades económicas estruturantes de Santarém, perdeu o seu prestigioso papel principal, deixando gradualmente de ser utilizado, sendo substituído pelo transporte ferroviário e pelas novas modalidades, mais funcionais e qualificadas. Este fenómeno contribui significativamente para a crescente regressão do desenvolvimento ribeirinho, expresso fortemente em Alfange. Este bairro, com o seu crescente declínio, manifesto até os dias de hoje, entrou em colapso, perdendo totalmente o contacto com seu meio de subsistência primário, o rio. Isto provocou um isolamento e regressão urbana, social e económica, expressa, por exemplo, no encerramento da unidade fabril, a antiga Fábrica de Sabão, e a decadência da Igreja São João Evangelista. A Ribeira de Santarém, conhecida como Ribeira de Runes, onde dominavam as atividades comerciais e industriais, de uma forma diferente, teve o seu traçado urbano dividido pela linha ferroviária, mas foi menos prejudicada do que Alfange e conseguiu manter-se.



Fig.46. Fotografia de uma tarde de verão, na Ribeira de Santarém, em 1959
Fonte: http://www.eugostodesantarem.pt/imagens/outros-tempos/tarde-de-verao-no-rio-tejo-em-1958

Estes bairros responderam de forma diferente às circunstâncias exteriores. Alfange até aos anos 1960 manteve o destaque da função



Fig.47. Grupo Folclórico da Ribeira de Santarém
Fonte: https://www.cm-santarem.pt

lazer, através da permanência das atividades piscatórias e acesso às praias do Tejo, a qual se perdeu devido a fatores ambientais, como a poluição do rio e às novas tecnologias. Neste declínio, Alfange passou a ser conhecida como "bairro periférico de pescadores" (Plano de Urbanização de Salvaguarda e Valorização do Centro Histórico de Santarém. 2001, p.40).

A crescente degradação do bairro, acentuou-se na década de 1970, em que sofre uma significativa retração populacional. A tentativa de revitalização na década anterior, através da criação do conjunto habitacional de renda económica, destinado aos antigos pescadores e população de poucos recursos, construído pela fundação Calouste Gulbenkian, não logrou conter este declínio.

PATRIMÓNIO

A área de intervenção, o bairro de Alfange e a Ribeira de Santarém, inserem-se em um dos maiores e mais antigos núcleos urbanos de todo o país (ARU Ribeira e Alfange, 2012), o Centro Histórico de Santarém, com vestígios romanos, islâmicos e medievais, produzidas em um percurso histórico que durou desde há 3000 anos até os dias de hoje. atualmente, é possível identificar os seus recursos culturais, expressos no património edificado e em valores concelhios. De acordo com o PDM (artigo 16º) é na Ribeira de Santarém, classificada como um aglomerado rural (Artigo 71º, p.39), que se encontra a Igreja de Santa Cruz, um património edificado protegido, bem como a Igreja de Santa Iria, o Chafariz de Palhais e a Ponte de Alcource, classificados na categoria de imóveis de interesse público da cidade de Santarém e com valor concelhio. (PDM, Artigo 16º, p.51).

Este património traz consigo contextos históricos singulares, considerados relevantes para a cidade. Reconhecidos pelo seu valor histórico cultural, apresentam formas e marcas arquitetónicas que perduram, no território ribeirinho manifestando e representando o processo de desenvolvimento, e transformação, ocorrido ao longo dos séculos, dos padrões de vida de cidadãos comuns, carregando intrínsecos valores locais, da cidade e da região.

O Chafariz de Palhais, criado no século XVIII associado à construção da Igreja gótica da Ribeira (Igreja de Santa Clara), possuía a serventia de abastecimento de água, servindo os visitantes que passavam por Santarém para chegar ao norte do país, contribuindo com a sua presença artística marcante. A Igreja de Santa Cruz, revela uma época de construções avultadas de edifícios religiosos, no século XIII, em



Fig.48. Ponte de Alcource
Fonte: http://santaremhistorico.blogspot.com/2009/07/ponte-de-alcource.html



Fig.49. Igreja São João Evangelista
Fonte: https://www.allaboutportugal.pt/pt/santarem/religiao/igreja-de-sao-joao-evangelista-de-alfange



Fig.50. Fotografia de Almeirim, com vista para a Ribeira de Santarém
Fonte: http://www.eugostodesantarem.pt

Santarém, trazendo nas suas formas e traçado arquitetónico as marcas deixadas pelo estilo gótico. A Igreja São João Evangelista, localizada em Alfange, em vias de classificação, desde 1990, já assinalava a sua presença no século XII, sendo reabilitada e restaurada, no século XVII e também recentemente, fato que resultou em uma forte transformação do seu traçado inicial. Inserida em uma das zonas mais altas do bairro, a igreja e o seu adro assumem características de um miradouro para o Tejo e a Lezíria. Devido ao retrocesso social deste bairro, acabou por ser extinta como paróquia no século XIX tendo sido anexada à Paróquia de Marvila (Igreja de Santa Maria de Marvila), não sendo hoje recorrente a sua utilização.



Fig.51. Lezíria de Santarém
Fonte: Fotografia tirada pela autora



Fig.52. Restaurante Miratejo
Fonte: https://www.facebook.com/pg/miratejo.alfange/posts/

Inserida na Lezíria do Tejo, esta zona ribeirinha de Santarém, possui um contexto territorial envolvente de altos valores paisagísticos e naturais. É o caso da presença do Rio Tejo, que tem perdido gradualmente o seu valor, revelando uma crescente perca de consciência da sua importante presença e possível proveito, fato manifesto pelos fatores de poluição e degradação do mesmo. A região é também marcada por atividades agrícolas de regadio, de floresta de produção multifuncional, de viticultura e olivicultura, além da existência de grandes áreas de pasto para gado e cavalo, e muitas outras, mostrando uma elevada capacidade de recursos económicos. Os solos são bem qualificados para a prática agrícola e por isso classificados como RAN (Reserva Agrícola Nacional), embora em período de cheia sejam condicionados, não deixam de representar para Alfange e Ribeira e para toda a cidade o seu valor cultural e cênico.



Fig.53. Associação Desportiva, Recreativa e Cultural de Alfange
Fonte: Fotografia tirada pela autora

POPULAÇÃO E ATIVIDADES ECONOMICAS

A área de intervenção, Alfange e Ribeira, apresenta um total de 894 habitantes, sendo 149 habitantes em Alfange e 745 habitantes na Ribeira de Santarém, tendo esta última, perdido na última década mais de 37% da sua população, cerca de 276 indivíduos. O bairro da Ribeira de Santarém apresenta um elevado índice de envelhecimento, cinco vezes maior do que o índice na Lezíria do Tejo, e seis vezes maior que o índice nacional, fato que se exprime na população com mais de 65 anos, que representa quase metade da população local (Área de Reabilitação Ribeira de Santarém e Alfange, 2012).

Na Ribeira de Santarém, com um território de 14 km2, exercida por agricultores, dos quais em 2011 apenas 74 habitavam no bairro, a atividade agrícola tem vindo a perder a sua importância primordial.

Este cenário de envelhecimento também se observa no bairro de Alfange, que em comparação com a Ribeira de Santarém, possui menor número de habitantes dadas as características espaciais limitadas. Neste quadro, a Ribeira tem revelado um maior nível de resistência e de resposta diante dos novos desafios. Alfange retrata um contexto social onde grande parte da população residencial é envelhecida, destacando-se a faixa etária de 70 a 74 anos de idade, sendo que alguns destes não têm qualquer apoio familiar. Com um número médio de 2,8 membros por agregado familiar, necessita intensamente de rejuvenescimento populacional, pois a população jovem que resta é caracterizada pelo baixo nível de escolaridade e abandono escolar precoce. O bairro não manifesta qualquer mudança a este nível, observando-se o crescente abandono pelos jovens, que procuram em outro lugar melhores condições de vida.

Em termos de rendimento familiar, de acordo com o inquérito realizado pelo Diagnóstico social de Alfange, em 2011, num universo de 111 inquiridos, mais de metade encontrava-se dependente de apoio financeiro. Nomeadamente, 43 dos inquiridos apresentam-se na categoria de reformados, que na sua grande parte exerceram a profissão de pescadores, sendo hoje dependentes de pensão e reforma. Para além dos reformados foram identificados 20 desempregados, que sobrevivem apenas com o subsídio que recebem. Em relação aos empregados, denota-se o exercício de atividades ligadas à restauração e hotelaria, mas na maioria dos casos recebem salário mínimo. Isto reflete-se na procura de rendas baixas. Os novos habitantes que vêm de fora, também não têm contribuído para a revitalização do bairro, pagando rendas entre 300€ e os 50 € pagos pela restante maioria da população.

No âmbito de atividades económicas, o bairro de Alfange apresenta apenas em funcionamento o Restaurante Miratejo, os antigos estabelecimentos comerciais foram encerrados. Aqui a população local, e ainda muitos visitantes que vêm da cidade, são servido com almoços e lanches. A sua proximidade ao Tejo, há algum tempo atrás, era desfrutada como lazer e onde ainda se praticava a pesca, mas hoje não possui qualquer proveito ou utilização para o seu funcionamento.
Além da atividade agrícola, uma das poucas que perdura, acresce a atividade piscatória, que é todavia atualmente quase nula.

Atualmente, o bairro não possui qualquer tipo de serviço ou espaços públicos qualificados, apresentando-se em declínio social, económico e urbano, devido ao isolamento físico do restante da cidade e até do núcleo da Ribeira, ao qual se encontra mais próximo, resultado da desqualificada acessibilidade e alheamento da sua potencial qualificação e capacitação.



Fig.54. Esquema de acessos existentes
Fonte: Autoria própria

As condições restritas de acessibilidade entre a zona alta e baixa da cidade é reforçada pela estrutura dos bairros ribeirinhos, que ligando-se aos vales circundantes, a oeste, constituem um tecido urbano isolado do resto da cidade, dispondo um total de apenas quatro vias. A Ribeira de Santarém sobressai, com a sua função de passagem, em virtude da presença da estação de caminho de ferro. A linha ferroviária atravessa o centro do bairro, estabelecendo-se como uma barreira, desagregando o próprio bairro em si e em toda a sua extensão, dificultando o acesso aos campos agrícolas adjacentes, só possível através do Caminho Municipal, que parte da cidade e atravessa o bairro. As duas vias aqui presentes, com uma oferta condicionada e muito limitada, garantem o acesso à cidade e desta ao bairro. Ao longo da Calçada de Atamarma, na sua ligação com a Estrada Nacional 114, são identificadas debilidades: o seu estreito e desadequado espaço para peões, parcialmente utilizado pelos residentes para estacionamento e o facto de ter apenas um sentido de trânsito de oeste para este, ou seja, do planalto para a ribeira. A Calçada de Santa Clara, por sua vez, delineia o seu percurso ao longo do vale, exibindo um mau estado de conservação e má visibilidade, com o único sentido da ribeira para o planalto.



Fig.55. Rua dos Pescadores
Fonte: Fotografia tirada pela autora



Fig.56. Estruturas de contenção no monte de Alcáçova
Fonte: Fotografia tirada pela autora

A ligação entre os dois núcleos ribeirinhos revela de forma evidente o isolamento destes bairros, que sendo próximos um do outro apenas se conetam pela Rua dos Pescadores. Esta com as suas, fragilidades como o perfil para apenas um veículo, e sem caminho para peões, segue a linha de caminho de ferro, partindo de Alfange, da Praceta do Padre Chiquito e terminando em uma estreitíssima passagem para chegar a Ribeira de Santarém.

No que diz respeito a Alfange, a acessibilidade é constituída por duas vias, a Calçada de Alfange, caracterizada pelo seu elevado declive e má visibilidade, devido às condições topográficas, apenas permitindo a passagem de veículos automóveis, no sentido da ribeira para o planalto, terminando no Largo Terreirinho das Flores, já no centro da cidade de Santarém. A segunda via, sem nome, pouco utilizada pelos residentes, tem características semelhantes à anterior, a que se acrescenta a fragilidade de se apresentar em terra batida e esburacada. Alfange possuiu ligações às Portas do Sol, devido às suas antigas funções, mas que perderam a sua utilidade com o passar dos séculos. Das suas memórias, marcadas no tecido urbano, restam caminhos pedonais que se alastram ao longo do monte de Alcáçova, onde se contemplam as privilegiadas vistas para os vales e a Lezíria. Estes usualmente não são utilizados pelos residentes, devido as suas características não funcionais.



Fig.57. Princípio da Estrada de Alfange
Fonte: Fotografia tirada pela autora

Em termos de estacionamento, denota-se uma desadequação e desorganização espacial, uma falta de estruturação urbana, como é exemplo o estacionamento em espaços indevidos, como na Praceta Padre chiquito. Relativamente às passagens de nível, nomeadamente a da Ribeira de Santarém, apresentam baixa segurança para os peões, não existindo uma passagem exclusivamente pedonal. Os peões atravessam a linha de caminho de ferro, simultaneamente, com os veículos automóveis. Já no bairro de Alfange, a única passagem de acesso ao Rio Tejo, parte da Praceta do Padre Chiquito, encontrando-se em estado precário e insalubre.



Fig.58. Estrada sem nome, Alfange
Fonte: Fotografia tirada pela autora

A área de intervenção encontra-se servida com uma rede mínima de transportes públicos, apenas com duas paragens de autocarro, que se localizam, uma na Ribeira de Santarém na Estrada da Estação, junto à estação de comboios e outra um pouco mais adiante. Em Alfange, com uma população maioritariamente envelhecida, e pela distância do bairro às paragens de autocarro, existem grandes dificuldades de acesso ao transporte público. As deslocações são realizadas, maioritariamente, a pé, pois a maioria dos residentes não possui viatura própria. Todas estas questões contribuem para o isolamento deste bairro e para a sua decadência.



Fig.59. Praça Oliveira Marreca, Ribeira de Santarém
Fonte: Fotografia tirada pela autora

ESPAÇOS VERDES E ESPAÇO PÚBLICO

Na área de intervenção, Ribeira e Alfange os elementos urbanos têm usos funcionais de acesso aos lotes residenciais, como a Praça Oliveira Marreca, localizada na Ribera de Santarém. Próximo a esta situa-se o Parque de Merendas, que de forma limitada, serve os habitantes da Ribeira. Sendo o seu único parque, apresenta estruturas degradas e envelhecidas, o que contribui para o seu crescente abandono. Notou-se grande afluência no Largo de Santa Cruz, utilizado para descanso. Outros espaços da Ribeira apresentam degradações semelhantes, estruturas envelhecidas, são utilizados para estacionamento, desarticulados com a envolvente, dificultando desta forma a sua apropriação adequada pelos habitantes.



Fig.60. Largo de Santa Cruz, Ribeira de Santarém
Fonte: Fotografia tirada pela autora

Alfange tem igualmente os seus espaços públicos degradados, desqualificados e limitados, sendo carente de espaços verdes de utilização pública. O antigo Largo de Alfange, utilizado atualmente para acesso habitacional e estacionamento, é delimitado pelo edifício da antiga Fábrica de Sabão e por habitações. Existe um campo de jogos com necessidade de requalificação, assim como toda a sua envolvente, os acessos e a adjacente zona de habitação social, o conjunto Calouste Gulbenkian. Neste conjunto ocorrem os eventos e festivais coletivos de Alfange constituindo um dos poucos espaços de utilização coletiva da comunidade local. O bairro possui um parque infantil precário, delimitado pelas habitações sociais e pela Estrada de Alfange, em mau estado de conservação e desadequada acessibilidade e localização. A frente ribeirinha, em geral, apresenta-se em estado de degradação, sendo que na Ribeira de Santarém é ainda utilizada para atividades praticadas no rio, ao contrário de Alfange, onde está completamente em desuso.



Fig.61. Praceta Padre Chiquito
Fonte: Fotografia tirada pela autora



Fig.62. Campo de Jogos, Alfange
Fonte: Fotografia tirada pela autora

A zona ribeirinha, especificamente em Alfange, apresenta, assim, espaços públicos de uso coletivo mas os espaços existentes são precários, desorganizados e com baixo nível de resposta às necessidades de uma vida urbana qualificada. Alfange sobressai na sua desadequada estruturação dos espaços públicos em relação aos espaços habitacionais. Aqui, apenas se destaca o parque infantil situado na parte mais elevada do terreno e tendo na sua zona central uma árvore. Mesmo assim os poucos espaços existentes são utilizados e reaproveitados pelos residentes, que levantam a voz diante da frágil e débil condição urbana.
Estes fatos revelam uma generalizada ausência de reconhecimento e investimento nessa zona, existindo todavia alguma iniciativa pública para promover estes bairros. É o caso duas pequenas intervenções, na

frente ribeirinha do bairro da Ribeira, para criação de piscinas artificiais e colocação de um novo gramado no campo de jogos. Com o tempo, estas intervenções necessitam de manutenções, assim como os restantes espaços públicos. É também o caso da elaboração do Plano Integrado para as Comunidades Desfavorecidas, aprovado pela Câmara Municipal de Santarém, em 2017, para os bairros de Alfange e da Ribeira de Santarém, que identificou um conjunto de ações para os bairros ribeirinhos que visam a sua requalificação básica.

EDIFICADO E EQUIPAMENTOS

No que diz respeito ao edificado dos dois núcleos ribeirinhos, que constituem a área de intervenção, existem 7 conjuntos urbanos e 25 quarteirões, num total de 454 edifícios, de 1 piso no bairro de Alfange e de 2 a 4 pisos na Ribeira de Santarém. Grande parte do edificado tem função residencial, ou mista, sobretudo, na Ribeira de Santarém. Mais de metade do edificado com outros usos está em funcionamento, encontrando-se a parte restante em estado de abandono e desocupação (36% das frações não habitacionais não estão em utilização nem têm qualquer proveito económico (ARU Ribeira e Alfange, 2012).



Fig.63. Evento de Canoagem, 2017
Fonte: https://www.facebook.com/clubecanoagem.scalabitano



Fig.64. Edificado na Ribeira de Santarém
Fonte: Fotografia tirada pela autora

Em termos de estado de conservação do edificado, existem inúmeras anomalias que requerem reparação, como por exemplo ao nível das fachadas, do seu revestimento, caixilhos e guardas, das varandas e também dos telhados, localizados, essencialmente em Alfange. Nota-se todavia que, de acordo com o Diagnóstico Social de Alfange, realizado em 2011, grande parte da população encontrava-se satisfeita, no que diz respeito a qualidade das habitações, referindo apenas problemas nas alvenarias e coberturas, que devido a alta humidade causam a sua degradação, acentuando problemas de saúde.

Alfange não possui qualquer tipo de equipamento ou serviços. Foram encerradas as suas associações recreativas, a escola, o correio, a extensão do Centro de Saúde e o jardim Infantil devido a falta de crianças. Apenas permanece em funcionamento a Associação Desportiva, Recreativa e Cultural de Alfange.



Fig.65. Edificado em Alfange
Fonte: Fotografia tirada pela autora

Para além da função habitacional predominante, a Ribeira de Santarém é ocupada, em segundo lugar, por edificado destinado à armazenagem, a seguir a garagem, algum comércio e restauração como o Torgal Restaurante, famoso e tradicional restaurante na zona ribeirinha, e alguns cafés, que encontram-se em declínio. Em relação ao apoio à prática agrícola, com a sua presença evidente neste território, subsistem

edifícios destinados a adegas e armazéns. (Plano de Urbanização e Salvaguarda e Valorização do Centro Histórico de Santarém, 2001). A isto se juntam alguns serviços, como a Unidade João Arruda, uma instituição que visa prestar serviços de solidariedade social sem fins lucrativos, que acaba por abranger não só o núcleo da Ribeira, mas também o núcleo de Alfange, acolhendo e apoiando uma média de 17 utentes. A Unidade inclui valências de creche, pré-escolar, centro de dia, centro comunitário e apoio domiciliário, além de ter à disposição um conjunto de atividades programadas, festas e convívios. Junta-se a este uma estação de correios, a Junta de Freguesia de Santa Iria e a casa mortuária da Ribeira de Santarém. Há ainda um equipamento cultural atualmente desativado, o TCR (Teatro Clube Ribeirense). O centro náutico, criado em 2017, onde decorrem atividades como canoagem e muitas outras, atrai jovens que praticam modalidades aquáticas. Nesta zona também se encontram três serviços hoteleiros, envolvidos pelas habitações e centrados na Ribeira de Santarém, o Chalet Santa Iria, Casa da Ribeira e Casa d'Arrozaria, prestam serviço a turistas e visitantes da zona ribeirinha da cidade.

3.3 DIAGNÓSTICO SWOT DOS NÚCLEOS RIBEIRINHOS DA RIBEIRA DE SANTARÉM E ALFANGE

O quadro seguinte apresenta o diagnóstico swot:

PONTOS PORTES	OPORTUNIDADES
• Núcleos inseridos no Centro urbano regional do Vale do Tejo • Proximidade ao centro urbano da cidade • Proximidade à zona de abundantes parques e jardins • Natureza (Tejo e Lezíria) • Proximidade aos campos agrícolas da Lezíria • Recursos culturais, patrimoniais e ambientais • Património de elevado valor arquitetónico • Estação de comboio • Forte ambiente comunitário • Centro de Dia • Identidade e memória local em grande parte dos habitantes	• Atividades várias ligadas ao rio e a natureza (passeios nos vales, atividades aquáticas, etc.) a potenciar • Abundância de espaços verdes arborizados • Abundância de espaços livres • Turismo rural e cultural a potenciar • Gastronomia a dar visibilidade (Agro-alimentar) • Espaços públicos que podem ser reabilitados • Espaços públicos e edificados devolutos propícios a aproveitamento
PONTOS FRACOS	**AMEAÇAS**
• População envelhecida • Elevada taxa de analfabetismo • Solidão dos idosos • Desemprego • Desocupação dos jovens • Jovens com fraco aproveitamento escolar • Baixa dinâmica urbana • Desagregação dos núcleos ribeirinhos • Acessibilidade limitada e desordenada • Presença da linha ferroviária • Escassez de espaços públicos • Espaços públicos desarticulados e desqualificados • Mobiliário urbano degradado • Carência de equipamentos • Edifícios devolutos e em mau estado • Elevado declive (especificamente em Alfange) • Património degradado	• Crescente degradação urbana • Perigo de cheias na Ribeira de Santarém • Montes envolventes com elevado risco sísmico • Crescente envelhecimento da população • Maior ambiente de Insegurança • Crescimento da marginalidade • Aumento da problemática da Toxicodependência • Crescente abandono dos bairros pela nova geração • Aumento da degradação social

Quadro 1: Diagnóstico swot dos núcleos ribeirinhos Ribeira de Santarém e Alfange

PONTOS FORTES



Fig.66. Núcleo da Ribeira de Santarém envolvido pelos campos da Lezíria
Fonte: Fotografia tirada pela autora



Fig.67. Vista Lezíria e núcleo de Alfange
Fonte: Fotografia tirada pela autora



Fig.68. Rio Tejo e Alfange
Fonte: http://www.eugostodesantarem.pt/imagens/actual/um-rio-tejo-matinal-junto-a-santarem



Fig.69. Vista Lezíria (sentido Ribeira de Santarém)
Fonte: Fotografia tirada pela autora



Fig.70. Vista para o monte de Alcáçova e Portas do Sol
Fonte: Fotografia tirada pela autora



Fig.71. Portas do Sol
Fonte: Fotografia tirada pela autora



Fig.72. Igreja de Santa Cruz da Ribeira de Santarém
Fonte: Fotografia tirada pela autora



Fig.73. Igreja de São João Evangelista de Alfange
Fonte: https://www.allaboutportugal.pt/es/santarem/religion/igreja-de-sao-joao-evangelista-de-alfange



Fig.74. Grupo Folclórico de Danças de Danças Regionais de Santa Iria da Ribeira de Santarém
Fonte: https://www.cm-santarem.pt



Fig.75. Clube de Canoagem Scalabitano da Ribeira de Santarém
Fonte: Fotografia tirada pela autora



Fig.76. Campo de futebol, Ribeira de Santarém
Fonte: Fotografia tirada pela autora

PONTOS FRACOS

A únicas vias de acesso entre o planalto e o núcleo de Alfange apresentam estruturas desqualificadas:

- A Estrada de Alfange (única estrada de acesso entre o planalto e a ribeira) apresenta apenas um sentido de trânsito e com ausência de sinais indicadores de trânsito, Fig.77;
- Caminho em terra batida, com largura para apenas um veículo e sem sinais indicadores de sentido de trânsito, Fig.78;
- O acesso ao rio é limitado pela linha ferroviária, tendo apenas, em Alfange, uma passagem desnivelada, que permite o contacto com o rio, estando esta em estado precário, Fig. 79;



Fig.77. Estrada de Alfange
Fonte: Google Mapa



Fig.78. Acesso a Alfange em terra batida
Fonte: Fotografia tirada pela autora



Fig.79. Passagem pedonal desnivelada, em Alfange
Fonte: Fotografia tirada pela autora

A maior parte dos acessos às habitações são desordenados e desarticulados, com espaços estreitos e desadequados, alguns em terra batida, apresentando, em algumas partes, elevada inclinação dificultando a acessibilidade dos residentes, que em grande parte são idosos:



Fig.80. Acesso a habitações do 'Bairro' Calouste Gulbenkian
Fonte: Fotografia tirada pela autora



Fig.81. Acesso a edifícios do 'Bairro' Calouste Gulbenkian
Fonte: Fotografia tirada pela autora



Fig.82. Acesso próximo à igreja de Alfange, declive acentuado
Fonte: Fotografia tirada pela autora



Fig.83. Acesso à Ribeira de Santarém, pela Rua dos Pescadores
Fonte: Fotografia tirada pela autora



Fig.84. Acesso à habitação, em Alfange
Fonte: Fotografia tirada pela autora



Fig.85. Acesso a edificado à oeste
Fonte: Google Mapa

As vias de acesso ao núcleo da Ribeira de Santarém apresentam grandes fragilidades:

- A Calçada de Atamarma possui um desadequado espaço para peões, com apenas um sentido de trânsito, utilizada ainda para estacionamento, Fig.76;
- A Calçada de Santa Clara não apresenta qualquer espaço para peões na sua estrutura excessivamente estreita e com elevada inclinação, Fig.77;
- A Rua dos Pescadores (único acesso viário entre os bairros ribeirinhos) possui uma estrutura para apenas um sentido de trânsito, além da ausência de sinais de trânsito e insuficiente largura da via, Fig.78;



Fig.86. Calçada de Atamarma, com desadequado acesso pedonal
Fonte: Google Mapa



Fig.87. Calçada de Santa Clara com desadequado acesso pedonal
Fonte: Fotografia tirada pela autora



Fig.88. Rua dos Pescadores
Fonte: Fotografia tirada pela autora

A mobilidade e o estacionamento são bastante condicionados:

- A travessia de peões e automóveis é realizada em simultâneo, na passagem de nível, na Ribeira de Santarém, Fig.89;
- Não há muitos espaços específicos para estacionamento de viaturas, estas são colocadas nos limites das vias, largos e praças;
- A paragem de autocarro mais próxima encontra-se a mais de 1km de distância de Alfange, Fig.91.



Fig.89. Passagem de nível, na Ribeira de Santarém
Fonte: Fotografia tirada pela autora



Fig.90. Estacionamento na Praceta Padre Chiquito
Fonte: Fotografia tirada pela autora



Fig.91. Paragem de autocarro, na Ribeira de Santarém
Fonte: Google Mapa

PONTOS FRACOS

Há um elevado número de edifícios devolutos dispersos pelos bairros, além do edificado habitacional que se apresenta em mau estado de conservação, junta-se património imóvel e espaços improvisados pelos cidadãos:



Fig.92. Edificado na Avenida Júlio Malfeito, na Ribeira de Santarém
Fonte: Fotografia tirada pela autora



Fig.93. Edificado na Praça Oliveira Marreca, na Ribeira de Santarém
Fonte: Fotografia tirada pela autora



Fig.94. Recinto da Igreja de Santa Iria da Ribeira de Santarém
Fonte: Google Mapa



Fig.95. Habitações na praceta Padre Chiquito, Alfange
Fonte: Fotografia tirada pela autora



Fig.96. Edificado de Alfange visto do átrio da igreja,
Fonte: Fotografia tirada pela autora



Fig.97. Habitações Calouste Gulbenkian, em Alfange
Fonte: Fotografia tirada pela autora



Fig.98. Habitação obsoleta no ´bairro' Calouste Gulbenkian
Fonte: Fotografia tirada pela autora



Fig.99. Barracas, em Alfange
Fonte: Google Mapa



Fig.100. Estruturas utilizadas para estacionamento, em Alfange
Fonte: Google Mapa

Os espaços públicos de uso coletivo, nomeadamente largos e praças, apresentam uma estrutura desorganizada, ocupados por veículos automóveis, desprovidos de espaços e equipamentos adequados para a população:



Fig.101. Praça Oliveira Marreca, Ribeira de Santarém
Fonte: Fotografia tirada pela autora



Fig.102. Espaço próximo à Junta da Freguesia, Ribeira de Santarém
Fonte: Fotografia tirada pela autora



Fig.103. Espaço na Rua dos Barcos, Ribeira de Santarém
Fonte: Fotografia tirada pela autora



Fig.104. Espaço na frente ribeirinha, Alfange
Fonte: Fotografia tirada pela autora



Fig.105. Praceta do Padre chiquito, Alfange
Fonte: Fotografia tirada pela autora



Fig.106. Campo de jogos de Alfange em mau estado de conservação
Fonte: Fotografia tirada pela autora

Os poucos equipamentos existentes nos espaços públicos apresentam alto estado de degradação e desqualificação, promovendo a sua inutilização, por parte da população:



Fig.107. Parque das merendas com mobiliário urbano em estado precário, na Ribeira de Santarém
Fonte: Fotografia tirada pela autora



Fig.108. Piscinas artificiais em total estado de degradação, na Ribeira de Santarém
Fonte: Fotografia tirada pela autora



Fig.109. Desqualificado parque infantil, Alfange
Fonte: Fotografia tirada pela autora

OPORTUNIDADES

Acessibilidade

Destaca-se a existência de duas vias, uma com acesso para os dois núcleos ribeirinhos, chegando à ponte Dom Luís, outra com acesso por Alfange, que passando pelo monte de Alcáçova, permitindo o desfrute da vista cénica da lezíria, assume-se como oportunidades de caminhos viários de transição e fruição entre os núcleos:



Fig.110. Estruturas de contenção, no monte de Alcáçova
Fonte: Fotografia tirada pela autora



Fig.111. Acesso restrito à estruturas de contenção, iniciado em Alfange
Fonte: Fotografia tirada pela autora



Fig.112. Fim da estrutura de contenção, com acesso à ponte Dom Luís, Ribeira de Santarém
Fonte: Fotografia tirada pela

Edificado

Os núcleos ribeirinhos apresentam um elevado número de edifícios devolutos concentrados nos espaços centrais dos bairros, próximos ao rio, podendo servir de proveito para reutilização destinada a novos equipamentos, serviços e comércio, promovendo uma nova dinâmica na frente ribeirinha, estendendo-se, posteriormente, para dentro dos bairros



Fig.113. Edificado degradado, na Ribeira de Santarém (Praça Oliveira Marreca)
Fonte: Fotografia tirada pela autora



Fig.114. Edificado na Avenida Júlio Malfeito, na Ribeira de Santarém
Fonte: Fotografia tirada pela autora



Fig.115. Edificado na Rua dos Barcos, na Ribeira de Santarém
Fonte: Fotografia tirada pela autora



Fig.116. Lote na Praça Oliveira Marreca, na Ribeira de Santarém
Fonte: Fotografia tirada pela autora



Fig.117. Edificado em mau estado de conservação, na Ribeira de Santarém
Fonte: Fotografia tirada pela autora



Fig.118. Edificado em mau estado de conservação, na Ribeira de Santarém
Fonte: Fotografia tirada pela autora



Fig.119. Interior do edifício da antiga fábrica de sabão
Fonte: Fotografia tirada pela autora



Fig.120. Edifício devoluto na Praceta Padre Chiquito, em Alfange
Fonte: Fotografia tirada pela autora



Fig.121. Habitação devoluta, em Alfange
Fonte: Fotografia tirada pela autora

Espaço Público

Identificaram-se espaços públicos, alguns vagos, outros ocupados, oportunos para requalificação ou criação de novas zonas residenciais, juntamente com espaços verdes de lazer e uma nova frente ribeirinha



Fig.122. Parque infantil, na Ribeira de Santarém
Fonte: ARU Ribeira de Santarém e Alfange



Fig.123. Frente ribeirinha, na Ribeira de Santarém
Fonte: Fotografia tirada pela autora



Fig.124. Zona de proximidade ao rio, na Ribeira de Santarém
Fonte: Fotografia tirada pela autora



Fig.125. Frente ribeirinha, Alfange
Fonte: Fotografia tirada pela autora



Fig. 126. Campo de jogos, na Ribeira de Santarém
Fonte: Fotografia tirada pela autora



Fig.127.Espaço utilizado para estacionamento, Alfange
Fonte: Fotografia tirada pela autora

AMEAÇAS



Fig.128. Crescente degradação do espaço público, em Alfange
Fonte: Fotografia tirada pela autora



Fig.129.Cheia de 2006, em Ribeira de Santarém
Fonte: https://olhares.com/cheias_ribeira_de_santarem_foto937201.html



Fig.130. Montes envolventes de elevado risco sísmico
Fonte: Fotografia tirada pela autora

IDENTIFICAÇÃO DOS PRINCIPAIS ASPETOS ESPACIAIS DA ANÁLISE SWOT

Identificaram-se no Centro Histórico alguns espaços que materializam a análise SWOT, como, em termos de pontos fortes, os miradouros do planalto São Bento (1) e Portas do Sol (2), o Jardim da República (3) e o Jardim da Liberdade (4), além dos vários monumentos emblemáticos (5) e da presença do Rio Tejo (6). O atual estado de degradação e desuso de espaços e edificados foram considerados pontos fracos, como o parque das merendas e o campo de jogos (7,10), variados edifícios degradados (8), com maior incidência próximo à frente ribeirinha, além da desorganização viária e vias em estado precário (9). Como oportunidades, toda a costa ribeirinha, com o seu vasto espaço verde arborizado (11), espaços apropriados pelos moradores para estacionamento (12), as estruturas de contenção dos montes (13), e espaços vazios em Alfange (14).

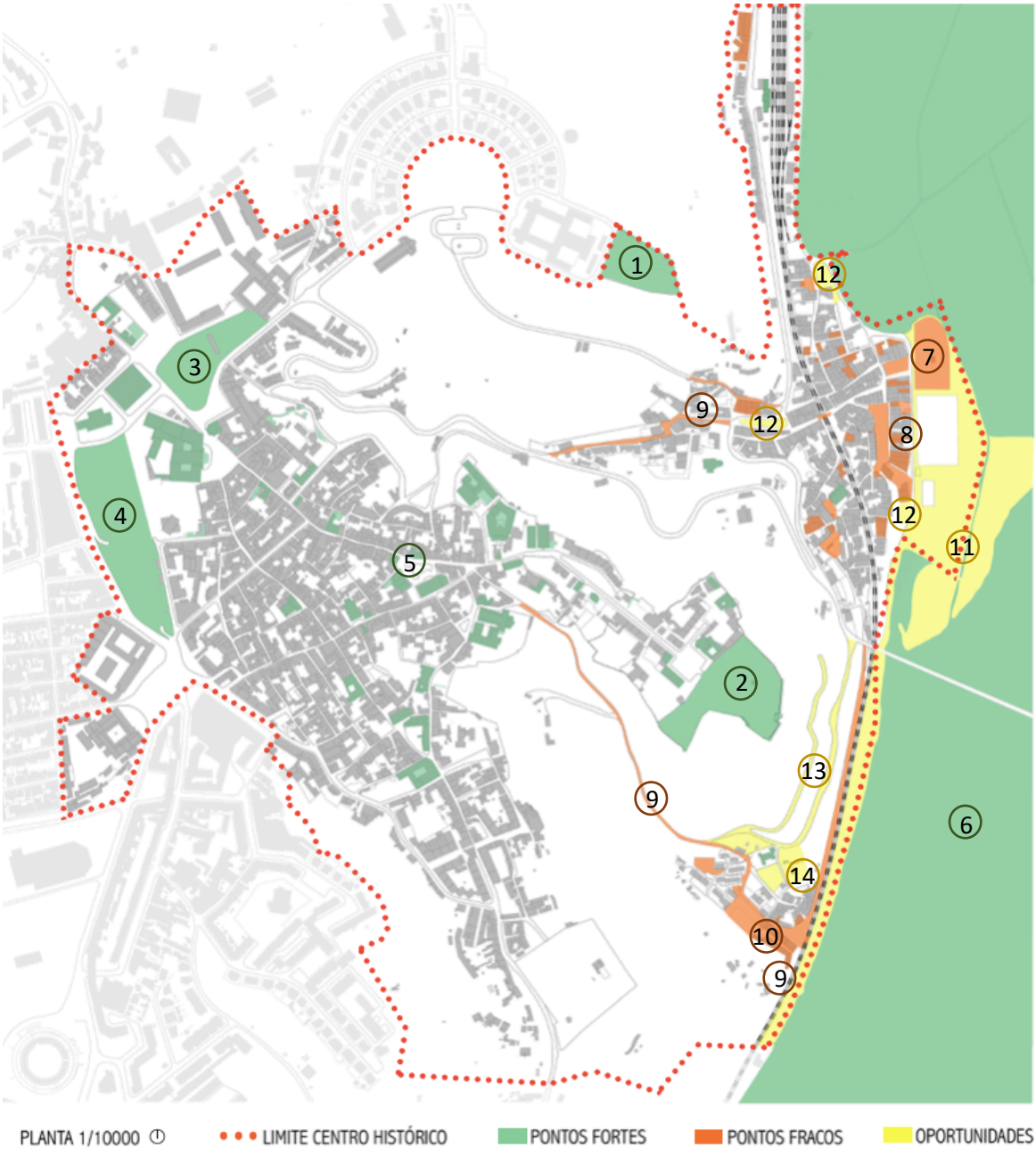


Fig.131. Localização dos principais aspetos espaciais da análise SWOT
Fonte: Autoria própria

3.4 CONHECER E PLANEAR COM A COMUNIDADE

> "O processo de participação depende do desejo dos participantes. Mas se esse desejo não se manifesta, como torná-lo visível? E se é visível, como alguém o recebe? Como diferentes desejos podem coexistir e operar juntos? E, acima de tudo, como devemos pensar sobre o desejo, sobre o próprio conceito de desejo, dentro de um processo participativo? Se entendemos a participação como um processo, como o 'trabalho do desejo', é porque o próprio desejo é processual. Não existe desejo, diz Deleuze, que não flua para um conjunto de desejos (...).
> Impulsionado pelo desejo, o design participativo é uma "bricolagem coletiva" na qual indivíduos (clientes, usuários, designers) são capazes de interrogar a heterogeneidade de uma situação, reconhecer sua própria posição e depois ir além dela, abrindo-a para novos significados, novas possibilidades, para "colar sua própria colagem em outras colagens", a fim de descobrir um projeto comum. Como na bricolagem, em projetos participativos, o processo é de alguma forma mais importante que o resultado, a assembleia é mais importante que o objeto, a desterritorialização é mais importante que a construção de territórios."
>
> (BLUNDEL *et al*., 2005, p.62)

Esta fase do trabalho ocorreu com alguma dificuldade, devido às restrições impostas por causa do COVID-19. O contato com a área de intervenção e com os facilitadores que chegaram a ser identificados acabou por ficar bastante reduzido, e em algumas fases do trabalho tornou-se impossível. Foi necessário então avançar com a preparação do programa participativo, prevendo-se que não seria possível concluí-lo.

Optou-se pela realização de um workshop que se previa realizar em duas etapas em que se desenvolveriam algumas atividades com os participantes. A associação de Alfange mostrou-se disponível para o envolvimento e a cedência de espaço para a realização do primeiro workshop, com um conjunto de pessoas de variadas faixas etárias, divididas em pequenos grupos por mesa.

Em uma primeira fase, com o objetivo de ***dar informação ao público,*** seria aplicado a técnica da *escolha de catálagos* (WATES, 2000), onde cada grupo escolheria um conjunto de imagens, de acordo com o seu critério, tendo como pergunta base "O que é uma boa comunicação?", de seguida cada grupo falaria o por quê da escolha. No final seria

explicado o objetivo do workshop e a importância da participação dos cidadãos no planeamento urbano.

Na segunda atividade, com o objetivo de ***obter informação do público,*** através do *mapeamento* (WATES, 2000), previa-se a utilização de uma maquete, post-it e canetas coloridas. Pretendia-se que os participantes identificassem os espaços públicos existentes, o modo como são vistos e utilizados, e o que sentem a cerca destes. Isto permitiria perceber como a comunidade vê e utiliza o espaço. O objetivo seria não só identificar os espaços propícios para intervenção mas contribuir para a reflexão dos participantes sobre a realidade, despertando assim interesse e ideias para melhorar o local.

Por último, visando a ***exploração de ideias,*** *por meio do planeamento na prática*, tendo em vista que a "Imaginação é uma ferramenta coletiva para a transformação do real, para a criação de múltiplos horizontes e possibilidades(...)" (JONES *et al.* 2005, p.66) previa-se recorrer novamente ao uso da maquete, para cada grupo colocar sobre esta um conjunto de símbolos e post-it, de acordo com as suas ideias e perceções. No final seriam debatidas as ideias e soluções mais adequadas de acordo com o seu nível de importância.

O quadro seguinte apresenta o ensaio do programa de participação:

	Método	**Objetivo**	**Público alvo**	**Tempo**	**Materiais**	**Local**	**Seção**
Atividade 1	*Escolha de catálagos (Choice catalogues)* Nick Wates	Romper barreiras de medo, insegurança e desconfiança, e hesitação. Informação do objetivo do workshop	5 crianças 5 jovens 5 adultos 5 idosos	30min	30 fotos	Associação de alfange	1
Atividade 2	*Mapping* (Mapeamento) Nick Wates	Identificar e diagnosticar as necessidades e prioridades da comunidade		45min	-ortofotomapa -Post-it (Vermelho e verde) -Canetas	Associação de alfange	1
Atividade 3	*Planeamento na prática (Planning for Real)* Nick Wates	Explorar possibilidades do desenho urbano do espaço		45min	-Folha -Canetas -Símbolos -Maquete	Associação de alfange	1

Quadro 2: Síntese de ensaio do programa de participação

Como já referido, devido às condições da primeira vaga do COVID-19 e do confinamento associado não foi possível a aplicação desta metodologia participativa e interativa que requeria maior proximidade entre as pessoas. De forma a compreender a percepção local optou-se pela realização de pequenas entrevistas exploratórias, que permitiram uma experiência em campo que contribui com grande peso no processo de trabalho.

Foram realizadas cinco entrevistas e realizadas conversas com dois grupos de moradores, em Agosto de 2020, em Alfange e na Ribeira de Santarém, sobre os temas considerados necessários para a elaboração de um plano de ação visando a qualificação do lugar: aspetos sociais e económicos, acessibilidade, mobilidade e infraestruturas, espaço público e edificado.

Em Alfange foram entrevistados representantes das duas entidades existentes, a 'Associação Desportiva, Recreativa e Cultural de Alfange' e o 'Restaurante Miratejo'. Foi realizada uma conversa com um grupo de cinco moradores, em Alfange. Na Ribeira de Santarém foram entrevistados os representantes de três entidades locais, o Chalet Santa Iria, o Clube de Canoagem Scalabitano, a Taberna do Geraldo. Foi ainda realizada uma conversa com dois moradores que se encontravam na porta de suas casas.

SÍNTESE ENTREVISTAS

Realizadas entre os dias 10 e 24 de Agosto de 2020

Das conversas informais com os moradores e representantes locais maioritariamente de Alfange, percebeu-se que os dois núcleos ribeirinhos estão intimamente ligados, não apenas através de um histórico passado mas também das suas condições de vitalidade, que com grande semelhança se destacam. Nos dias de hoje estes núcleos, além de grandes debilidades em variados aspetos do sistema urbano, apresentam-se como espaços desprezados e ignorados pelo Estado e as suas entidades representativas, causando sentimentos de rejeição e abandono, e revolta por grande parte dos residentes de ambos os bairros.



Fig.132. Contentores de lixo, Alfange
Fonte: Fotografia tirada pela autora

Alfange evidencia uma ausência de serviços urbanos básicos: apenas em dois dias da semana é recolhido o seu lixo, (fig.122); a relva é cuidada pelos próprios moradores; desleixo na frente ribeirinha (fig. 123), levando a um distanciamento dos moradores desta zona, frequentada por apenas 2 ou 3 pescadores; estado precário do antigo edifício da fábrica de sabão, que em ruínas apresenta-se em constante perigo de desabamento, (fig. 124).



Fig.133. Frente ribeirinha de Alfange
Fonte: Fotografia tirada pela autora

À frente das suas casas, os residentes de mais idade do bairro de Alfange, passam os seus dias sentados em cadeiras (fig. 126). Os mais novos, por sua vez, passam o tempo em casa ou maioritariamente fora do bairro, tendo apenas, além das ruas, a associação e o seu recinto para convívio (no final do dia, depois das 19:30h) e para eventos e festas comemorativas, que já são poucas (fig. 127). Famílias inteiras, especialmente de etnia cigana, passam os dias nas portas das suas casas, ou encontram-se nos cafés e na frente ribeirinha (fig. 128).



Fig.134. Edifício da antiga fábrica de sabão, Alfange
Fonte: Fotografia tirada pela autora

Existe alguma interação entre os residentes de Alfange e Ribeira, denotando-se uma maior deslocação entre os dois bairros por parte das famílias de etnia cigana que habitam em ambos os bairros, com maior peso na Ribeira de Santarém. A este nível, as pessoas entrevistadas destacaram um clima de insegurança sentido pelos residentes do bairro e com impacte nos visitantes, devido a ações de marginalidade desenvolvidas no bairro, maioritariamente por pessoas de etnia cigana, causando instabilidade social entre os residentes, e o desuso de determinados espaços, como o parque das merendas na Ribeira.



Fig.135. Edifício da antiga fábrica de sabão, Alfange
Fonte: Fotografia tirada pela autora

Estes núcleos ribeirinhos são visitados por população vinda da zona periférica de Santarém, alguns frequentam restaurantes e cafés, outros realizam jogos no campo de futebol recentemente requalificado, e muitos outros passeiam na frente ribeirinha, ligada fortemente a atividades desportivas e pesca.

Em termos de **infraestrutura, acessibilidade e mobilidade**, percebeu-se um conformismo, por parte dos mais jovens, que possuem as suas viaturas e assim chegam ao centro da cidade para quase todas as atividades básicas diárias, utilizando maioritariamente a Estrada de Alfange. Os mais velhos estão habituados às "boleias" e táxis. Em relação ao bairro da Ribeira de Santarém, observou-se um contentamento ligado à acessibilidade e transportes. Os mais idosos utilizam a carreira que passa próximo ao bairro, e os mais jovens os seus veículos próprios, conectando-se assim com toda a cidade.



Fig.136. Locais de estar da população, Alfange
Fonte: Fotografia tirada pela autora

Em termos de **serviços, comércio e equipamentos,** na Ribeira de Santarém foi mencionado o desejo de moradores e visitantes de atividades ligadas ao comércio, facto ressaltado pelos mais antigos residentes, que com gosto relembram as antigas mercearias, peixarias, talhos e lojas. No bairro de Alfange, onde a função residencial é mais evidente, ficam na memória os poucos cafés e a mercearia uma vez existentes, com um ambiente familiar quotidiano. Foi aqui mencionada a necessidade de um equipamento que estabeleça laços e promova a coesão social, com destaque para idosos e crianças.

Os entrevistados chamaram a atenção para o estado de perigo dos montes da Alcáçova, envolventes das muralhas das Portas do Sol, que, segundo o parecer da Procuradoria Geral da República, se encontram em risco de derrocada. A passagem do comboio na via férrea que atravessa os dois bairros, obrigados a uma grande redução da velocidade, produz vibrações que aumentam o perigo de derrocada.



Fig.137. Locais de estar da população, Alfange
Fonte: Fotografia tirada pela autora

As entrevistas mostraram que os moradores destes bairros, especificamente os mais idosos, se conformavam com as debilidades gerais encontradas. Todavia, alguns adultos expressaram sentimentos de revolta refletida no pouco interesse e relutância em falar do assunto. Percebeu-se ainda uma dificuldade geral dos residentes, com maior eminência em Alfange, em expressar as suas necessidades em relação a equipamentos, serviços e outros, causado pela longa e habitual ausência destes nos bairros e uma total dependência do centro da cidade.



Fig.138. Locais de estar da população, Alfange
Fonte: Fotografia tirada pela autora

Compreendeu-se também uma maior indiferença em Alfange, em relação à atual situação do bairro, em comparação com a Ribeira de Santarém. Aqui, com os grandes esforços proativos da comunidade e fraca voz perante os órgãos públicos, avança-se lentamente com os investimentos públicos, como a programada requalificação da Praça Oliveira Marreca e a exposição de habitações à venda por todo o bairro, além da colocação da relva artificial no campo de futebol, e a implantação de alguns bancos no bairro. Alfange revela poucas ações e intenções de melhoria e mudança, tendo apenas como exemplo a programada requalificação do bairro Calouste Gulbenkian, que estava prevista para o ano de 2020, gerando poucas expectativas e esperança nos seus moradores em relação ao futuro.



Fig.139. Associação de Alfange e espaços de estar e convívio
Fonte: Fotografia tirada pela autora

Para além desta fase de escuta dos moradores, percebeu-se que seria necessário uma outra abordagem participativa, tendo em atenção o contexto presente do COVID-19, a qual requer uma abordagem criativa, com elementos e materiais tridimensionais e de fácil leitura, que possam incentivar a interação da população. Pensou-se para o efeito na apresentação local de uma maquete da proposta estratégica para Alfange com cores e símbolos para promover a discussão. Com o agravamento da situação de COVID-19 a sua apresentação só poderá ocorrer depois da discussão académica, não podendo essa reflexão ser integrada neste texto.

O quadro seguinte apresenta de forma sintetizada o diagnóstico das opiniões locais:

ENTREVISTADO	ITENS			
	Vias e acessibilidade	*Espaço público*	*Equipamentos*	*Habitação e edificado*
Associação Desportiva, Recreativa e Cultural de Alfange	-Utilização essencial da Estrada de Alfange -Conformação com as suas atuais estruturas	-Inexistência de espaços públicos qualificados -Ausência de cuidados e serviços urbanos -O edificado da associação assume-se como o único existente no bairro para realização de encontro e convivência, apresentando as suas pouco qualificadas instalações	-Inexistência total de qualquer equipamento de apoio e auxílio à população -Ausência de um adequado equipamento que sirva de forma diversa a população local	-Lento investimento -Necessidade de reformas, requalificações e investimento em todo o bairro; -Sente-se um elevado aborrecimento em relação aos órgãos públicos locais;
Restaurante Miratejo (Sr. Adriano)	-Utilização essencial da Estrada de Alfange -Ambição por maior oferta de acessos e devidas qualificações	-Anseio por investimentos e intervenções que qualifiquem a zona	-	-
Grupos de moradores	-Necessidade dos mais velhos de se recorrer constantemente aos amigos e família para aceder o centro da cidade ou bairros envolventes (Alfange); -Grande recorrência aos transportes públicos (Ribeira)	-Desalento e conformismo com a atual situação do bairro -Fácil adaptação às lacunas existentes	-Necessidade total de se recorrer ao bairro vizinho e centro urbano -Inexistência e prioridade de equipamentos ligados a assistência social e abastecimento básico	-Satisfação e contentamento -Necessidades de reforma e investimento -Grande número de casas devolutas e em estado precário para a venda (maioritariamente na Ribeira de Santarém)

Chalet Santa Iria (Marisa Fragoso)	-Muitos visitantes do continente Europeu que utilizam suas viaturas próprias e o comboio	-Carência de maior diversidade de espaços ligados à gastronomia (restaurantes, cafés e mercado); -Alta dependência em relação ao centro urbano da cidade	-Não é utilizado pelos visitantes	-Elevado número de casas vazias que promovem um ambiente de instabilidade
Clube de Canoagem Scalabitano (Gonçalo)	-Acesso geral caracterizado como fácil	-Pouco utilizado pelos atletas	-Pouco utilizado pelos atletas	-
Café Taberna do Geraldo (Josefina)	-Utilização maioritária de viatura própria, autocarro e comboio	-Necessidade urgente de espaços de estar e recreio qualificados	-Necessidade de equipamentos urbanos de desporto e lazer, segurança pública e proteção, educação e assistência social e abastecimento	-Poucas habitações intergeracionais, passadas de geração para geração;

PONTOS FORTES PONTOS FRACOS OPORTUNIDADES

Quadro 3: Diagnóstico de opiniões locais

4. PROPOSTA

4. PROPOSTA

> "As áreas periféricas disfuncionais e desfavorecidas confirmam o grande desafio da coesão social no quadro global do sistema urbano da região, constituindo-se como unidades que exigem intervenção prioritária através de programas de base comunitária, integrando as múltiplas valências que promovam a regeneração urbana e a inclusão."
>
> (CCDR. 2018, p.12)

> "O rejuvenescimento da população é a grande prioridade para 2030. A palavra-chave é integração."
>
> (CCDR, 2018, p.26)

De acordo com as novas políticas públicas da estratégia de 2030 para a Região de Lisboa e Vale do Tejo (RLVT) visando promover "a igualdade de oportunidades a todos os níveis e combater a pobreza e exclusão social" (CCDR. 2018, p.45) foi escolhida como área de intervenção para elaboração de uma proposta estratégica de qualificação de uma área deprimida, a Ribeira de Santarém e Alfange, e para elaboração de um projeto urbano mais aprofundado foi escolhido Alfange. Estes dois núcleos ribeirinhos têm problemas de pobreza e exclusão ligados à crescente degradação urbana, social e física que a área tem sofrido, em particular Alfange. Com o objetivo de explorar uma proposta urbana para este bairro inserido na zona ribeirinha, partiu-se de uma abordagem estratégica generalizada para os dois núcleos ribeirinhos, com a elaboração de um plano de ação, focando posteriormente no bairro de Alfange, através da elaboração de um projeto urbano.

Depois de analisar e diagnosticar no capítulo 3 o complexo sistema da área de intervenção mais abrangente, incluindo Alfange e a Ribeira de Santarém, realizaram-se vários estudos e esboços no sentido de elaborar uma proposta urbana estratégica alicerçada em premissas ou **PRINCÍPIOS DE INTERVENÇÃO**, a partir dos quais foram delineados os **OBJETIVOS GERAIS**, e se propôs um conjunto de **AÇÕES**. Estas permitiram a elaboração um **PLANO DE AÇÃO** para os dois núcleos, Ribeira de Santarém e Alfange (fig. 141), o qual pretende constituir uma resposta operativa e sustentável às necessidades atuais, no âmbito urbano e sócioeconómico. Este Plano de ação inclui uma Proposta de percurso de minibus interligando o núcleo histórico aos dois núcleos ribeirinhos (fig.142), bem como uma proposta de reorganização do sistema viário ligando os dois núcleos. A partir deste plano de ação para os dois núcleos elaborou-se um **PROJETO URBANO** para Alfange (a duas escalas).

4.1 PROPOSTA ESTRATÉGICA DE QUALIFICAÇÂO DE RIBEIRA DE SANTARÉM E DE ALFANGE

4.1.1 PRINCÍPIOS, OBJETIVOS E AÇÕES

Foram estabelecidos alguns **PRINCÍPIOS DE INTERVENÇÃO**, ligados fortemente com o contexto social da área de intervenção, nomeadamente a **inclusão e coesão social, participação pública, qualidade de vida, identidade coletiva, sustentabilidade demográfica, e revitalização urbana,** acrescentando ainda, de forma interligada e indissociável, as questões urbanísticas e patrimoniais, expressas nos princípios de **regeneração urbana e valorização do existente, da identidade e memória local**

PRINCÍPIOS DE INTERVENÇÃO
-Inclusão social
-Participação pública
-Qualidade de vida
-Identidade coletiva
-Sustentabilidade demográfica
-Revitalização urbana

OBJETIVOS GERAIS
Património:
-Afirmar a identidade da área de intervenção
-Preservar e reaproveitar o património existente
-Fomentar a utilização do património
-Valorizar e integrar o património cultural como fator de identidade coletiva
-Revalorizar e integrar o património imaterial de Santarém
-Reabilitar os núcleos urbanos históricos, atraindo novas famílias e visitantes
-Reutilizar edifícios abandonado

Social:
-Responder as necessidades urbanas da população local, tendo em atenção grupos desfavorecidos;
-Combater o envelhecimento demográfico
-Fomentar o aumento do nível da oferta de emprego
-Melhorar a qualidade de vida
-Valorização do potencial da população local
-Atrair novos residentes
-Apostar na qualificação humana
-Afirmar a identidade local
-Criar nova dinâmica de atividades e integrar no modo de vida da população, juntamente com as existentes como agricultura e pecuária
-Ensinar alimentação caseira, sustentável e saudável

Acessibilidade e mobilidade:
-Apostar na melhoria da acessibilidade e mobilidade
-Apostar na melhoria da acessibilidade e mobilidade à área de intervenção
-Recuperação e valorização da ligação de espaços culturais, históricos e naturais existentes
-Estabelecer condições de acessibilidade e intermodalidade, promovendo acesso pedonal na zona ribeirinha;

Espaço público:
-Tornar o espaço público mais agradável e atrativo
-Aumentar a oferta de espaço público coletivo, nomeadamente de lazer e recreio
-Melhorar a qualidade de espaços existentes no contexto de maiores relações sociais
-Estabelecer uma nova dinâmica ribeirinha;
-Promover novos espaços para desenvolvimento da atividade turística, ligada ao património, natureza e cultura
-Produzir espaços urbanos e atividades que estimulam a coesão social;
-Promover a navegação e fruição do Tejo, para fins lúdicos, recreativos e turístico

Edificado e equipamentos
-Adaptação do bairro Calouste Gulbenkian (zona urbana desfavorecida) por meio de uma estratégia integrada
-Estender rede de equipamentos de Santarém para a ribeira (espaços de cidadania e cultura)
-Criar equipamentos adequados às necessidades atuais e futuras, através de espaços de ocupação para idosos, crianças e jovens
-Requalificar edificado em estado precário

Económico:
-Proposta projetual sustentável
-Estabelecer uma nova dinâmica económica local
-Promover um novo cenário económico que atende às atuais necessidades em que se encontra a economia mundial através de um novo ambiente favorável ao empreendedorismo
-Valorizar o turismo rural e cultural
-Promover cozinha caseira através do cultivo de legumes e ervas

AÇÕES ESPACIAIS

Património
-Integração das igrejas Santa Iria da Ribeira e S. João Evangelista na rede de espaços de turismo religioso
-Preservação, requalificação e reutilização de um conjunto de edificado devoluto, na Ribeira
-Preservação do edificado da antiga fábrica de sabão e envolvente, através do reaproveitamento de parte das estruturas existente, mantendo a sua estrutura formal e conceitual
-Preservação da tipologia e do espaço formal do largo de Alfange e integração das suas estruturas, como o exemplo ´muro verde´

-Desenvolvimento de atividades ligadas à agricultura, gastronomia e dança no novo equipamento

Acessibilidade e transporte

-Introdução de novo percurso de transporte público, um minibus, passando por Planalto-Ribeira de Santarém-Alfange

-Criação de novos percursos pedonais e cicláveis de fruição na frente ribeirinha, interligando os bairros ribeirinhos

-Criação de espaços para o estacionamento de bicicletas

-Criação de dois novos percursos pedonais e cicláveis de acesso ao planalto, partindo dos dois bairros ribeirinhos, passando pelas estruturas de contenção existentes e estendendo-se às Portas do Sol e ao centro da cidade

-Requalificação e extensão do acesso pedonal e ciclável à estação ferroviária, na Ribeira

-Reorganização e requalificação do espaço pedonal na Avenida Malfeito (rente ao campo de futebol da Ribeira), além de introdução de espaço para estacionamento

-Reorganização de espaços de estacionamento na Praça Oliveira Marreca e acréscimo de vagas de estacionamento envolvente ao TCR (Teatro Clube Ribeirense), na Ribeira

-Criação de três bolsas de estacionamento distribuídas pelo bairro da Ribeira

-Reativação da passagem de nível, na Ribeira

-Requalificação e reestruturação Estrada de Alfange, Calçada de Atamarma e Calçada de Santa Clara e seus acessos

-Requalificação do espaço pedonal que liga a frente ribeirinha e o largo de Alfange

-Criação de cinco bolsas de estacionamento distribuídas por Alfange, duas no Bairro Calouste Gulbenkian, e as outras próximo ao novo equipamento e nova zona habitacional

Espaço público

-Integração da linha ferroviária no desenho da nova frente ribeirinha

-Desenho de uma nova frente ribeirinha, conectando Alfange à Ribeira, com espaços de lazer e de estar, juntamente com ciclovia e percurso pedonal, promovendo contato direto com o Rio Tejo

-Limpeza da frente ribeirinha

-Criação de dois cais, promovendo a navegação e fruição do Rio Tejo, tendo em vista atividades turísticas e lúdicas

-Instalação de um quiosque, estrategicamente localizado próximo ao rio e a nova área de lazer e recreio

-Requalificação do parque de merendas

-Requalificação da Praça Oliveira Marreca

-Requalificação do largo de Alfange (Praceta Padre Chiquito), interligado com qualificada e atraente acessibilidade à nova frente ribeirinha

-Requalificação do espaço envolvente da antiga fábrica de sabão, juntamente com campo desportivo.

-Reutilização e requalificação de parque infantil existente, em Alfange, para zona de estar

-Readaptação e extensão de hortas urbanas existentes, em alfange

-Criação de um espaço multifuncional, no campo de jogos de Alfange, que oferece espaços de estar, lazer, atividades desportivas e culturais
-Criação de parque infantil próximo ao novo equipamento
-Criação de novo espaço para horta urbana próximo ao novo equipamento
-Instalação de mobiliário urbano (mesas e bancos, iluminção, bebedouros, caixotes de lixo e contentores e paragem de autocarro)
-Instalação e reutilização de contentores marítimos para depósitos e armazenagem
-Plantação de novas árvores e zonas arborizadas na frente ribeirinha e entre os bairros

Edificado
-Relocalização do Centro Náutico Scalabitano (Ribeira) e Associação Desportiva Recreativa e cultural de Alfange
-Seleção de um conjunto de edificado devoluto, estrategicamente localizado próximo ao rio, na Ribeira, para requalificação e reutilização para biblioteca e sala de estudo, cafetaria, mercado, pousada da juventude, restaurante e centro de formação para jovens e desempregados
-Reconstrução de novo edificado na antiga fábrica de sabão, destinado a um equipamento público multifuncional, ocupado pela associação de Alfange e um centro comunitário, com espaços para desenvolvimento de oficinas criativas onde poderá decorrer atividades temporárias, como ensino de jardinagem, culinária (ligado à cozinha tradicional e produtos agrícolas locais), e dança.
-Reabilitação do edificado habitacional obsoleto no largo de Alfange (Praceta Padre Chiquito) e reutilização para uso de comércio, funcionando como um mercado e cafetaria em simultâneo
-Construção de edificado habitacional, em Alfange

Económico
-Criação de áreas multifuncionais, próximo ao campo de jogos de Alfange, onde poderá decorrer feiras e exposições
-Novo café/mercado localizado próximo à frente ribeirinha
-Utilização de materiais reciclados, como pneu, paletes e contentores marítimos
-Aproveitamento das estruturas do novo anfiteatro para depósito da nova horta urbana

O quadro seguinte apresenta uma síntese dos objetivos e ações correspondentes:

	OBJETIVOS	AÇÕES
PATRIMÓNIO	-Preservar e valorizar o património -Fomentar a sua utilização -Revalorizar e integrar o património imaterial -Reabilitar os núcleos urbanos históricos	-Integração das igrejas Santa Iria da Ribeira e S. João Evangelista na rede de espaços de turismo religioso -Reativação do TCR (Teatro Clube Ribeirense) na Ribeira -Preservação da tipologia e do espaço formal, em Alfange do largo de Alfange e na Ribeira, da Praça Oliveira Marreca -Preservação e revitalização de um conjunto de edificado obsoleto na frente ribeirinha -Preservação do edificado da antiga fábrica de sabão, em Alfange -Uso de uma fração do novo edificado de Alfange para oficina criativa, onde decorre ensino de jardinagem, culinária (ligado à cozinha tradicional e produtos agrícolas locais), dança e outros
SOCIEDADE	-Melhorar a qualidade de vida -Combater o envelhecimento demográfico -Apostar na qualificação humana -Afirmar a identidade coletiva -Atrair novos residentes e fomentar a sociabilidade -Promover dinâmicas de atividades sócioeconómicas	-Novo equipamento social multifuncional (Centro comunitário e Associação de Alfange) -Desenvolvimento de atividades coletivas (agricultura, dança e oficinas criativas) -Possível ocorrência de mercado aberto e feira
ACESSIBILIDADE	-Melhorar a acessibilidade e mobilidade -Recuperar e valorizar os acessos e ligações entre espaços culturais, históricos e naturais existentes -Estabelecer condições de acessibilidade e intermodalidade -Promover a circulação pedonal -Promover o acesso pedonal entre o planalto, núcleos ribeirinhos e estação de comboios -Qualificar espaços de circulação pedonal -Reorganizar espaços de estacionamento existente	-Introdução de novo percurso de transporte público -Criação de novos percursos pedonais de fruição na frente ribeirinha e nos bairros -Criação de novos percursos pedonais e cicláveis de acesso ao planalto, partindo dos dois bairros ribeirinhos -Criação de bolsas de estacionamento -Requalificação do acesso pedonal e extensão da ciclovia à estação ferroviária -Reorganização e criação de rede pedonal na frente ribeirinha

		-Reorganização estratégica de espaços de estacionamento, encontrados no bairro da Ribeira de Santarém -Reativação da passagem de nível na Ribeira de Santarém
ESPAÇO PÚBLICO	-Responder às necessidades urbanas básicas da população -Fomentar a integração social do bairro social calouste gulbenkian -Estabelecer uma nova dinâmica sócio-urbana -Promover espaços urbanos que estimulam a coesão social -Desenvolver uma solução urbana de forma a promover a identidade coletiva -Promover a navegação e fruição do Tejo, para fins lúdicos, recreativos e desportivos -Aumentar a oferta de espaços públicos -Recuperar espaços públicos degradados e obsoletos -Melhorar a qualidade do espaço público tornando-o mais agradável e atrativo -Incrementar funções urbanas inovadoras -Preservar as árvores e espaços verdes existentes -Minimizar risco de cheia	-Desenho de uma nova frente ribeirinha, conectando Alfange à Ribeira com espaços de lazer e de estar -Criação de dois cais, na frente ribeirinha -Instalação de mobiliário urbano (contentores de lixo, iluminação, bebedouros, bancos e outros) -Instalação de quiosque, na Ribeira -Requalificação de espaços públicos obsoletos (Ribeira: parque de merendas, Praça Oliveira marreca; Alfange: Praceta Padre Chiquito, campo de jogos e envolvente e parque infantil) -Readaptação e extensão de hortas urbanas existentes, em alfange -Criação de anfiteatro e parque infantil próximo ao novo equipamento -Instalação de mobiliário urbano -Plantação de novas árvores e zonas arborizadas integradas -Extensão de área verde com pavimento de elevado nível de permeabilidade
EDIFICADO	-Estender a rede de equipamentos de Santarém para a zona ribeirinha -Criar equipamentos adequados às necessidades atuais e futuras -Requalificar e reutilizar edificado em estado precário e em desuso -Requalificar e reutilizar edificado comum e com valor patrimonial para a ocupação de funções diversas, promovendo a sociabilidade e tendo em vista responder à presente e futura procura de ofertas variadas	-Relocalização do Centro Naútico scalabitano da Ribeira -Requalificação de um conjunto de edificado devoluto, na frente ribeirinha, na Ribeira, para biblioteca e sala de estudo, cafetaria, mercado, pousada da juventude, restaurante e centro de formação para jovens e desempregados -Reconstrução de edificado da antiga fábrica de sabão -Reabilitação do edificado habitacional obsoleto no largo de Alfange

ECONOMIA	-Fomentar dinâmica económica local -Promover um ambiente favorável ao empreendedorismo -valorizar o turismo rural e cultural -Promover micro atividades económicas através da venda de produtos locais -Elaborar uma proposta projetual sustentável -Utilizar materiais e soluções projetuais de baixo custo e manutenção, com elevada durabilidade	-Espaço público adaptável à ocorrência de feiras e exposições -Novo café/mercado localizado próximo à frente ribeirinha -Utilização de materiais reciclados, como pneu, paletes e contentores marítimos -Aproveitamento das estruturas do novo anfiteatro para depósito da nova horta urbana

Quadro 4: Síntese de objetivos e ações propostas

O quadro seguinte apresenta as externalidades previstas para a proposta:

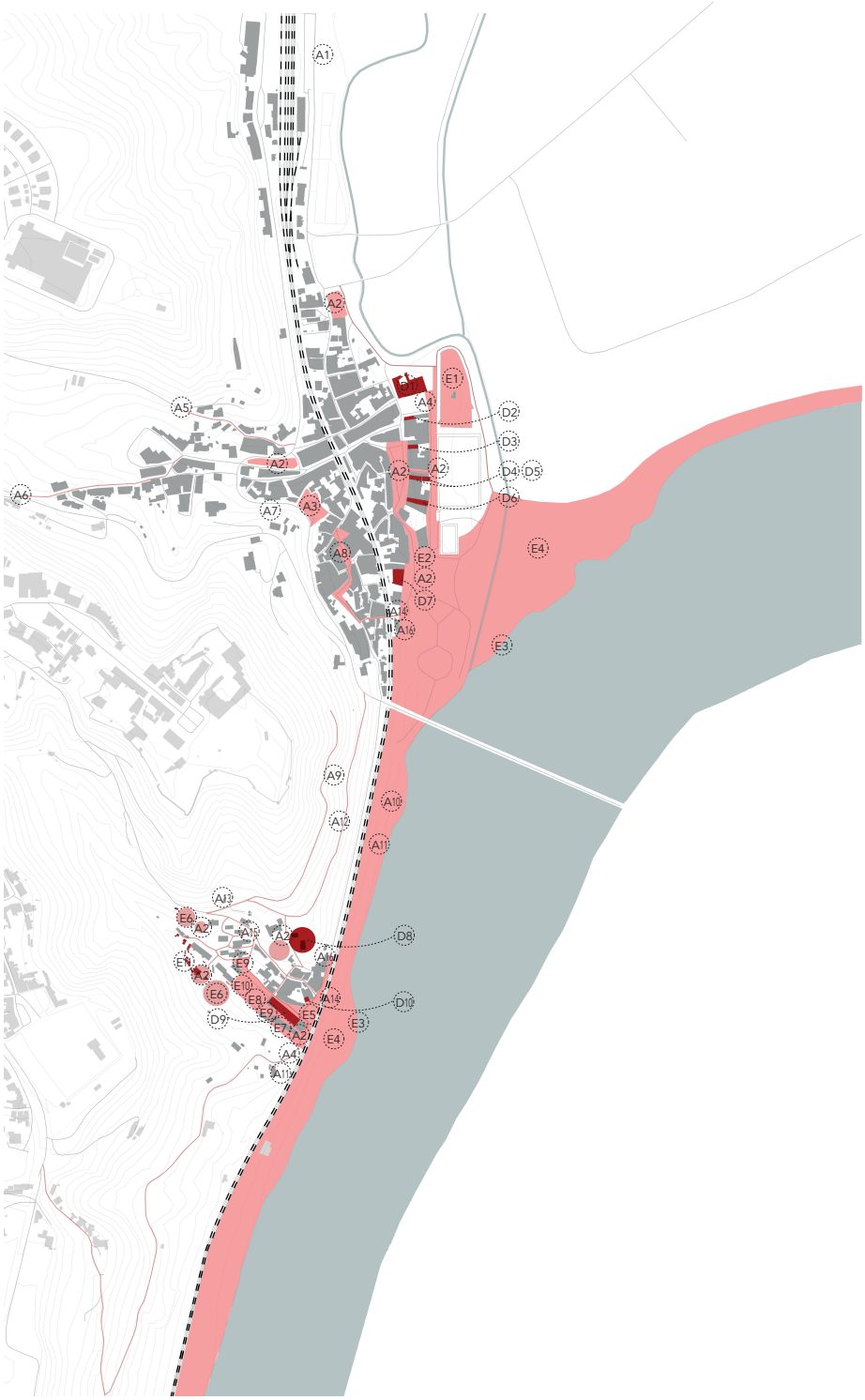
	Social	**Urbana**	**Económica**
Negativas	-Gentrificação -Concentração populacional no bairro social	-Aumento da poluição -Tráfego e congestionamento	-Aumento de rendas -Aumento do preço dos terrenos -Aumento dos custos ambientais (poluição) -Necessidade da criação de incentivos para reabilitação
Positivas	-Nova dinâmica social e urbana -Maior integração e coesão social -Crescimento do sentimento de pertença -Fixação de novos residentes e visitantes -Renovação de geração	-Ambiente e atraente vistoso -Aumento da circulação viária e pedonal -Aumento do uso de bicicletas -Maior procura dos espaços urbanos	-Desenvolvimento do comércio -Aumento da taxa de emprego -Combate à pobreza -Estabelecimento de novas empresas e investidores

Quadro 5: Externalidades da proposta

4.1.2 PLANO DE AÇÃO

As ações definidas no Plano de ação para Ribeira de Santarém e Alfange estavam interligadas entre si, visando constituir uma resposta estratégica alargada às condições de vida atuais em que se encontra a área de intervenção, mas também as que procederão com a presunção da execução do projeto. O Plano de ação para os dois núcleos pretende constituir uma resposta coesa a vários níveis:

- no âmbito **social**, de forma a renovar e promover o rejuvenescimento da população, não deixando, no entanto, de parte os atuais habitantes, mas criar novos meios e mecanismos que alavanque e estabeleça novas relações sociais, além de investir na qualificação profissional contestando a atual situação;
- no âmbito **económico**, estabelecendo uma nova dinâmica sustentável;
- no âmbito do **espaço urbano**, através da promoção de um novo ambiente urbano de integração de novas vivências e novos espaços, tendo em vista o aumento da densidade populacional;
- no âmbito da reabilitação do **edificado comum e património,** nomeadamente edifícios precários, investindo na sua recuperação além de estruturar novas funcionalidades para os habitantes das várias faixas etárias, visando um ambiente urbano qualificado e com ofertas atrativas diversas, mas não deixando de parte o património existente, promovendo a sua utilização e reuso assegurando a identidade local;
- no âmbito da melhoria da **acessibilidade e mobilidade** através de um conjunto de medidas que permitem as várias modalidades, desde a transporte público, veículos automóveis, ciclismo, passeios pedonais, passeios e desportos marítimos, fomentando a zona ribeirinha e assegurando um fácil acesso e deslocação entra o planalto e a área de intervenção, e ainda operacionalizando ligações entre os dois núcleos;



Legenda

Localização de ações

ACESSIBILIDADE

A1 Extensão do acesso pedonal e ciclovia
A2 Bolsa de estacionamento
A3 Bolsa de estacionamento para residentes
A4 Paragem de autocarro
A5 Reestruturação e requalificação Estrada de Santa Clara
A6 Reestruturação e requalificação da Calçada de Atamarma
A7 Acesso pedonal à Igreja de Santa Cruz
A8 Acesso exclusivamente pedonal
A9 Acesso pedonal e ciclovia
A10 Percurso pedonal
A11 Estacionamento para bicicletas
A12 Reaproveitamento das estruturas de contenção para criação e interligação de caminho pedonal e ciclovia
A13 Reestruturação e requalificação de Calçada de Alfange
A14 Requalificação e integração da passagem de nível
A15 Reestruturação e requalificação de passeios
A16 Instalação de sinalização luminosa

ESPAÇO PÚBLICO

E1 Requalificação do parque de merendas
E2 Quiosque
E3 Cais e zona de pesca
E4 Desenho de uma nova frente ribeirinha
E5 Requalificação do largo de Alfange
E6 Requalificação e extensão de horta urbana existente
E7 Espaço para nova horta
E8 Anfiteatro
E9 Parque infantil
E10 Novo espaço de estar e lazer
E11 Zona de jogos, atividades desportivas, lúdicas e recreativas
E12 Contentores para depósito e armazenagem

EDIFICADO

D1 Equipamento cultural
D2 Biblioteca/Sala de estudo
D3 Cafetaria
D4 Mercado
D5 Pousada da Juventude
D6 Restaurante
D7 Centro de formação para jovens e desempregados
D8 Nova zona habitacional
D9 Centro comunitário e ssociação de Alfange
D10 Cafetaria e mercado

Fig.141.Proposta estratégica, núcleos ribeirinhos de Santarém
Fonte: Autoria própria

Proposta de percurso minibus integrando o núcleo histórico de Santarém e os seus dois núcleos ribeirinhos da Ribeira e de Alfange



Fig.142.Proposta de percurso minibus
Fonte: Autoria própria

Proposta de reorganização do sistema viário

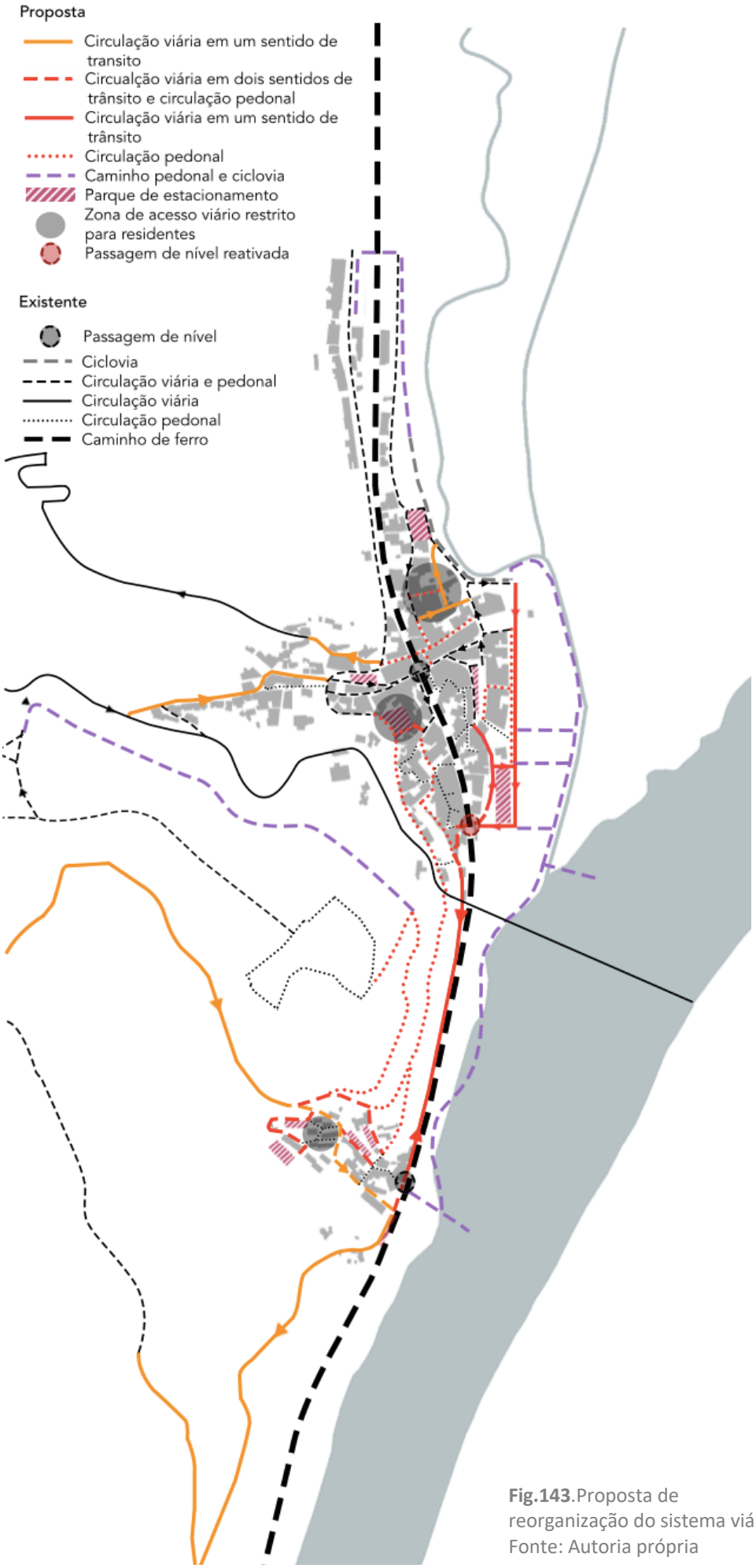


Fig.143.Proposta de reorganização do sistema viário
Fonte: Autoria própria

4.2 PROJETO URBANO EM ALFANGE

A partir do plano de Ação para os dois núcleos Ribeira de Santarém e Alfange elaborou-se uma solução projetual mais detalhada para Alfange, visando responder aos objetivos já identificados mas procurando respostas espaciais adequadas ao local.

As intervenções realizadas no espaço público, nomeadamente a reestruturação das vias, repavimentação e criação de bolsas de estacionamento, tiveram como principal objetivo a perpetuação do seu caráter original. Por isso, neste projeto algumas ruas integram-se no ambiente de ´estar´, de maneira a continuar com a sua função de rua, estacionamento, circulação pedonal e estar. Como exemplo as ruas que confinam a Igreja S. João Evangelista, que atualmente são utilizadas, para além do acesso às habitações, para estacionamento e espaço de fixação dos residentes à porta de casa. Considerou desta forma que para as ruas de Alfange é "(...) necessário garantir seu uso polivalente, bem como o espaço público e a sua acessibilidade como articulação com a rede viária da cidade." (BORJA, 2000, p.52).

A isto também se junta a criação de um parque urbano, que teve como princípio a preservação e promoção das dinâmicas já existentes. Propôs-se um campo de jogos, um parque infantil, uma área de horta urbana ligada com um espaço de anfiteatro, resultando em uma área multifuncional onde os residentes e visitantes podem desenvolver variadas atividades.

Em termos de edificado, propôs-se a reabilitação e reconstrução de três blocos da antiga fábrica de sabão, cujo o primeiro servirá para a relocalização da associação de Alfange, os outros dois para um centro comunitário. Uma das frações do novo centro comunitário é destinada à uma oficina criativa, onde poderão decorrer eventos ligados à gastronomia e cultura, revalorizando os recursos e valores naturais existentes de Santarém. Poderão ser realizadas aulas, workshops e eventuais refeições, além de formações, impulsionando a criação de negócios próprios na área culinária, com a participação dos habitantes dos bairros envolventes e até dos famosos chefes de Santarém, promovendo desta maneira uma melhor imagem de Alfange, além de tornar economicamente mais sustentável a gastronomia típica. Nestes espaços serão possíveis convívios interculturais e atividades comunitárias várias, criando maior interação entre os residentes, fortalecendo os laços e minimizando riscos de exclusão social e insegurança. Combate-se também o desemprego, a desocupação dos idosos, o abandono e desinteresse dos mais jovens pela educação.

Criou-se ainda uma nova zona habitacional, com o objetivo de fomentar, a fixação de novos residentes e também o investimento imobiliário.



Fig.144.Proposta urbana final para Alfange
Fonte: Autoria própria

5. CONCLUSÃO

CONCLUSÃO

O espaço público urbano, manifesta-se como o palco da cidade, assumindo-se como a sala de estar da sociedade pelo que é importante que possa ser utilizado por todos, destinado para todos, servindo as necessidades sociais, e adequando-se à diversidade cultural de diferentes modos de viver.

Para intervir em espaços urbanos, é necessário assegurar que estes possam suportar as múltiplas necessidades e anseios sentidos por diferentes grupos sociais, homens, mulheres, idosos, crianças, deficientes, minorias raciais, étnicas ou religiosas, pobres e imigrantes, com diferentes vivências na cidade. E considerou-se que todos com as suas experiências muito podem acrescentar à formulação da proposta urbana.

Através de uma aproximação direta ao lugar e aos seus habitantes foi possível obter uma visão mais concreta sobre a vivência local, em termos sociais, urbanos e económicos, além de compreender a posição desfavorecida em que se encontra a área de intervenção. A partir da leitura de documentos sobre o lugar, da sua observação e da interação com agentes locais e habitantes foi possível elaborar um diagnóstico swot, definir princípios de intervenção condutores da proposta, traçar objetivos gerais e ações espaciais, que visam responder às carências do lugar e elaborar um plano de ação coeso. A exploração destas etapas conduziu à materialização de uma proposta de projeto urbano para Alfange que remata o projeto final de mestrado.

Destacou-se a urgência da necessidade de valorização dos núcleos ribeirinhos, tratando-os como um todo. Devido à tamanha complexidade e diversidade do sistema urbano, onde foram detetadas debilidades e lacunas, sentiu-se necessidade de abordar um conjunto de temas, **património, sociedade, acessibilidade e mobilidade**, **espaços públicos**, **edificado** e **economia**, tratados de maneira interdependente, para a partir daqui estabelecer um conjunto de respostas básicas às necessidades encontradas em cada categoria.

Pretendeu-se com este exercício ensaiar uma intervenção harmoniosa e com impacto, ao (re)qualificar, (re)valorizar e (re)integrar os núcleos ribeirinhos, em todo o resto da cidade. Combinou-se o conhecimento e vivência do local, pessoal e coletivo, que permitiu congregar visões e diferentes interesses, para elaborar uma proposta que responde ao conjunto de problemas identificados, materializando-se no plano de ação para Ribeira de Santarém e Alfange e no projeto urbano para Alfange.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALEXANDER, Christopher. 2015. *A City is Not a Tree.* Copyright, Portland.

ARNSTEIN, Sherry. 1969. *A Ladder of Citizen Participation.* Journal of the American Planning Association. Publisher Routledge, Londres.

AUGUSTO, Nuno. 2000. Habitação Social – da intenção de inserção à ampliação da exclusão. *In Actas do IV Congresso de Sociologia da Associação Portuguesa de Sociologia*. Congresso decorrido na Universidade de Coimbra, Coimbra.

AXELROD, Robert. 2006. *The Evolution Cooperation.* Basic Books, New York.

BANDEIRINHA, José António. 2011. *O Processo SAAL e a arquitectura no 25 de abril de 1974*. Impressa da Universidade de Coimbra, Coimbra.

BALULA, Luís. 2010. Espaço Público e Criatividade Urbana. *Cidades – Comunidades e Territórios*, 20/21, Lisboa, pp. 43-58.

BEAUREGARD, Robert. 1990. Bringing the City Back In: Space and Place in the Urban History of the Hilded Age and Progressive Era*. Jornal of the Gilded Age and Progressive Era*. Copyright. 01, pp.258-278.

BODDY, M., e PARKINSON, M. 2004*. City matters : competitiveness, cohesion and urban governance*. Polilcy Press, Oxford.

BORDENAVE, Juan E. Díaz. 2002. *O que é Participar*. Editora Brasiliense, São Paulo.

BORJA, Jordi. 2003. *La Ciudad Conquistada*. Alianza Ed. Barcelona.

BORJA, Jordi e MUXÌ, Zaida. 2000. *El espacio público, ciudad y ciudadanía*. Ed. Electa. Barcelona.

BLUNDELL, Peter, PETRESCU, Doina, TILL, Jeremy. 2005. *Architecture and Participation.* Spon Press, New York.

CAMPBELL, H., MARSHALL, R. 2002. *Utilitarianism's Bad Breath? A Re-Evaluation of the Public Interest Justification for Planning*. Shefield, University of Sheffield, UK.

CÂMARA MUNICIPAL DE SANTARÉM, 1995. *Plano Diretor Municipal de* Santarém. Santarém.

CÂMARA MUNICIPAL DE SANTARÉM, 2003.*Cartografia MNT*. Santarém.

CÂMARA MUNICIPAL DE SANTARÉM, 2012. *Área de Reabilitação Urbana da Ribeira de Santarém e Alfange.* Santarém.

CÂMARA MUNICIPAL DE SANTARÉM, 2014. *Diagnóstico Social do Concelho de Santarém*. Santarém.

CÂMARA MUNICIPAL DE SANTARÉM, 2016. *Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano*. Santarém.

CARDOSO, Ricardo. 2008. *Quem sou eu, o planeador do território? Insurgentes no planeamento*. Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra. Coimbra.

CARMONA, Matthew, Tim Heat, Taner Oc, Steve Tiesdell. 2003. *Public Places, Urban Spaces: The Dimensions of Urban Design*. UK Architecture Press, Londres.

CASTRO, Alexandra. 2002. Espaços Públicos, Coexistência Social e Civilidade. *Cidades Comunidades e Territórios*. 05, p.53-67.

CHAPMAN, Thomas. 2006. *Public Space. Encyclopedia of Human Geography*. SAGE Publishing.

CORREA, Gonzalo, GREBERT, Lisette, GÓMEZ, Rodrigo. 2018. *Urbanismo desde abajo. Experimentando la ciudad y sus práticas.* Barcelona, BAU, Centro Universitario de Diseño de Barcelona.

CREIGHTON, James, L. 2005. *The public participation handbook*. Jossey-Bass, San Francisco.

CRESPO, José. 2003 . A participação pública no sistema de gestão territorial à escala municipal, in *V Congresso da Geografia Portuguesa.* IGOT/UL, Lisboa.

DAVIDOFF, Paul. 1965. *Advocacy and pluralism in planning,* in Susan Fainstein, Scott Campbell. *Readings in planning theory.* Blackwell, Malden e Oxford.

De CARLO, Giancarlo. 2005. *Architecture's public*, in BLUNDELL, Peter, PETRESCU, Doina, TILL, Jeremy. *Architecture and Participation.* Spon Press, New York.

DELEUZE, Gilles. 2005. *Control and becoming, in Negociations*, in BLUNDELL, Peter, PETRESCU, Doina, TILL, Jeremy. *Architecture and Participation.* Spon Press, New York.

FAINSTEIN, Susan, DEFILIPPIS, James. 2016. *Readings in planning theory*. UK, Wiley-Blackwell, London.

FERNANDES, Fátima, CANATÀ, Michele. 2002. *A Intervenção na Cidade Existente*. ASA, Porto.

GARRET, Almeida. 1846. Viagens a Minha Terra. Typ Gazeta dos Tribunais. Lisboa

GEHL, Jan. 1971. *Life Between Buildings: Using The Public Space.* Island Press, Washington.

GEHL, Jan. 2010. *Cities for People.* Island Press, Washigton.

GREED, Clara. 2003. *Inclusive Urban Design: Public Toilets*. Routledge, London.

HAGUE, Cliff, JENKINS, Paul. 2004. *Place Identity, Participation and Planning*. RTPI Library Series, Londres e Nova York.

HILL, Jonathan. 2003. *Actions of Architecture: Architects and creative users*. Routledge, London.

INDOVINA, Francesco. 2002. O Espaço Público: Tópicos Sobre a Sua Mudança. *Cidades comunidades e Território,* 05, pp. 119-123.

Instituto Jones dos Santos Neves. 2017. O Jovem e o Espaço Público07, *Cadernos da Juventude*, 07,. Vitória.

JACOB, Janes. 1961. *The Death and Life of Great American Cities.* Copy Right*,* New York*.*

JONES, Peter Blundell, PETRESCU, Doina, TILL, Jeremy. 2005. *Architecture and Participation.* Spon Press, Oxford.

MOREIRA, Graça. 2007. Requalificação urbana: alguns conceitos básicos. *Artitextos.* 05, pp. 117-129.

MOURÃO, Joana Fazenda. 2019. Regeneração urbana integrada, proteção do património cultural e eficiência ambiental como objetivos divergentes nas políticas urbanas em Portugal (2000-*2020)*. Cidades, Comunidades e Territórios. 38, pp.79-95

LEFEBVRE, Henri, 2008. *O Direito a Cidade*. Conexão Editoral, São paulo.

LERNER, Jaime, 2011. *Acupuntura urbana*. Rio de Janeiro. Editora Record, São Paulo.

LINS, Daniel. 2005. Pedagogia rizomática. *Campinas, Educação e Sociedade*. 93, pp.1229-1256.

LYDON, Mike, GARCIA, Anthony, 2015. *Tactical Urbanism*. Island Press, NW.

MANNHEIM, Karl, 1935. *Man and Society in an Age of Reconstruction.* Routledge, Londres.

MENEZES, Marluci. 2005. Património Urbano: por onde passa a sua salvaguarda e reabilitação?. *Cidades, Comunidades e Territórios.* 11, pp. 65-82

MOURA, Dulce, GUERRA, Isabel, SEIXAS, João, FREITAS, João Maria. 2006. A Revitalização Urbana. Contributos para a definição de um Conceito Operativo. *Cidades, Comunidades, Territórios.* 12/13, pp.15-34.

PORTAS, Nuno, 2011. *O Processo SAAL*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra.

PORTAS, Nuno, 2003. *Políticas urbanas- tendências, e estratégias e oportunidades*. Fundação Calouste Gubenkian, Lisboa.

RAPOSO, Isabel; CRESPO, José Luís; LAGE, Joana,2017. Participatory approaches in the qualification of semiurbanised periurban areas: The case of the Odivelas Vertente Sul Area, in M. Mendes, T. Sá, J. Cabral (eds) *Architecture and the Social Sciences Inter and Multidisciplinary Approaches between Society and Space*, London: Springer. Pp 151-176.

SANOFF, Henry, 2000. *Community Participation Methods in Design and Planning*. John Wiley & Sons, Inc, New York.

SAUER, Thomas, ELSEN, Susanne, GARZILO, Cristina. 2016. *Cities in Transition. Social Innovation for Europea's Urban Sustentability*. Routledge, New York.

SERDOURA, Francisco. (2006). *Espaço Público, Vida Pública – o caso do Parque das Nações*. Dissertação de Doutora- mento. Instituto Superior Técnico, Universidade Técnica de Lisboa.

Servicio de Convivencia Intercultural en Barrios. (2014). *Vista Alegre.* La Rueca Asociaión, Madrid.

SCOOT, James, 1998. *Seeing like a Satate: How Certain Schemes to Improve the Human Condition Have Failed.* Yale University Press, New Heaven.

SCOTT, James, 1996. *Authoritarian High Modernism*. In *Readings in planning theory*. Blackwell Publishers Ltd, UK.

SRINIVASAN, Lyra, 1990. *Tools for community participation: a manual for training trainers in participatory techniques.* D.C, OEF International for Prowwess/Undp, Washinghton.

TOMÁS, Helena. 2015. A Gestão Pública como instrumento de combate à estigmação e sentimentos de (in) segurança nos Bairros sociais. Instituto superior de gestão. Lisboa.

TOUSSANINT, Jean-Yves, ZIMMERMANN, Monique. 2001. *User, observer, programmer et fabriquer l'espace public*. Presses Polytechniques et Universitaires Romandes, Lausana.

WATES, Nick, 2000. The Community Planning Handbook. Earthscan, Londres

WARREN, Stacy, 2006. Encyclopedia of American Urban History. Sage Publications, Londres.

ZEPF, Marcus. 2001. Les paradigmes de l'espace public. User, observer, programmer et fabriquer l'espace public. Presses Polytechniques et Universitaires Romandes, Lausana.

WEBGRAFIA

BEATRIZ, Ana. 2015. Efeito das externalidades no investimento em reabilitação urbana: uma aplicação da Teoria de Jogos. https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=4&cad=rja&uact=8&ved=2ahUKEwjonOiSq-3oAhX-A2MBHWS0CUwQFjADegQIAxAB&url=https%3A%2F%2Fwww.researchgate.net%2Fpublication%2F303565705_Estudo_do_custo_das_externalidades_negativas_da_mobilidade_das_pessoas_nos_varios_modos_de_transporte_no_Brasil&usg=AOvVaw1BWbMNOJzMTjz5NUCzw199

Bourgon, Jocelyne, 2009. New Directions in Public Admnistration: Serving Beyond the Predictable. *Sage journals,* Volume 24, Disponível em: https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/0952076709103813

Departamento de edifícios, Núcleo de Arquitectura e Urbanismo, 2013. *Participação da comunidade em processos de desenho urbano e de urbanismo*,.Repositório INEC, Disponível em: http://repositorio.lnec.pt:8080/jspui/bitstre-am/123456789/1004509/2/Rel%2041_13%20dspace.pdf (Consultado em 28 Outubro 2019)

DIAS, João. 2007. *Filme Operações Saal.* Midas Filme. Disponível em: http://www.adorocinema.com/filmes/filme-235826/

Câmara Municipal de Lisboa, 2014. *Uma Praça em cada Bairro*. Direção Municipal de Planeamento , Reabilitação e gestão Urbanística, Departamento de Planeamento e Reabilitação Divisão de projetos e estudos Urbanos. Câmara Municipal de Lisboa, Disponível em: http://www.cm-lisboa.pt/fileadmin/VIVER/Urbanismo/urbanismo/praca/10_ Abril2015_CADERNO-PRACAS.pdf

CCDR-LVT. 2018. *Para a Estratégia 2030 da região de Lisboa e Vale do Tejo*. Lisboa. Disponível em: http://www.ccdr-lvt.pt/files/f9899127ac68d30e931da7c68367464f026a3270.pdf

PROT-OVT. 2006. Diagnóstico Estratégico Prelimiar. Disponível em: http://www.ccdr-lvt.pt/files/31190a63be8af3e48da93d96fff0dc81.pdf

SICAD, 2017. *Plano Operacional de Respostas Integradas*. Lisboa. Disponível em: http://www.sicad.pt/PT/Intervencao/Programas/PORI/SitePages/Documentos.aspx

INDICE DE ANEXOS

ANEXO I. **Contexto teórico**

Figura 1 - Santarém no século XVI, segundo a visão do pinto António da Holanda.
Fonte: http://www.eugostodesantarem.pt/imagens/desenhos/vista-geral-da-vila-de-santarem

Figura 2 - Banda desenhada de Pedro Massano, do álbum: A conquista de Lisboa – Ligação Portas do Sol e Ribeira de Santarém
Fonte: http://ribeiraderunes.blogspot.com/2011/

ANEXO II. **Análise e contexto territorial**

Figura 3 – Sistema Metropolitano
PROT-OVT 2009

Figura 4 – Esquema global do modelo territorial da Região Oeste e Vale do Tejo
Proposta PROT-OVT 2008

Figura 5 – Modelo Territorial da Região Oeste e Vale do Tejo
PROT-OVT 2009

Figura 6 – Riscos e perigos da Região Oeste e Vale do Tejo
PROT-OVT 2009

Figura 7 – Turismo, Cultura e lazer
PROT-OVT 2009

Figura 8 – Notícia de imóvel histórico degradado na cidade de Santarém
Fonte: http://tomarnarede.blogspot.com/2016/05/santarem-em-defesa-do-teatro-rosa.html

Figura 9 – Notícia de obras no Bairro Calouste Gulbenkian, 19 de Dezembro de 2019
Fonte: https://www.cm-santarem.pt/apoio-ao-municipe/noticias/item/3304-obras-vao-avancar-no-bairro-calouste-gulbenkian-em-alfange

Figura 10 – Integração de Santarém no Sistema de Acessibilidades
Fonte: Carta Educativa do Concelho de Santarém-Relatório Final, 2003.

Figura 11 – Planta de Condicionantes – RAN (Reserva Agrícola Nacional)
PDM de Santarém em vigor

Figura 12 – PDM, Planta de Condicionantes 1 – REN (Reserva Ecológica Nacional)

PDM de Santarém em vigor

Figura 13 –Planta de Condicionantes 2 – REN (Reserva Ecológica Nacional)
PDM de Santarém em vigor

Figura 14 – Planta de Ordenamento - Zonamento
PDM de Santarém em vigor

Figura 15 –Tecido Urbano-Estado de Conservação dos pavimentos da área de intervenção
ARU Ribeira e alfange, 2012

Figura 16 – Carta de ordenamento
PDM de Santarém em Vigor

Figura 17 – Carta de Ocupação do Solo
PMDFCI (Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios) 2016

Figura 18 – Planta de Condicionantes (RAN)
PDM de Santarém em vigor

Figura 19 – Planta de Condicionantes (REN)
PDM de Santarém em vigor

ANEXO III. **Entrevistas**

ANEXO IV. **Esboços do Plano e Projeto**

Figura 20 – Estudo do existente e seus principais acessos
Autoria própria

Figura 21 – Análise do existente e notas importantes
Autoria própria

Figura 22 – Ensaio de proposta de reorganização do sistema viário ligando os núcleos ribeirinhos da Ribeira de Santarém e Alfange
Autoria própria

Figura 23 – Ensaio de proposta para a área de intervenção
Autoria própria

Figura 24 – Ensaio de acessos, ilustrações e materialidades
Autoria própria

Figura 25 – Ensaio de proposta urbana para Alfange
Autoria própria

Figura 26 – Esboço inicial de proposta urbana para Alfange
Autoria própria

Figura 27 – Esboço final de proposta urbana para Alfange
Autoria própria

Figura 28 – Desenhos e ensaios de mobiliário urbano e organização do espaço
Autoria própria

Figura 29 – Perfil de Alfange e ilustrações
Autoria própria

Figura 30 – Perfil de Alfange e cortes da nova zona habitacional
Autoria própria

Figura 31 – Desenhos e ilustrações da frente ribeirinha e do novo parque urbano
Autoria própria

Figura 32 – Desenho de possível utilização do antigo parque infantil em Alfange
Autoria própria

Figura 33 – Estudo da estrutura e materialidade do caminho pedonal proposta para a frente ribeirinha

Figura 34 – Estudo da estrutura e materialidade do caminho pedonal proposta para a frente ribeirinha
Autoria própria

Figura 35 – Desenhos e ilustrações
Autoria própria

ANEXO V. **Ensaio de divulgação do Workshop**

Figura 36 – Cartaz de divulgação
Autoria própria

ANEXO VI. **Painéis**

Figura 37 –Painel 1 – Análise demográfica, urbana e histórica
Autoria própria

Figura 38 – Painel 2 – Análise urbana
Autoria própria

Figura 39 – Painel 3 – Análise demográfica e urbana da áreade intervenção Ribeira de

Santarém e Alfange
Autoria própria

Figura 40 – Painel 4 – Proposta estratégica, plano de ação e proposta sistema viário
Autoria própria

Figura 41 – Painel 5 – Proposta urbana
Autoria própria

Figura 42 – Painel 6 - Proposta urbana em Alfange
Autoria própria

Figura 43 – Painel 7 - Praça urbana de Alfange
Autoria própria

Figura 44 – Painel 8 - Mobiliário urbano, áreas e usos de proposta urbana, tabela de custos
Autoria própria

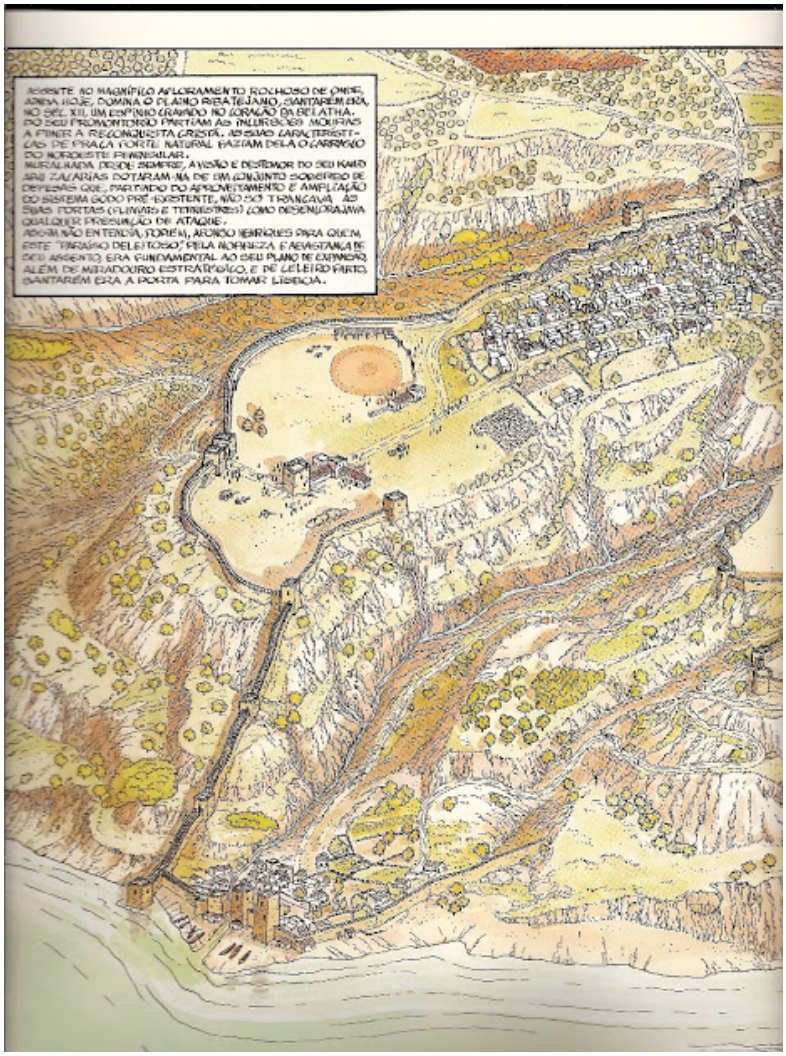
ANEXOS

ANEXO I – Contexto histórico

Figura 1– Santarém no século XVI, segundo a visão do pinto António da Holanda.
Fonte: http://www.eugostodesantarem.pt/imagens/desenhos/vista-geral-da-vila-de-santarem



Figura 2 – Banda desenhada de Pedro Massano, do álbum: A conquista de Lisboa – Ligação Portas do Sol e Ribeira de Santarém
Fonte: http://ribeiraderunes.blogspot.com/2011/



ANEXO II- Análise e contexto territorial

Figura 3 – Sistema Metropolitano
PROT-OVT 2009

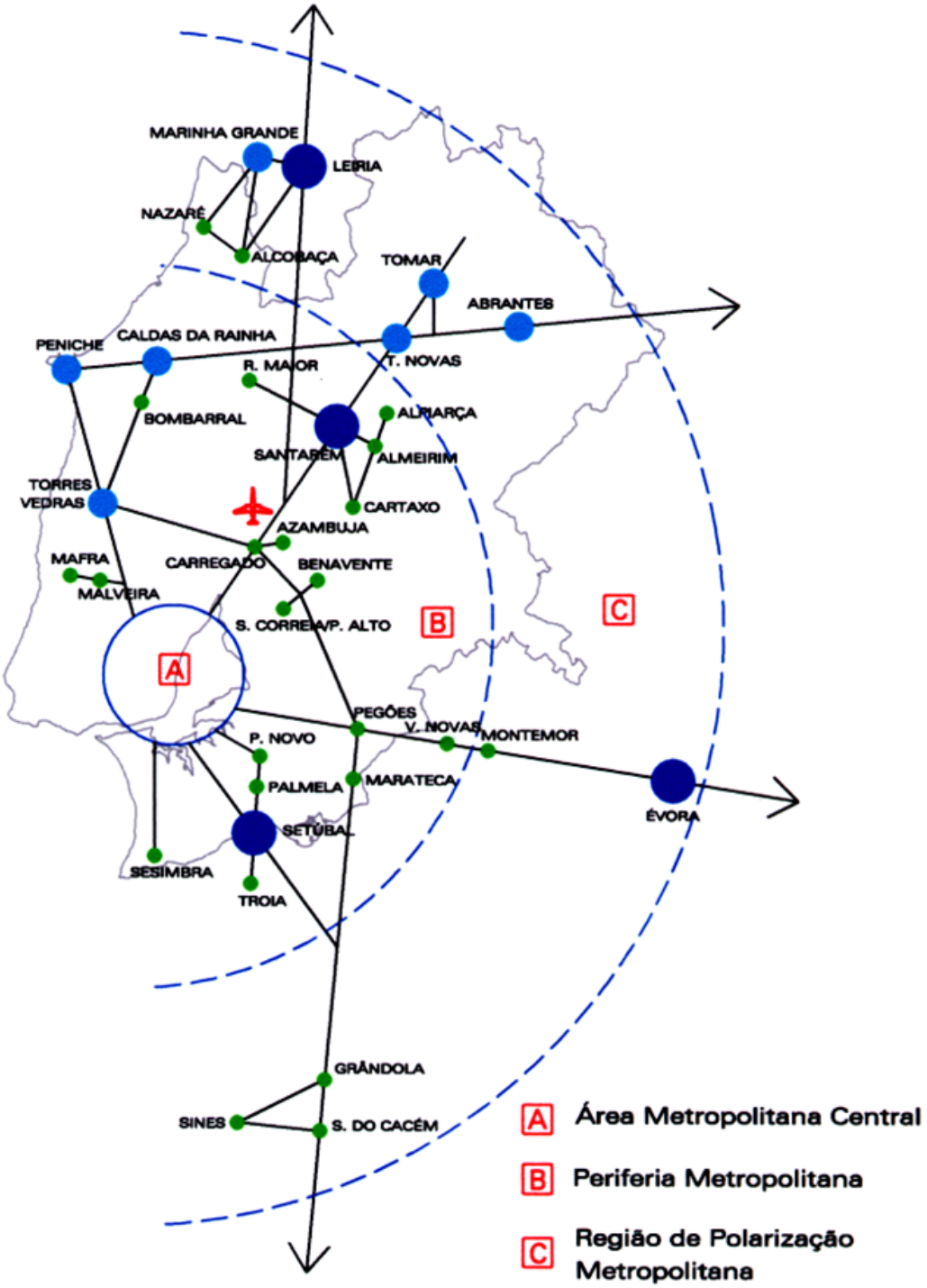
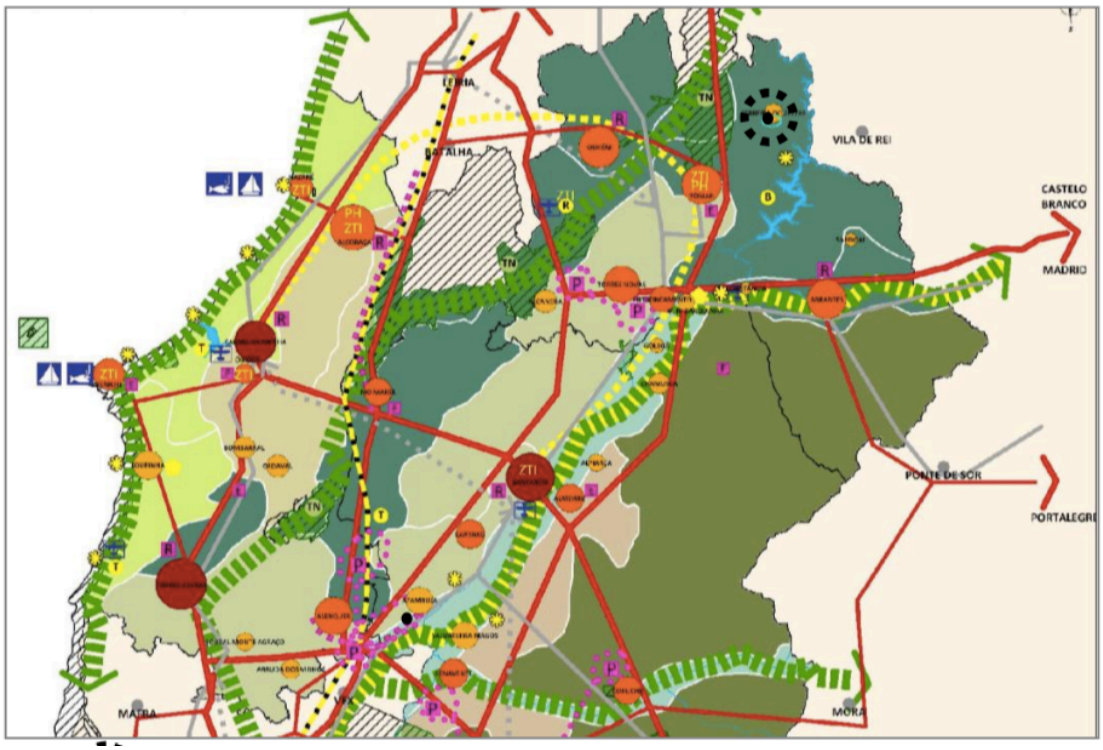


Figura 4 – Esquema global do modelo territorial da Região Oeste e Vale do Tejo
Proposta PROT-OVT 2008



Ferreira do Zêzere

SISTEMA URBANO E COMPETITIVIDADE

- Centros Urbanos Regionais
- Centros Urbanos Estruturantes
- Centros Urbanos Complementares

PORTAS LOGÍSTICO-EMPRESARIAIS

- Porta Norte da Região de Polarização Metropolitana
- Porta Este da Região de Polarização Metropolitana
- Porta Norte da Área Metropolitana de Lisboa
- Áreas de Estruturação / Ligação

ÁREAS DE LOCALIZAÇÃO EMPRESARIAL - PARQUE DE NEGÓCIOS

- Parque de Negócios Regional
- Parque de Negócios Estruturante
- Eixo Industrial / Logístico / Serv. Empresas a Reordenar e Requalific

TURISMO

- Área Turística Emergente a Estruturar
- Núcleo Turismo e Lazer (NTL)
- Turismo da Natureza
- Religioso
- Castelo do Bode
- Parque Temático
- Património Humanidade
- Zona Turística de Interesse
- Arco do Património
- Turismo e Lazer do Vale do Tejo

ÁREAS DE DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA E FLORESTAL

- Agricultura de Regadio
- Florestas de Produção e Olivicultura
- Floresta Multifuncional e Pecuária Extensiva
- Fruticultura e Viticultura
- Horticultura e Floresta de Produção
- Viticultura e Horto-fruticultura
- Viticultura e Olivicultura

SISTEMA AMBIENTAL

ERPVA - Rede Primária

- Corredor Ecológico Estruturante
- Áreas Nucleares Estruturantes

SISTEMA MOBILIDADE

LIGAÇÕES VIÁRIAS ESTRUTURANTES

- Principais
- Secundárias

LIGAÇÕES FERROVIÁRIAS

- Rede Convencional
- Rede de Alta Velocidade
- Ligações Ferroviárias Transversais a Estudar
- Aeroporto
- Aeródromo
- Porto de Pesca
- Porto de Recreio

- Limites NUTS III
- Limites U. Territoriais

Figura 5 – Modelo Territorial da Região Oeste e Vale do Tejo
PROT-OVT 2009

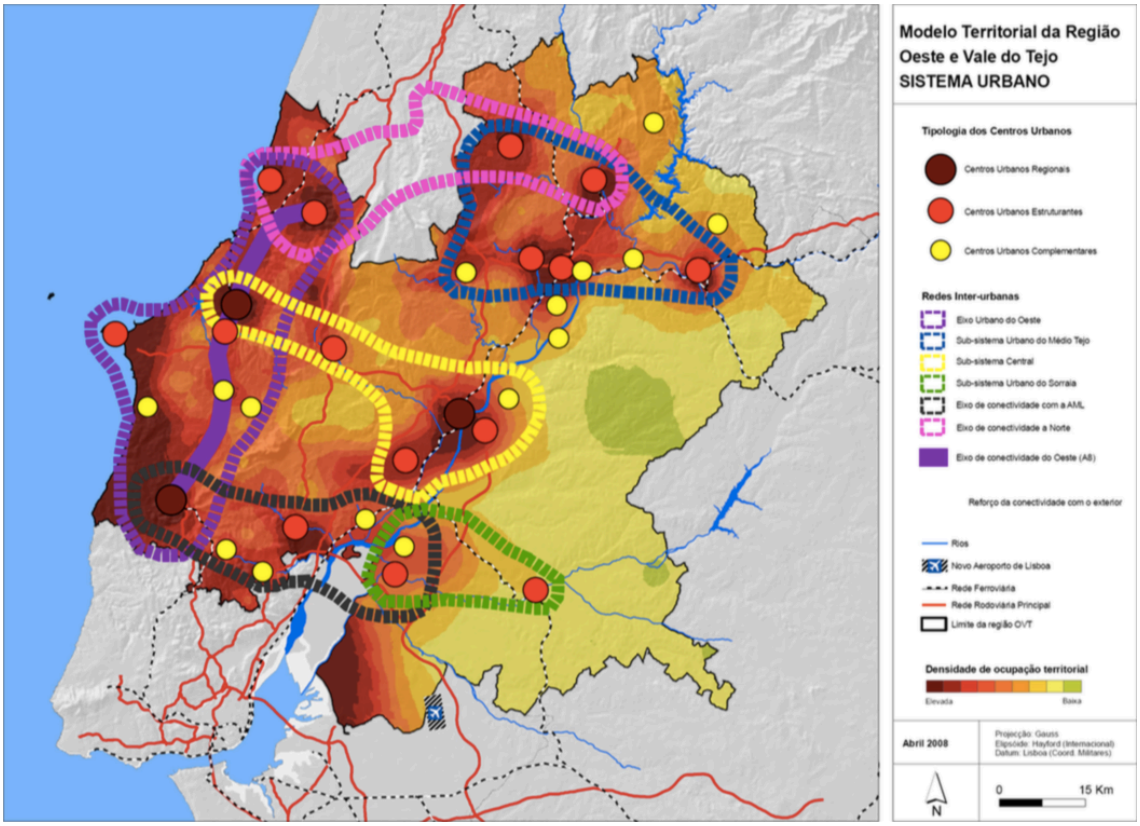


Figura 6 – Riscos e perigos da Região Oeste e Vale do Tejo
PROT-OVT 2009

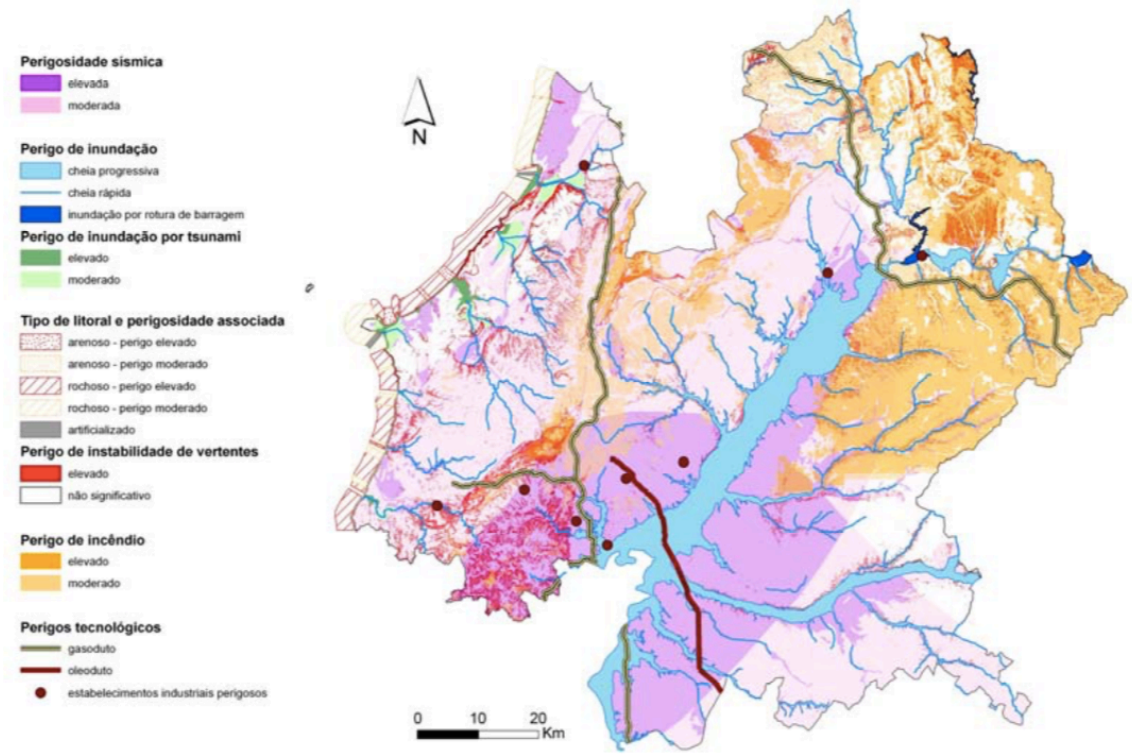


Figura 7 – Turismo, Cultura e lazer
PROT-OVT 2009

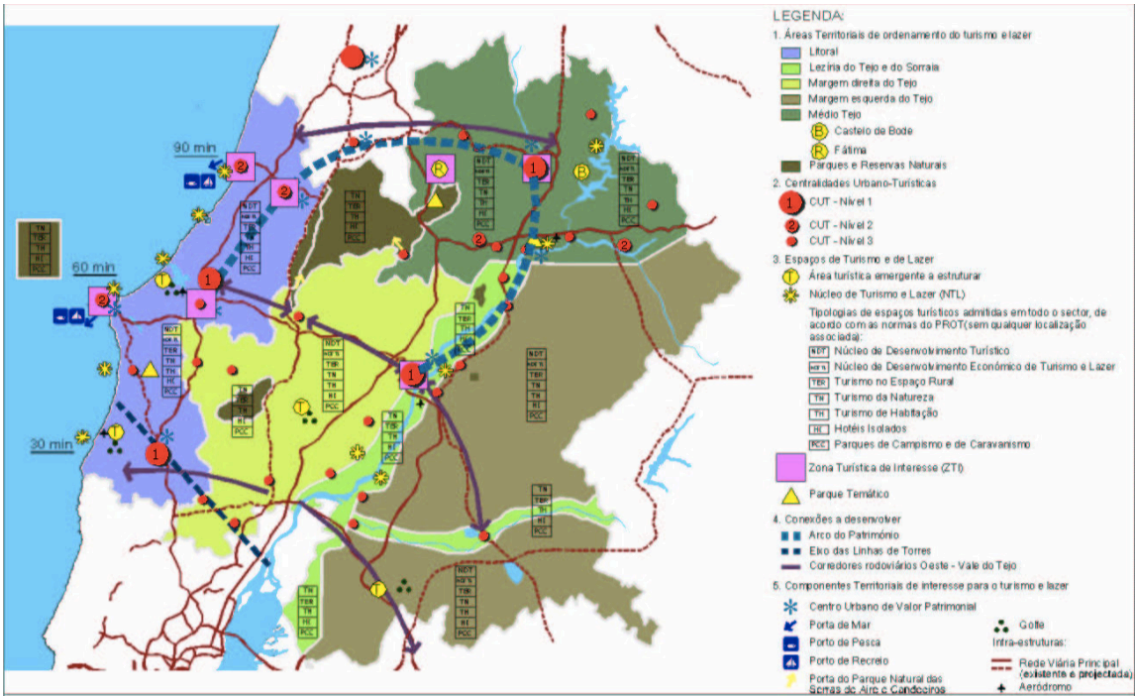


Figura 8 – Notícia de imóvel histórico degradado na cidade de Santarém
Fonte: http://tomarnarede.blogspot.com/2016/05/santarem-em-defesa-do-teatro-rosa.html



SANTARÉM. IMÓVEL HISTÓRICO DEGRADADO

Grupo de cidadãos pondera ocupar teatro em risco de cair

ALERTA Pessoas de áreas sociais e artísticas querem chamar a atenção para o estado degradado em que está o imóvel **HISTÓRICO** Rosa Damasceno foi classificado como imóvel de interesse público e frequentado pelas elites durante décadas

JOÃO NUNO PEPINO

Consumido por um grande incêndio em 2007, o edifício do teatro Rosa Damasceno é ainda uma ferida aberta na memória dos escalabitanos. Para "agitar consciências", um grupo de cidadãos está a preparar uma "ocupação pacífica" deste imóvel, da autoria de Amílcar Pinto, classificado um dos maiores nomes da arquitetura portuguesa do século XX.

"Estamos abertos a todo o tipo de ideias, desde entrar no espaço para recolher peças que ainda podem ser salvas, a projeções de filmes na fachada e até teatro de rua no exterior", explicou ao CM o historiador José Raimundo Noras, para quem o importante é "reacender o debate". Este grupo de defensores do Rosa Damasceno, "que tem trocado opiniões há vários meses", é composto por académicos, historiadores, arquitetos, encenadores, cineastas, fotógrafos e artistas de todo o País.

GRUPO REÚNE-SE PELA PRIMEIRA VEZ AMANHÃ PARA DISCUTIR AÇÕES

O bisneto de Amílcar Pinto, Rodrigo Pessoa da Costa, que também é arquiteto, e o fotógrafo Gastão Brito e Silva, autor do livro 'Portugal em Ruínas', são dois dos envolvidos neste movimento que visa "discutir o futuro do imóvel, visto que, enquanto sala de espetáculos, morreu", afirma José Raimundo Noras

Pela primeira vez, o grupo vai reunir-se amanhã, numa sessão aberta a todos os que "acham que esta obra-prima da arquitetura não pode morrer assim". "Parte da história de Santarém está ali", explica ao CM o historiador.

Quando já só restam a fachada e as paredes, vedadas por um gradeamento e cadeados, o Rosa Damasceno é propriedade privada. Em 2004, foi alvo de uma permuta que criou multa polémica na cidade, entre o antigo proprietário, o Clube de Santarém, e o grupo empresarial Enfis S.A., num caso que se arrastou durante anos pelos tribunais. ●

Edifício do teatro Rosa Damasceno encontra-se degradado há vários anos

Considerado uma obra-prima da arquitetura

Portas da fachada vandalizadas

Projetado originalmente pelo arquiteto José Luís Monteiro e inaugurado em 1876, o teatro Rosa Damasceno foi alvo de uma profunda remodelação em 1937. A mistura de estilos no edifício levou a que fosse considerado umas das obras-primas deste arquiteto, tendo sido classificado como imóvel de interesse público em 2002. ●

Figura 9 – Notícia de obras no Bairro Calouste Gulbenkian, 19 de Dezembro de 2019
Fonte: https://www.cm-santarem.pt/apoio-ao-municipe/noticias/item/3304-obras-vao-avancar-no-bairro-calouste-gulbenkian-em-alfange

OBRAS VÃO AVANÇAR NO BAIRRO CALOUSTE GULBENKIAN EM ALFANGE



O Executivo Municipal aprovou esta quinta-feira, 19 de dezembro, a proposta para a contratação de empreitada de "Reabilitação dos edifícios do Bairro Calouste Gulbenkian – Alfange", tendo em conta a impossibilidade de satisfação da necessidade por via dos recursos próprios da autarquia.

O Município entende ser urgente a reabilitação deste Bairro, e como tal, espera avançar com a empreitada durante o início do próximo ano, num contrato de mais de um milhão de euros.

Figura 10 – Integração de Santarém no Sistema de Acessibilidades
Fonte: Carta Educativa do Concelho de Santarém-Relatório Final, 2003.

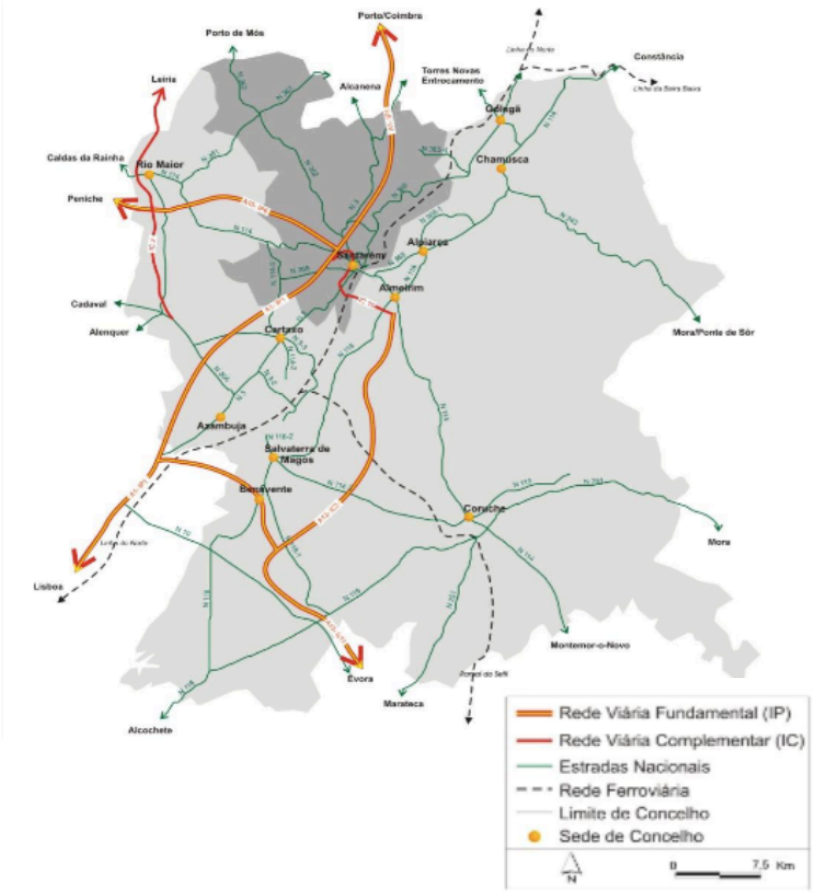


Figura 11 –Planta de Condicionantes – RAN (Reserva Agrícola Nacional)
PDM de Santarém em vigor



PLANO DIRECTOR MUNICIPAL DE SANTARÉM

FACTORES BIOFÍSICOS

PLANTA DE CONDICIONANTES RESERVA AGRÍCOLA NACIONAL

1 | 1 | 2

CARACTERIZAÇÃO FINAL DAS ÁREAS AFECTAS À R.A.N

data SET. 2012 esc 1:25.000 proc

LEGENDA:

ÁREAS AGRÍCOLAS INTEGRADAS NA RESERVA AGRÍCOLA NACIONAL (decreto-lei 196/89, de 14 de junho)

ZONA INDUSTRIAL

++++++ LIMITE DE FREGUESIA

Figura 12 – PDM, Planta de Condicionantes 1 – REN (Reserva Ecológica Nacional)
PDM de Santarém em vigor



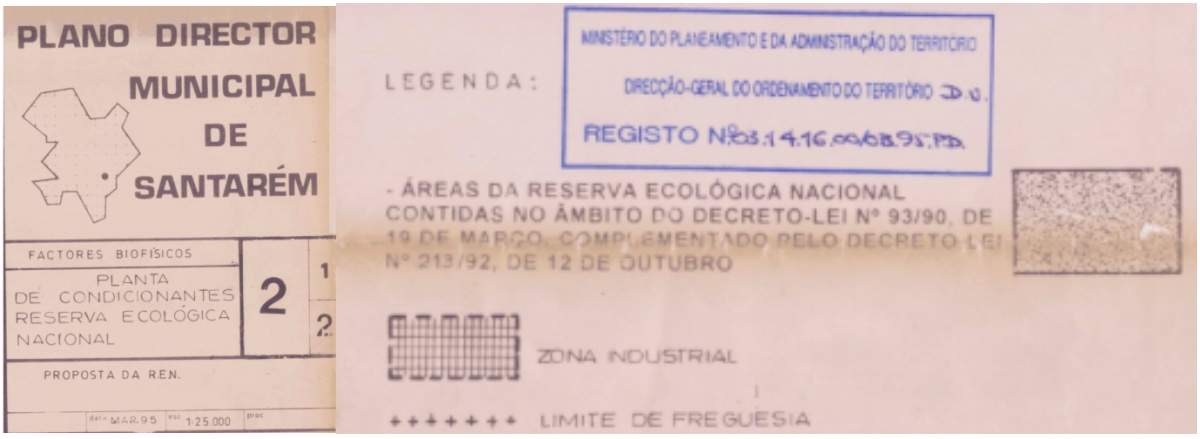


Figura 13 –Planta de Condicionantes 2 – REN (Reserva Ecológica Nacional)
PDM de Santarém em vigor

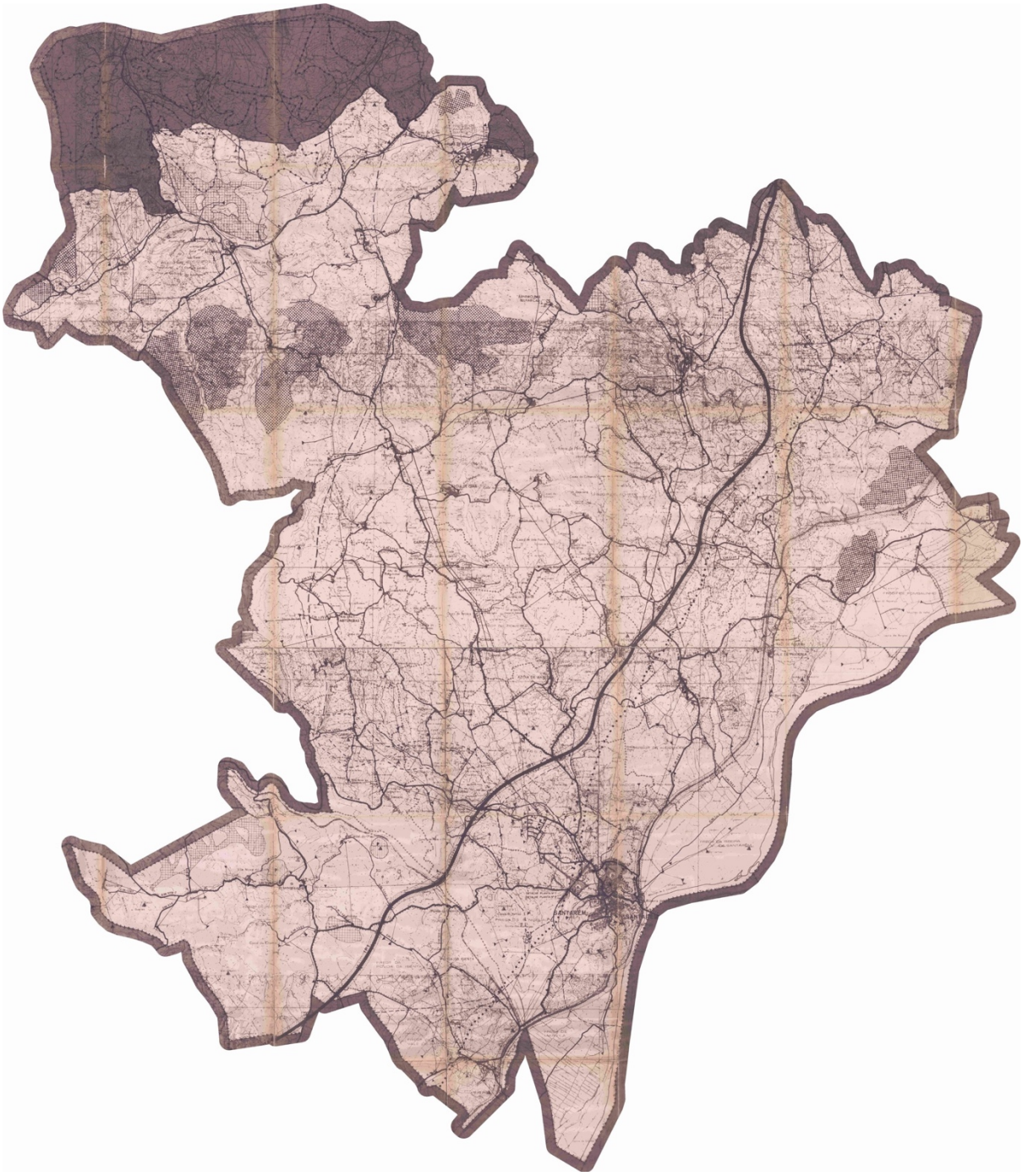
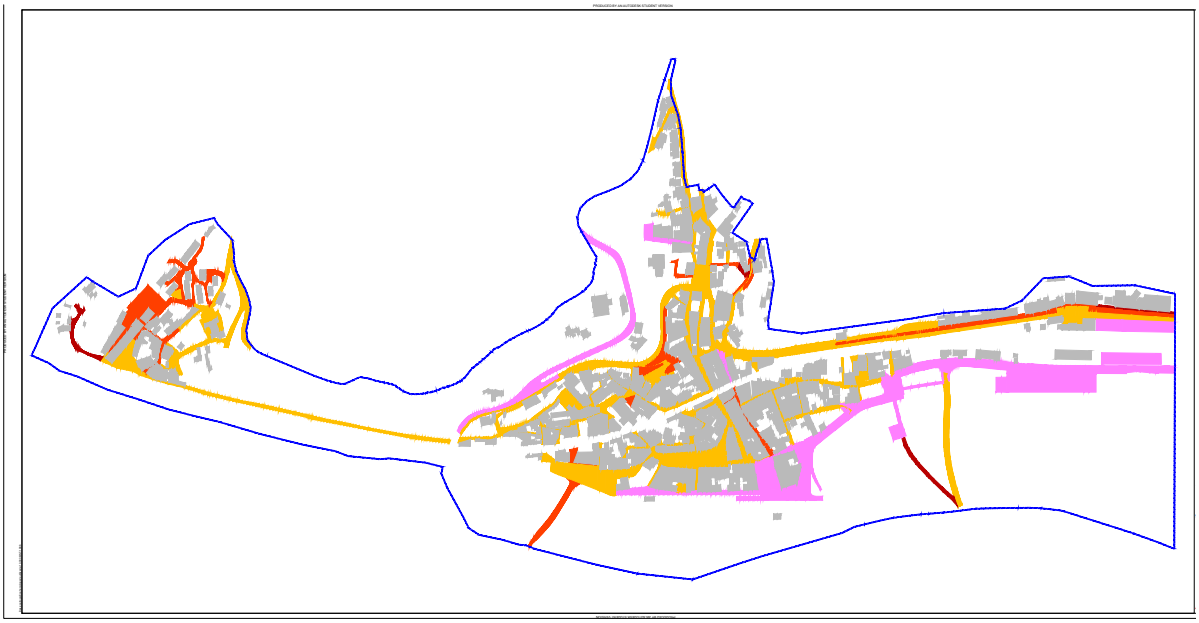




Figura 14 –Planta de Ordenamento - Zonamento
PDM de Santarém em vigor



Figura 15 –Tecido Urbano-Estado de Conservação dos pavimentos da área de intervenção
ARU Ribeira e alfange, 2012



Legenda:

Limite da Área de Reabilitação Urbana

EDIFICADO
MAU
EXCELENTE
PÉSSIMO
BOM
EM OBRAS
MÉDIO

SRU Leziria do Tejo
LT, Sociedade de Reabilitação Urbana, EM
Quinta das Cegonhas, Apartado 577, 200-907 Santarém
Tel: +351 243 30 32 40 Email: geral@leziriatejosru.eu

Equipa:
ALEXANDRA MACHADO,arq
INÊS EMPIS,arqª.
INÊS FERNANDO,arqª.
PEDRO SALAZAR, engº.civil

Projecto
OPERAÇÃO DE REABILITAÇÃO URBANA SISTEMÁTICA
Área de Reabilitação Urbana da Ribeira de Santarém e Alfange

Fase
PROGRAMA ESTRATÉGICO DE REABILITAÇÃO URBANA

Designação
LEVANTAMENTO E DIAGNÓSTICO
Estado de Conservação dos Pavimentos

Coordenação
CATARINA ANTUNES, arqª. coord.
INÊS GUERREIRO, arqª.
EDUARDO BELTRÃO, arqº.
PAULO VIEGAS, arqº.
JOSÉ FERREIRA, engº. civil

DOMUSREHABITA

Equipa Municipal
ANA ALMEIDA, urbanista
JOÃO OLIVEIRA, arqº.
OSVALDO CIPRIANO, desenhador
BRUNO RUSSO, arqº.
ANDRÉ VALENTIM, engº. civil
JOANA SANTOS, assist. social
JOÃO PANDO, técn. sig

Desenho nº
ARU
0.00

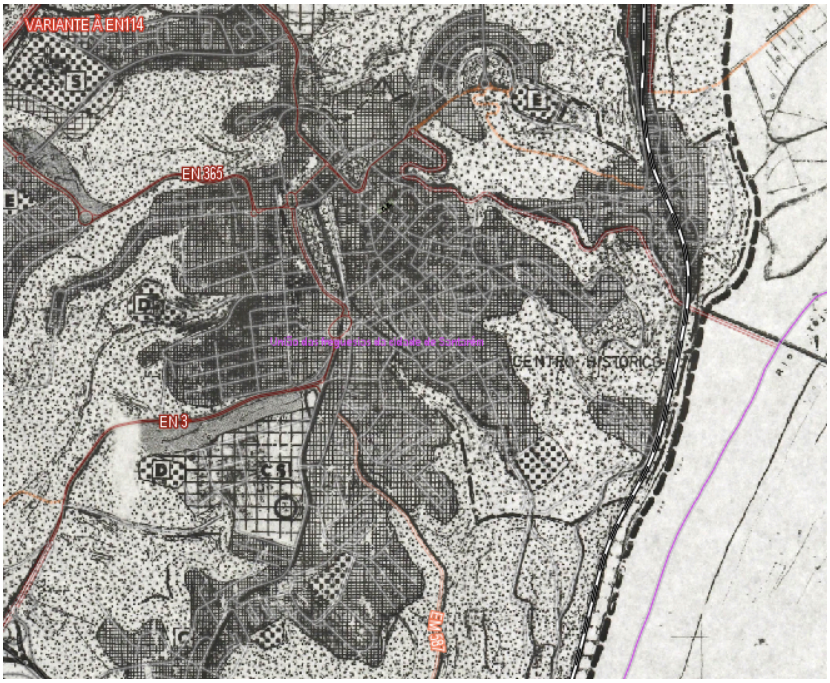
Data SETEMBRO 2011 Escala 1:1000

STRuralis
sociedade de gestão urbana

Palácio de Landal
Rua Serpa Pinto, nº 125, 1º Dto.
2000-046 Santarém
Tel: +351 243 356 090 / +351 243 329 002
Email: geral@str-urbhis.pt

Figura 16 – Carta de ordenamento

PDM de Santarém em Vigor



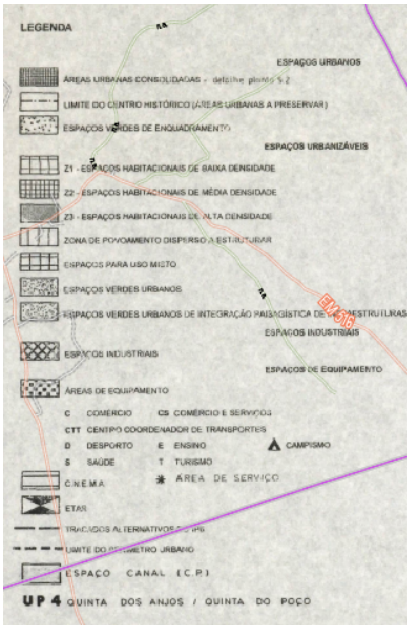


Figura 17 – Carta de Ocupação do Solo

PMDFCI (Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios) 2016

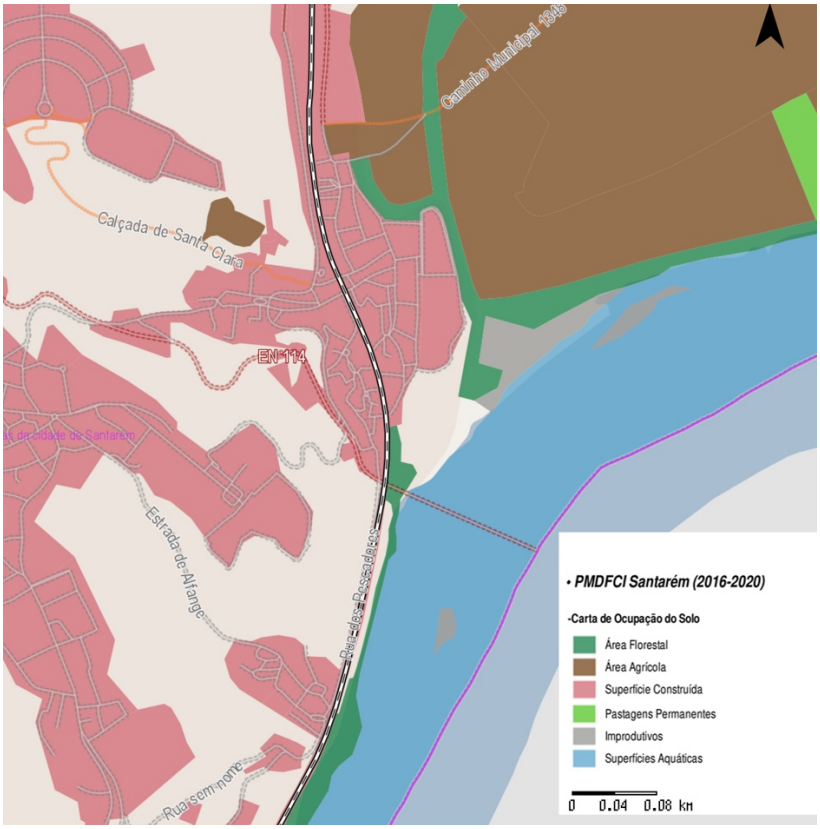


Figura 18 – Planta de Condicionantes

PDM de Santarém em vigor

RESERVA ÁGRICOLA NACIONAL (RAN)

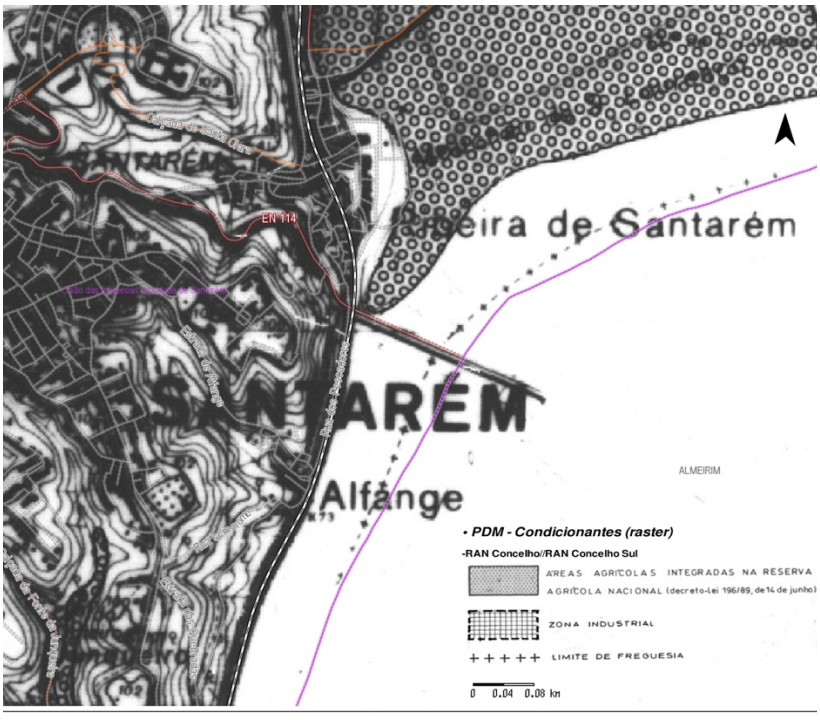
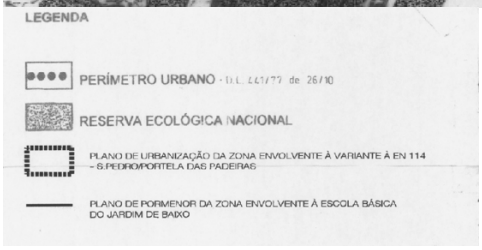


Figura 19 – Planta de Condicionantes

PDM de Santarém em vigor

RESERVA ECOLÓGICA NACIONAL (REN)





ANEXO III- Entrevistas

Entrevistado - Associação Desportiva, Recreativa e Cultural de Alfange ALFANGE
Gonçalo (Admnistrador)

Entrevistado – Associação Desportiva, Recreativa e Cultural de Alfange
Gonçalo (Administrador)

Introdução:
-O que a associação oferece para os moradores?/Que tipo de atividades oferecem? Festas/eventos?
Além das pequenas festas e eventos, e disposição de um espaço de encontro da comunidade, a associação, apesar de ser muito pouco considerada diante do poder público, representa o bairro de Alfange, é aqui que se procura, em conjunto, melhores condições para o bairro e os seus moradores

-Há um público frequentador da associação que seja dominante?
Os mais velhos

Acessibilidade, mobilidade e infraestrutura:
-Acesso viário entre o bairro e o centro da cidade (Estrada de Alfange e Estrada de terra) como é feito, em termos de saídas e entradas (sentidos de circulação de trânsito)?
Morados utilizam mais a Estrada de Alfange, funciona nos dois sentidos de trânsito. A estrada de terra é muito pouco utilizada, maioritariamente percorrida para acesso às habitações adjacentes à esta.

-Como é feito o acesso pedonal ao centro da cidade? É recorrente? Em que situações e para que fins se utiliza?
É pouco recorrente. Os residentes do bairro deslocam-se de carro, por boleias ou táxi, ao centro da cidade para realizar as atividades básicas como, serviços de saúde (farmácia, centro de saúde e hospital) e outros (escolas e trabalho) e comércio (lojas, centro comercial e restaurantes).

-Há algum transporte público?/ Já houve? Por quê? Existem condições para que volte a existir?
Já houve, mas deixou de existir. Talvez pela sua pouca utilização, devido ao decréscimo da população do bairro. As condições são poucas, exigem investimento na sua qualificação, o que não tem ocorrido ao longo dos anos

-Há algum acesso ao centro da cidade através do monte de Alcáçova?
Sim, existem caminhos pedonais, criados pelas pessoas, que levam às portas do sol, permitindo acesso direto ao miradouro e ao restante da cidade.

-Para que serve as estradas do monte Alcáçova foram interrompidas a circulação viária? Perigo? São muito/pouco utilizada pela população?
Estas construções foram feitas exclusivamente para a contenção do monte e estabilização das barreiras.
São utilizadas para percursos pedonais, ligados a atividades desportivas, como caminhada

-A Rua dos Pescadores, único acesso viário ao bairro da ribeira, muito/pouco utilizado pelos moradores e visitantes?
É normalmente utilizada pelos habitantes para acesso a alguns serviços na ribeira, como exemplo, quando fecha o restaurante de Alfange, todas as segundas feiras, recorre-se aos

*cafés na ribeira. Muito utilizada pelas famílias de etnia cigana, que atualmente encontram-**se nos dois bairros, e transitam entre estes***

-O que pensam do seu atual estado, em termos de organização de trânsito, espaço de circulação?
Necessário mais organização e mais qualificação

-Acha que o acesso debilitado é um dos principais fatores para o abandono do bairro? se não, qual(is) é?
Também, mas não só. Há falta de investimento, em geral, por parte dos órgãos públicos. Algo que são é só de agora, são décadas de decadência

-Em termos gerais as infraestruturas e acessos do bairro são consideradas pelos moradores boas ou más?
Razoáveis, já estão acostumados

Espaço público:
-Quais são os espaços aqui mais frequentados pelos moradores para passar os tempos livres?
A associação do bairro, possuindo mesas e televisão no seu interior, e churrasqueira. O único espaço físico, destinado aos residentes, onde se reúnem para pequenas comemorações e convívio. A população mais idosa passa os seus tempos livres nas portas das suas casas, sentados em cadeiras, sendo na praceta padre chiquito, o espaço mais comum para isso.

-Parque infantil existente é utilizado?
Muito pouco, as suas estruturas e equipamentos estão envelhecidos

-A frente ribeirinha é muito/pouco utilizada pelos moradores? Há uma população específica que a utiliza?
Muito pouca. Quem mais a utiliza são os poucos pescadores que há, 3 ou 4

-Nível das águas alguma vez chegou ao bairro
Já, mas faz imenso tempo

-Que tipo de espaço acha que faz mais falta para os moradores?
Jardim? Parque? Espaços de descanso? Mobiliário urbano? Outro?
Tudo. Os moradores não têm quase nada, além das suas precárias habitações

Edificado/equipamento/serviços/comércio/outras atividades:
-Os moradores sentem falta de algum tipo de serviço, comércio, ou outras atividades específicas?
Sim, de tudo, não têm nada. Precisam sair do bairro basicamente para tudo

-O que os moradores acham das suas casas? Têm algumas reclamações ou estão satisfeitos?
Alguns estão conformados, outros constantemente reclamam da necessidade de reabilitação. Chamando atenção para as obras que serão realizadas neste ano das habitações Calouste Gulbenkian.

-Já houve aqui algum equipamento? Se sim, por que fecharam?
A antiga fábrica de sabão, que com o tempo perdeu o seu lugar, devido às novas tecnologias. Um jardim de infância, que ocupou uma pequena parte da antiga fábrica, mas que por causa do decréscimo da população veio a encerrar. Havia também uma mercearia na Praceta Padre Chiquito que fechou, juntamente com um café na estrada de Alfange, próximo à Praceta Padre

Chiquito, e ainda outro próximo ao que também devido as baixas vendas foi encerrado. Ainda surgiu uma proposta para criação de uma adega próxima à Praceta Padre Chiquito mas nada se fez

-Que tipo(s) de equipamento que a população residente mais sente falta?
Sentem falta de espaços adequados para convívio e espaços para entretenimento, este último, maioritariamente para os mais idosos, que passam o dia às janelas e às portas das suas casas

-A igreja São João Evangelista ainda é utilizada? Para que eventos? Ocorrem cultos?
Não. Foi extinta como paróquia em 1852, tendo um culto exclusivo no ano de 2006. Utilizada no século retrasado para registo de batismos, óbitos e casamentos

Outras:
-Alguma possibilidade de ter aqui hortas/plantações? O solo é fértil?
Sim, existem algumas nos montes

-Acha que um investimento público em todos estes temas falados, infraestruturas e acessos, equipamentos, edificado, frente ribeirinha promoveria uma grande melhoria do bairro? Quais lhe parece mais relevantes?
Sim. Primeiramente as necessidades básicas da população que pouco são atendidas, depois espaços de estar e recreio, e requalificação da frente ribeirinha

-Existem outros investimentos que considera importantes?
Investimentos, essencialmente, nos serviços urbanos básicos, como exemplo a recolha do lixo (atualmente feita apenas dois dias da semana), limpeza da relva (feita, por vezes, pelos próprios moradores do bairro), limpeza de espaços devolutos, como a antiga fábrica de sabão, com as suas precárias estruturas e em perigo constante de desabamento

Entrevistado – Restaurante Miratejo
Sr. Adriano (Proprietário)

-Que tipo de comida é servida?
Comida típica local. Serve-se apenas ao almoço

-Utilizam produtos aqui da cidade ou de fora para confecionar as refeições?
Sim, os produtos de confecção vêm de Santarém. Especificamente no bairro, já houve momentos de pescas mas não há muito peixe no rio

-Já pensaram em ter aqui hortas/plantações?
Não

-De onde é a maior parte da população que recebem? De fora ou dentro do bairro?
De fora, mas também há muitas pessoas do bairro que frequentam

-Acham que o difícil acesso ao bairro dificulta o vosso desenvolvimento?
Sim, claro, só quem possui carro consegue vir ao bairro

Entrevistado – Grupo de moradores

Acessibilidade, mobilidade e infraestrutura:
-Acesso viário entre o bairro e o centro da cidade (Estrada de Alfange e Estrada de terra) como é feito, em termos de saídas e entradas (sentidos de circulação de trânsito)?
É realizado pela Estrada de Alfange

-Estrada de terra foi criada pelos próprios moradores?
Não se sabe

-Por que se encontra naquele estado? É recente?/pouco utilizada?
Pouco utilizada pelos residentes do bairro por causa do seu estado esburacado, os veículos não suportam

-Como é feito o acesso pedonal ao centro da cidade? É recorrente?
Boleias e táxi. Sim, para ir ao mercado, à frutaria, á farmácia e ao centro de saúde, etc.

Espaço público:
-Quais são os espaços aqui mais frequentados pelos moradores para passar os tempos livres?
Às vezes há convívio na associação. Passam-se os dias em frente às habitações e toma-se um café no Adriano, ou no final do dia na associação

-Parque infantil existente é utilizado?
Não

-A frente ribeirinha é muito/pouco utilizada pelos moradores?
Sim

-Que tipo de espaço acha que faz mais falta para os moradores?
Jardim? Parque? Espaços de descanso? Mobiliário urbano?
Espaço para as crianças e idosos

Edificado/equipamento/serviços/comércio/outras atividades:
-O que os moradores acham das suas casas? Têm algumas reclamações ou estão satisfeitos?
Satisfeitos mas reconhece-se necessidade de requalificação nas estruturas básicas

-Os moradores sentem falta de algum tipo de serviço, comércio, ou outras atividades específicas?
De quase tudo, não se tem nada

Entrevistado – Taberna do Geraldo
Josefina (Proprietária)

RIBEIRA DE SANTARÉM

Introdução:
-Há muitos visitantes ou a população servida é apenas residentes?
Há muitos frequentadores de fora do bairro, como os mecânicos das oficinas ao redor, trabalhadores de escritórios, doutores que regularmente frequentam um restaurante específico.

Acessibilidade, mobilidade e infraestrutura:
-O que acha dos acessos, transportes aqui do bairro?
Bastante pessoas utilizam o autocarro, como estudantes e idosos. A maioria utiliza viatura própria.

-Acha que investir nesta área seria uma boa aposta ou há outras prioridades? Se sim, quais?
Sim, mas há muitas outras prioridades, como espaços para as crianças que vagam pela rua.

Espaço público:
-Quais acha que são os principais espaços que a população mais sente falta para passar os tempos livres?
Espaços de estar e recreio (mobiliário urbano, como bancos), espaços para as crianças que estão acostumadas a vagar pela rua devido a ausência de espaços para elas destinado. (Parque das merendas existente utilizado muitas vezes para atividades marginais).

-Há muitas pessoas que utilizam a frente ribeirinha? O rio para tomar banho? Pescar? Outros?
Sim. Jovens, adultos, crianças e famílias completas. Toma-se banho no rio, mas muitas vezes as pessoas preferem desfrutar do espaço e da vista. Há muitos visitantes no verão, que vêm de fora do bairro.

Equipamentos/serviços/comércio/outras atividades:
-Que tipo(s) de equipamento mais sentem falta os moradores?
Mercearia, talho, peixaria, lojas, escritório médico, todas estas já existiram ma que vieram a ser fechadas devido à regressão do bairro. Cooperando para o surgimento das atividades de marginalidade, que cada vez mais aumentam no bairro

Entrevistado – Chalet de Santa Iria – Hotel Residencial
Marisa Fragoso (Admnistradora)

Infraestrutura, acessibilidade e mobilidade:
-Que tipo de população mais recebem? Nacional/internacional?
Já recebemos hóspedes de todo o mundo, no entanto, recebemos mais do continente Europeu.

-Há muitos hóspedes que utilizam a estação de comboio?
Sim, há hóspedes que chegam até nós através do comboio.

-Quais são os principais meios de transporte utilizado pelos hóspedes?
Primeiramente o carro e depois o comboio.

Espaço público
-Que tipo de espaços públicos acha que os hóspedes mais procuram ou sentem falta?
Espaços públicos limpos e convidativos na zona ribeirinha.

-Acha que investir na frente ribeirinha seria uma grande mais valia para a vida do bairro?
Sem dúvida. Falta investimento e iniciativas públicas em toda a zona da Ribeira de Santarém.

Equipamentos/Serviços/comércio/outras atividades:
-O que acha que os hóspedes mais sentem falta no bairro, equipamentos, serviços, comércio, ou outras atividades?
Sentem falta de mais opções para comer como restaurantes, pastelarias, cafés, sem terem que se deslocar ao planalto. Falta de um local como minimercado ou mercearia aberta ao longo do dia (existe uma pequena mas com horários muito reduzidos).
Sentem alguma falta de segurança nas ruas e estranham a quantidade de casas devolutas.

Entrevistado – Clube de Canoagem Scalabitano
Atletas

-Há outras atividades ligadas a água que aqui desenvolvem? Se sim quais?
Canoagem e Satand Up Paddle

-Recebem mais pessoas de fora/ dentro do bairro?
Dos dois, mas mais de fora

-Que faixa etária mais recebem?
Jovens e adultos

-Qual o valor para praticar o esporte?
15€ por pessoa

-Além dos atletas e visitantes do clube, quem mais vêem utilizar a frente ribeirinha? Com muito ou pouco frequência?
Moradores de toda a cidade e arredores

-A água encontra-se em bom estado (poluição)?
Sim

Infraestuturas e acessibilidade:
-Os acessos condicionam, de alguma forma, a frequentação de novos visitantes ao clube e a frente ribeirinha? Se sim, por quê?
Não, o espaço é de fácil acesso

Equipamentos/serviços/comércio/outras atividades:
-O que mais sentem falta a beira do rio, em termos de equipamentos? (lazer, comércio, serviço)
Comércio alimentar, além de mobiliário urbano (iluminação pois no inverno torna-se mais difícil a prática de desportos)

Outras:
-Acham que um maior investimento e qualificação da frente ribeirinha promoveria uma maior utilização da mesma?
Sim, claro

ANEXO IV- Esboços do Plano e Projeto

Figura 20 – Estudo do existente e seus principais acessos
Autoria própria



Figura 21 – Analise do existente e notas importantes
Autoria própria



Figura 22 – Ensaio de proposta de reorganização do sistema viário ligando os núcleos ribeirinhos da Ribeira de Santarém e Alfange

Autoria própria

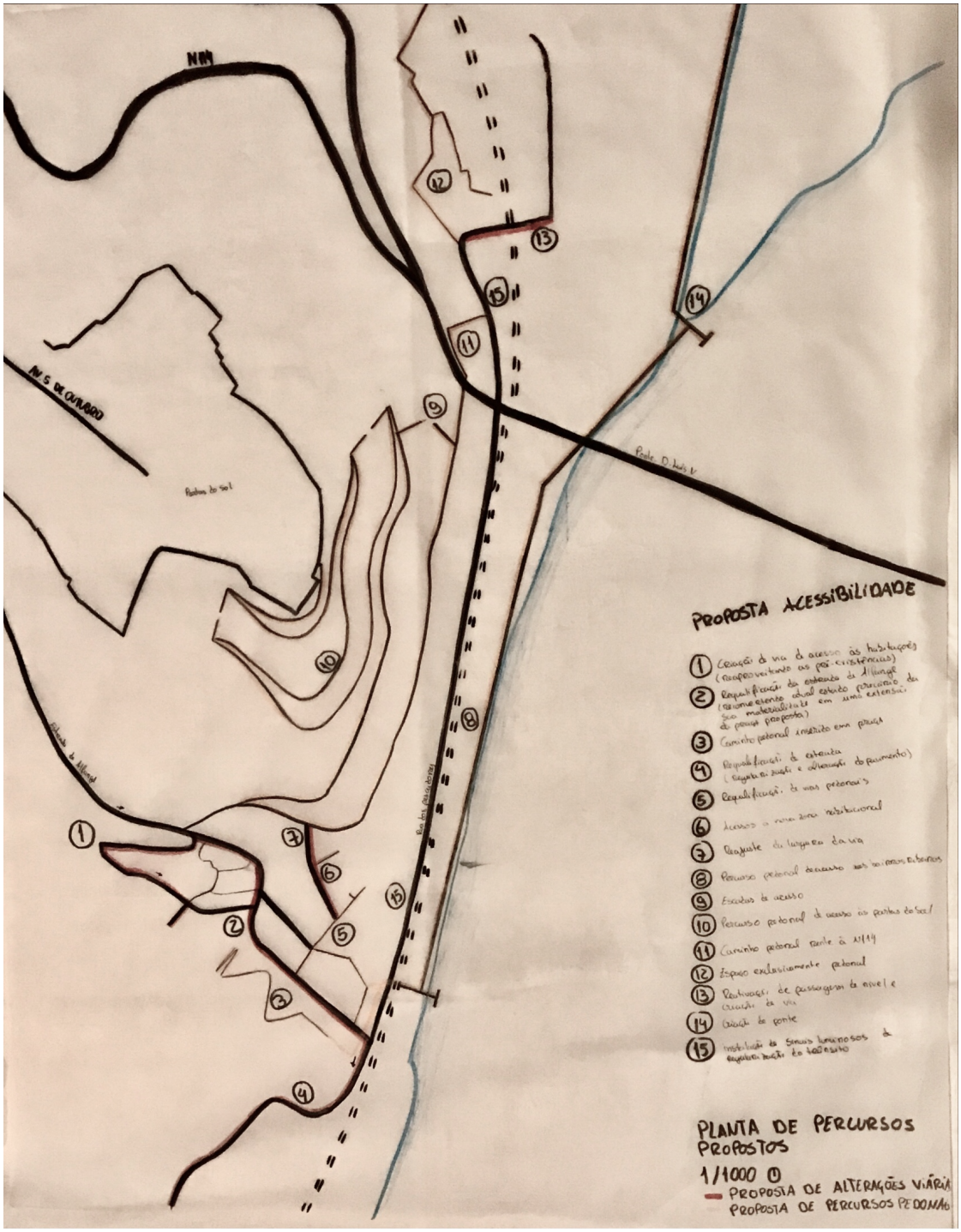


Figura 23 – Ensaio de proposta para a área de intervenção

Autoria própria



Figura 24 – Ensaio de acessos, ilustrações e materialidades
Autoria própria

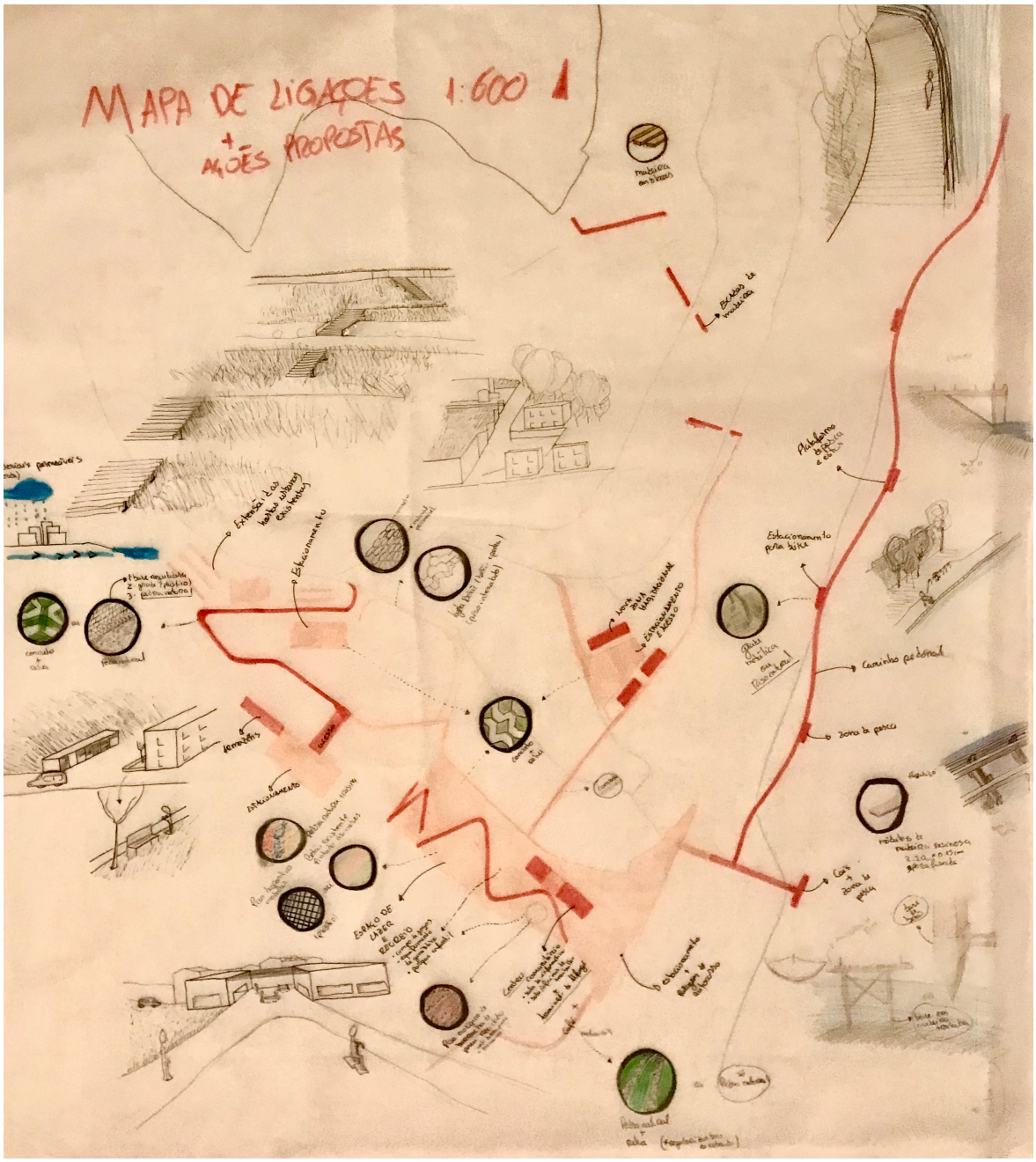


Figura 25 – Ensaio de proposta urbana para Alfange
Autoria própria

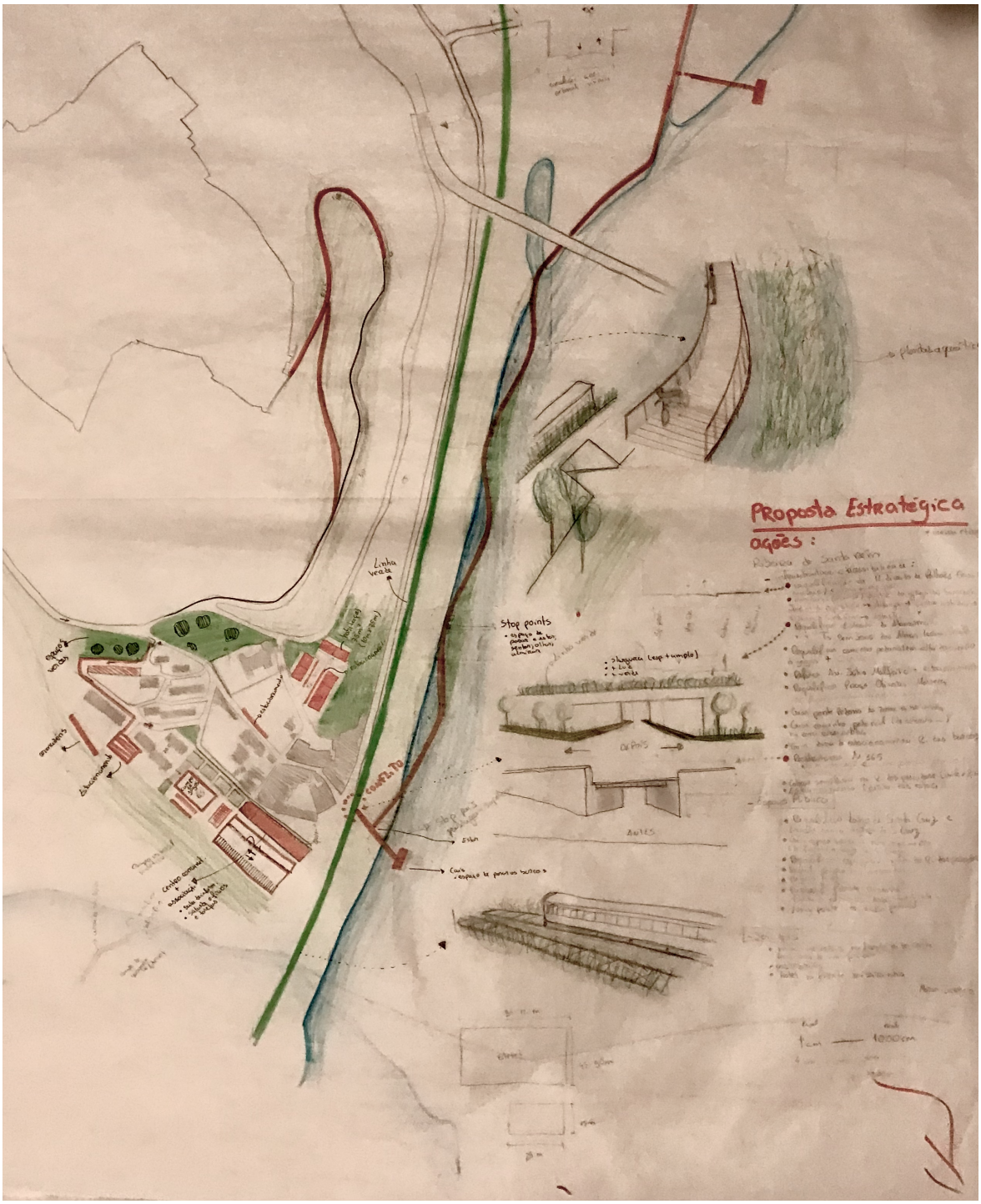


Figura 26 – Esboço inicial de proposta urbana para Alfange
Autoria própria



Figura 27 – Esboço final de proposta urbana para Alfange
Autoria própria



Figura 28 – Desenhos e ensaios de mobiliário urbano e organização do espaço
Autoria própria



Figura 29 – Perfil de Alfange e ilustrações
Autoria própria

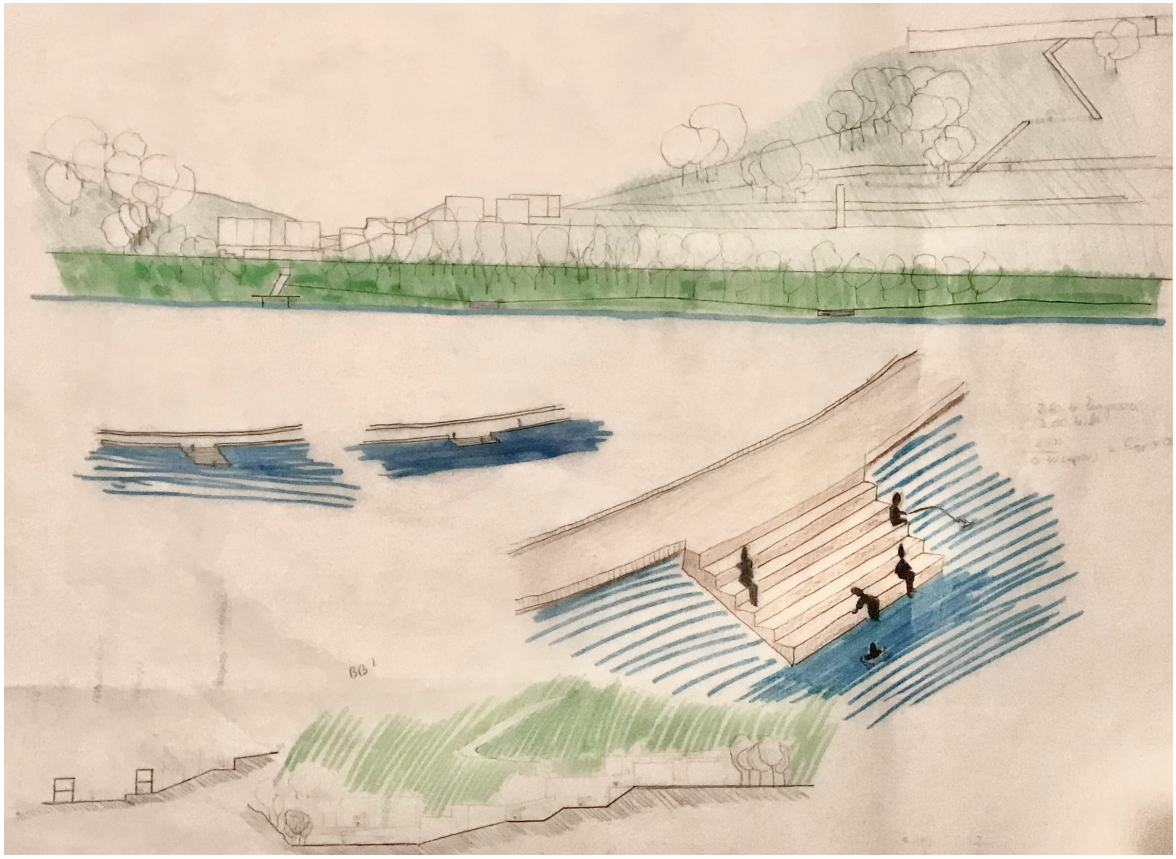


Figura 30 – Perfil de Alfange e cortes da nova zona habitacional
Autoria própria

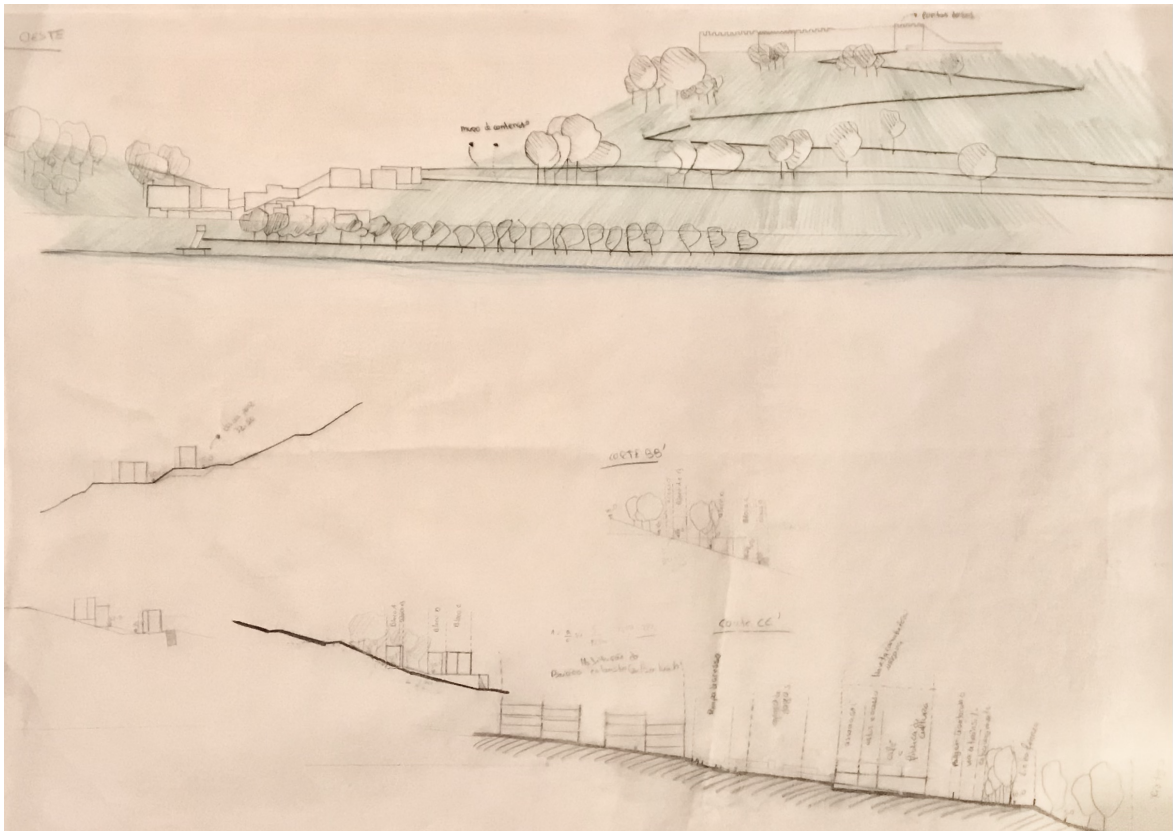


Figura 31 – Desenhos e ilustrações da frente ribeirinha e do novo parque urbano
Autoria própria

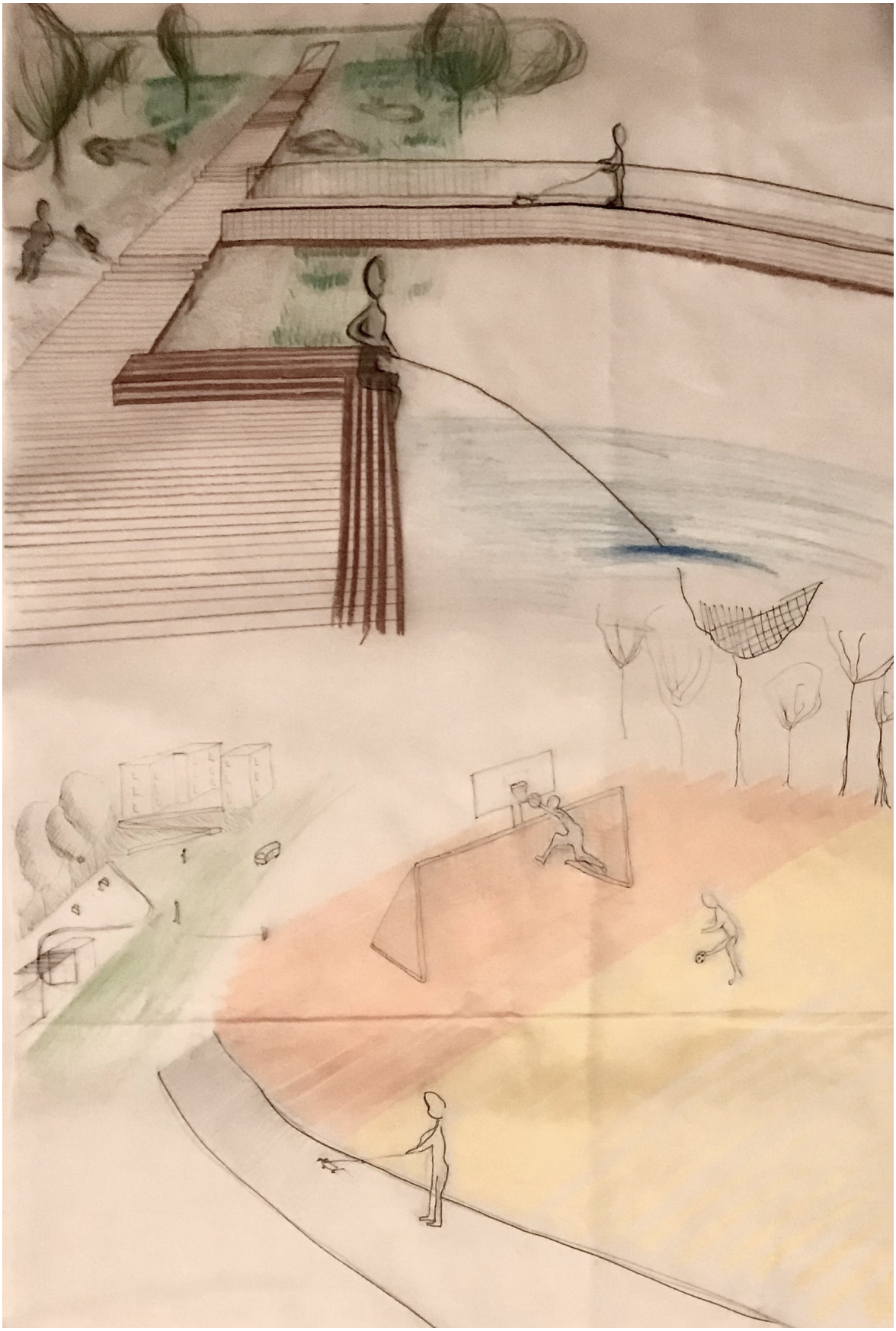


Figura 32 – Desenho de possível utilização do antigo parque infantil em Alfange
Autoria própria

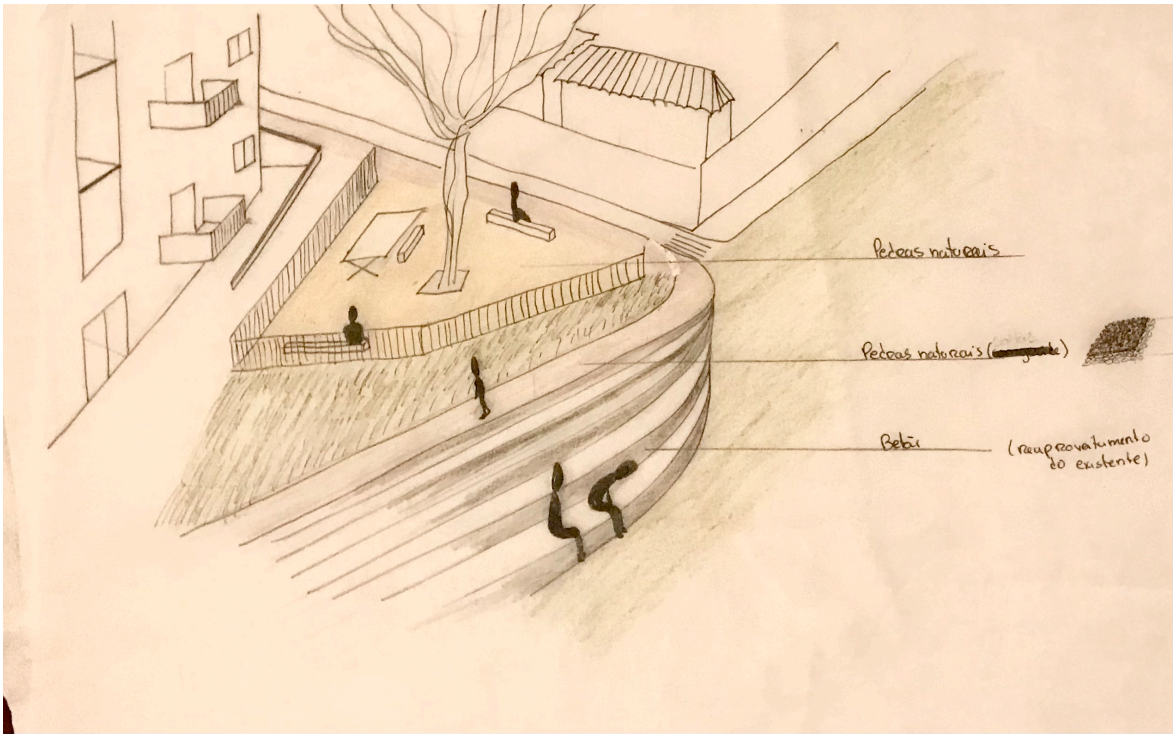


Figura 33 – Estudo da estrutura e materialidade do caminho pedonal proposta para a frente ribeirinha
Autoria própria

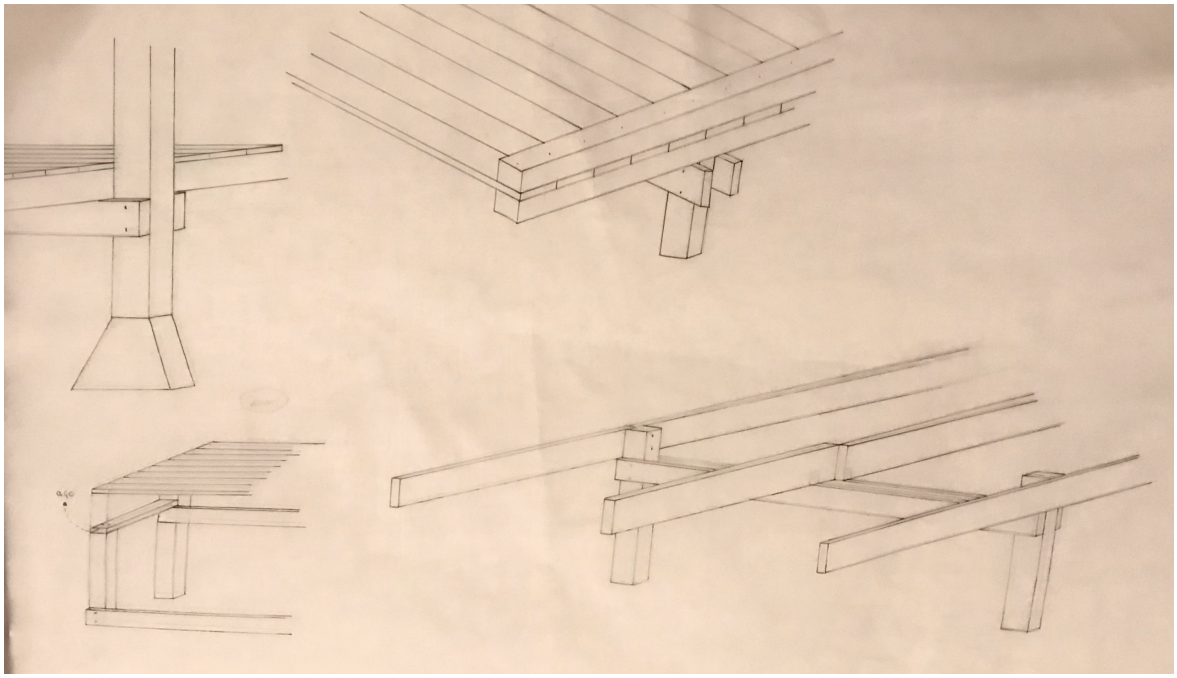


Figura 34 – Estudo da estrutura e materialidade do caminho pedonal proposta para a frente ribeirinha
Autoria própria

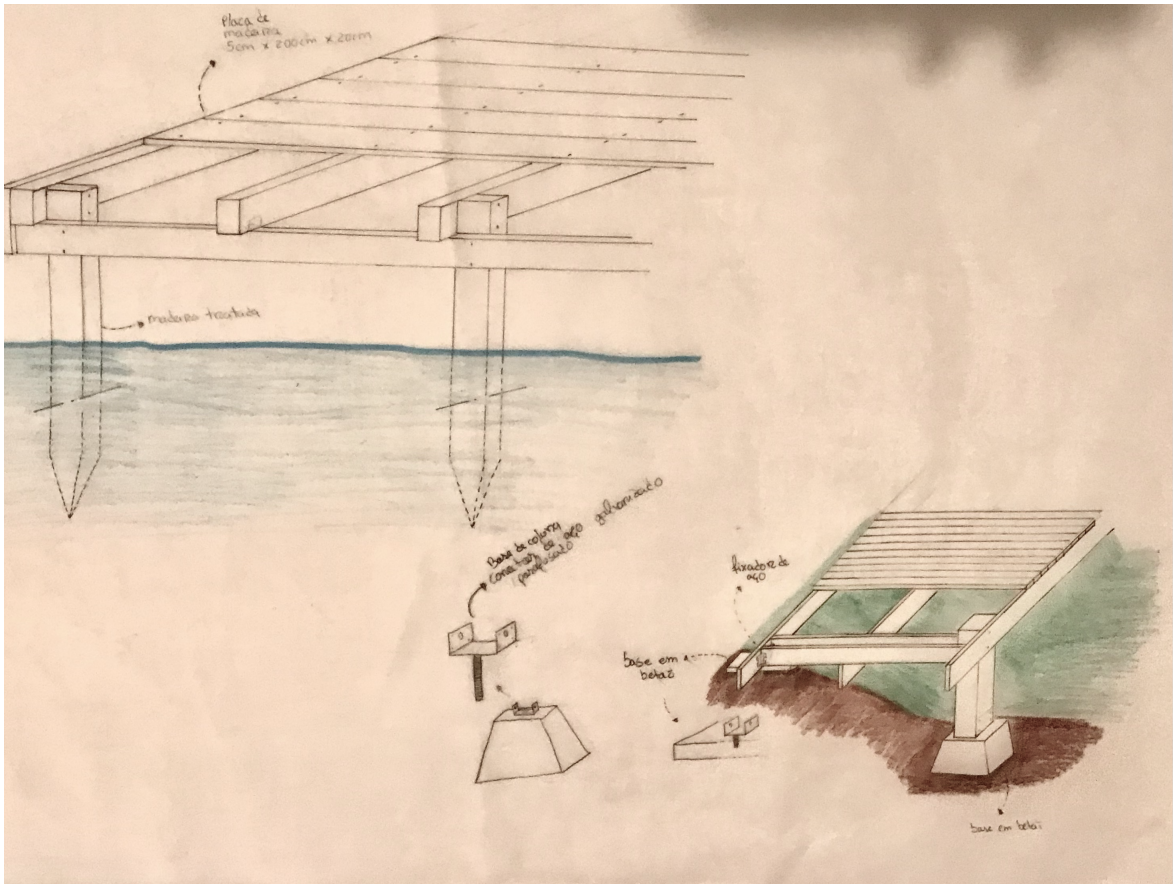


Figura 35 – Desenhos e ilustrações
Autoria própria



ANEXO V – Ensaio de divulgação do Workshop

Figura 36 – Cartaz de divulgação
Autoria própria

FACULDADE DE ARQUITETURA
UNIVERSIDADE DE LISBOA

PLANEAR COM UNIDADE







O QUE **ALFANGE PRECISA?**

O QUE **MELHORAR?**

O QUE **REQUALIFICAR?**

QUE TIPO DE **ESPAÇOS PÚBLICOS?**

DIA ABERTO WORKSHOP

VENHA PLANEAR CONOSCO!

março
2020
22 às 15 horas
Na associação de Alfange

ANEXO VI- Painéis

Figura 37 – Painel 1 – Análise demográfica, urbana e histórica

Autoria própria

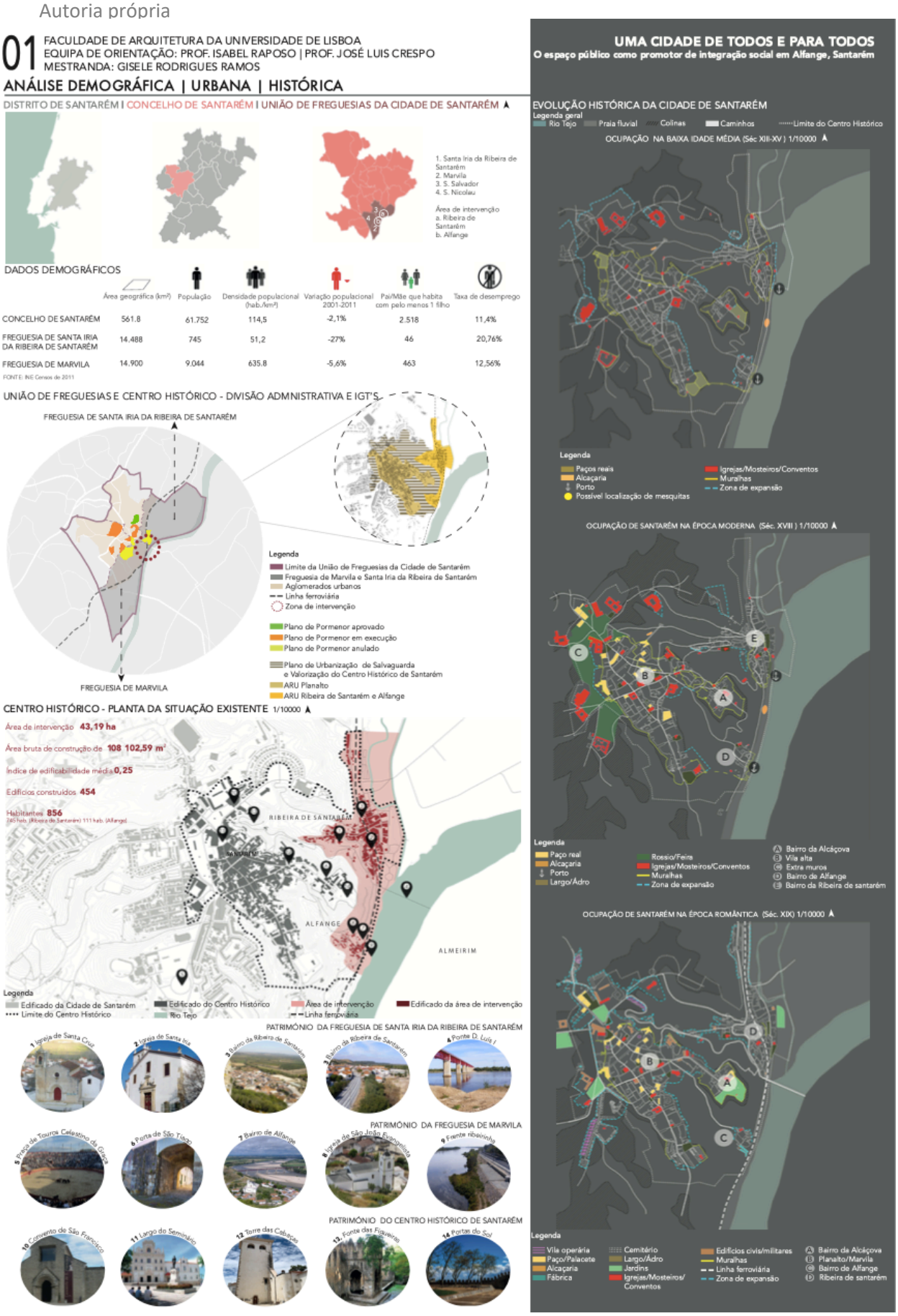


Figura 38– Painel 2 – Análise urbana
Autoria própria

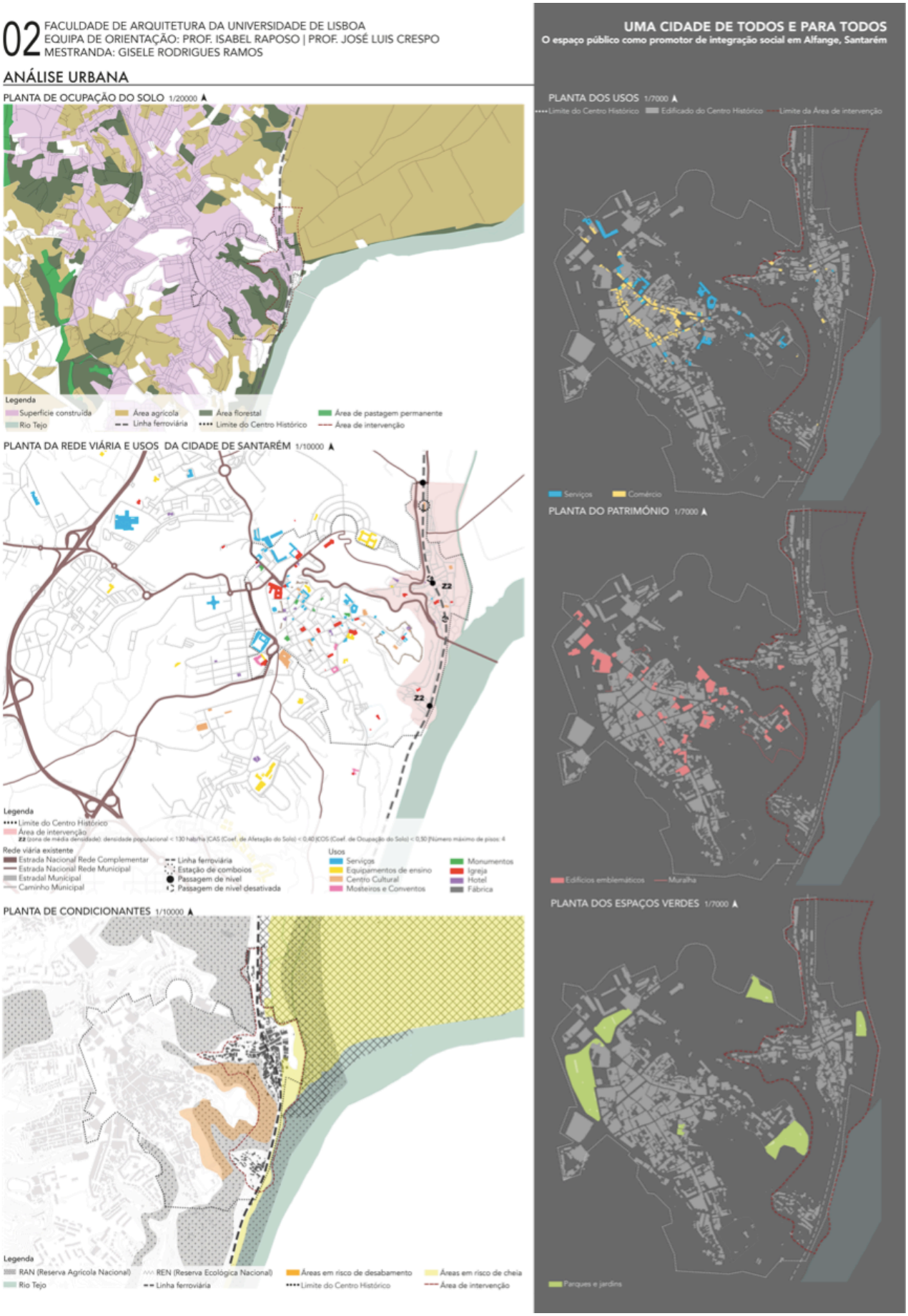


Figura 39– Painel 3 – Análise demográfica e urbana da área de intervenção Ribeira de Santarém e Alfange

Autoria própria

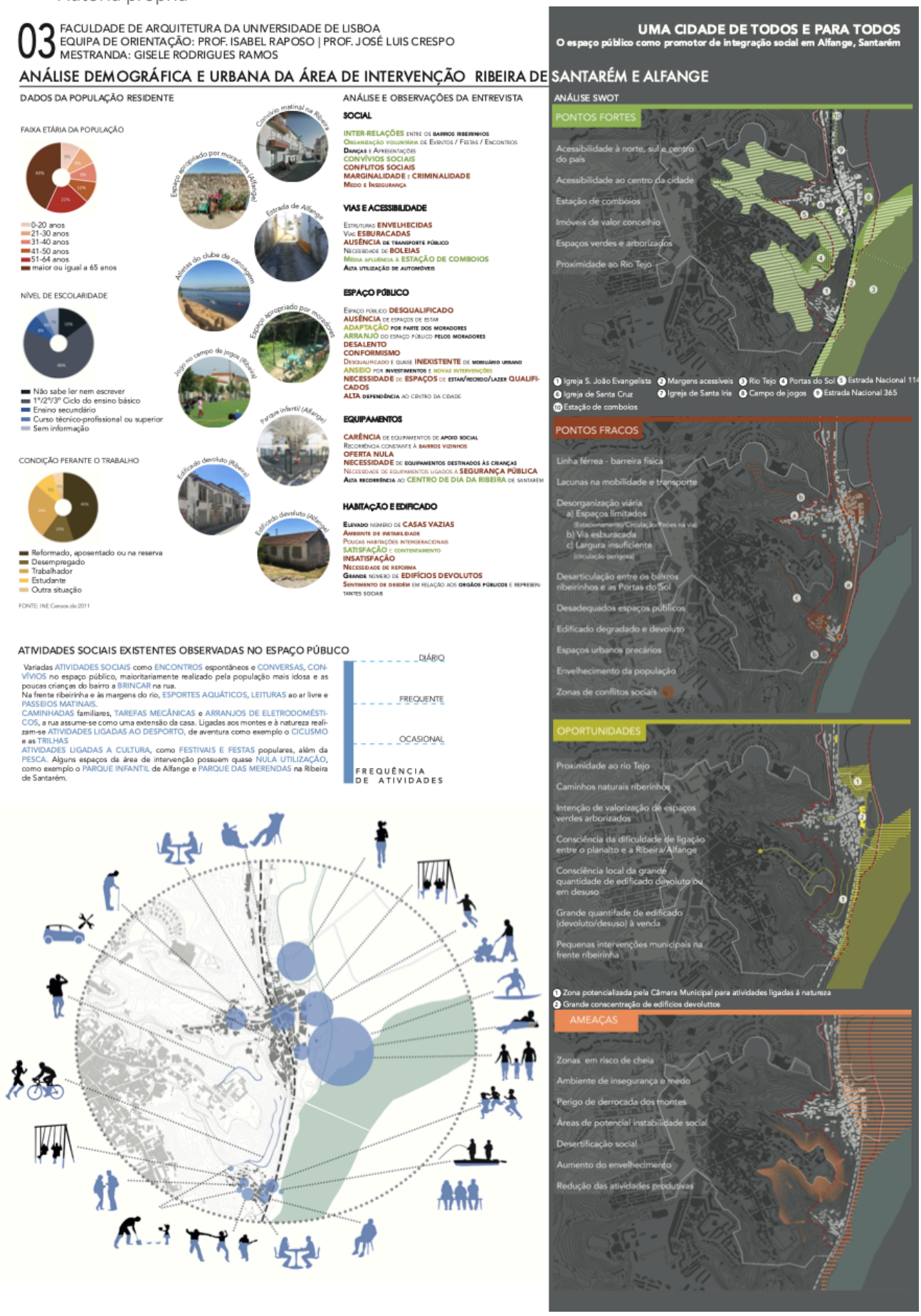


Figura 40– Painel 4 – Proposta estratégica, plano de ação, proposta sistema viário
Autoria própria

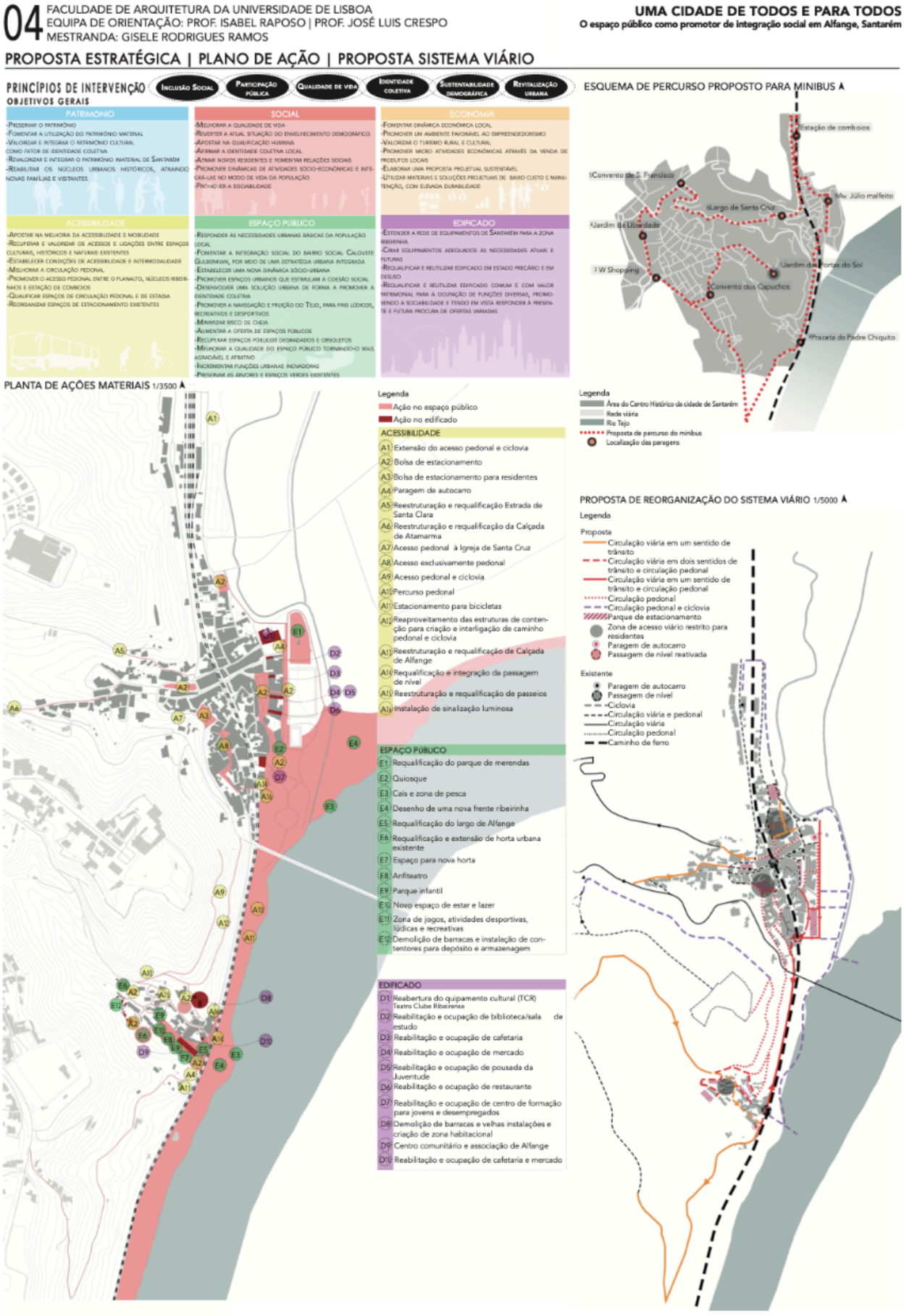


Figura 41 – Painel 5 – Proposta urbana

Autoria própria

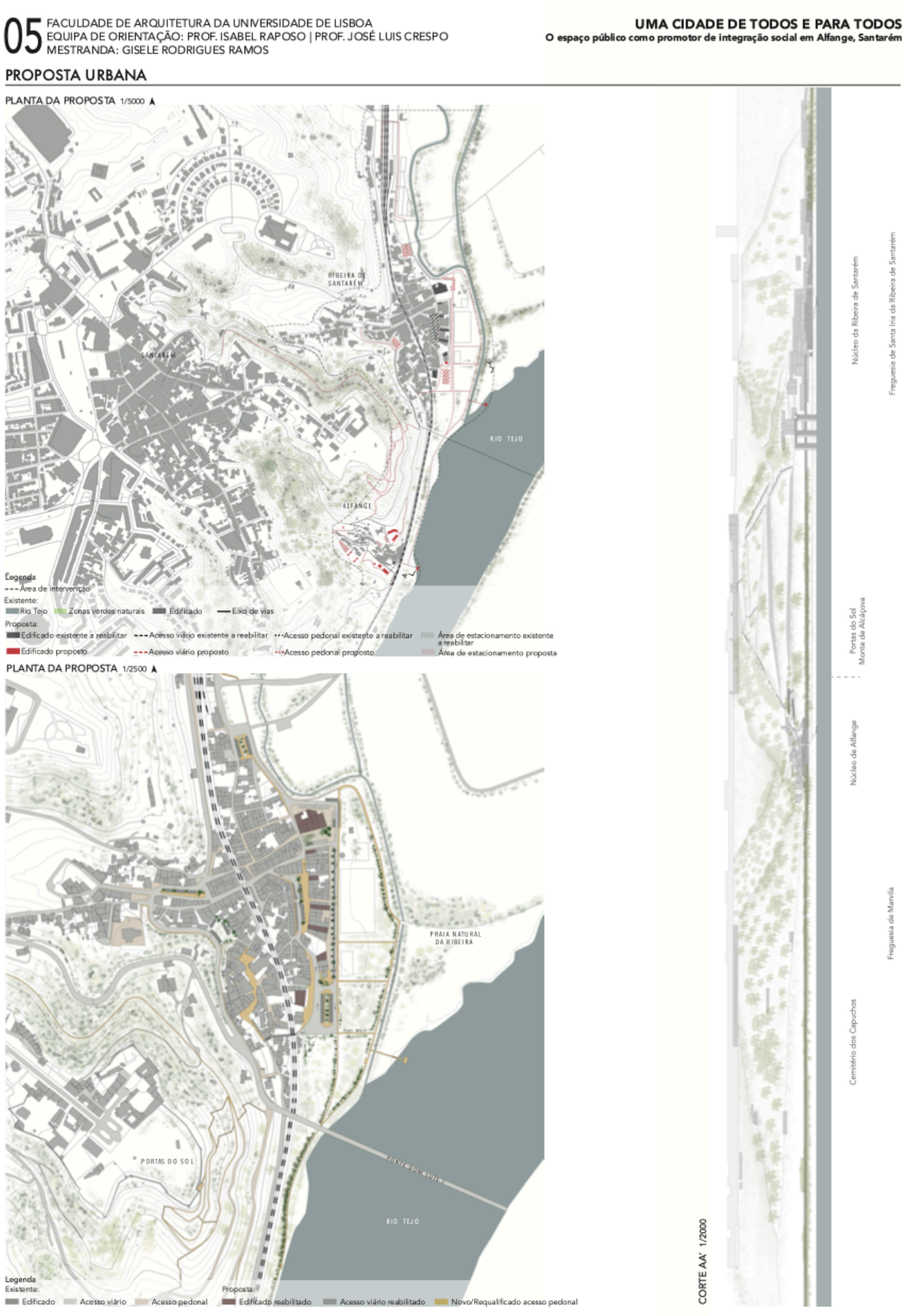


Figura 42 – Painel 6 – Proposta urbana em Alfange
Autoria própria



Figura 43 – Painel 7 – Praça urbana de Alfange
Autoria própria



Figura 44 – Painel 8 – Mobiliário urbano, áreas e usos da proposta urbana e tabela de custo

Autoria própria

